

RELATÓRIO DE GESTÃO 2021

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

RELATO INTEGRADO

Instrução Normativa-TCU nº 84/2020
Decisão Normativa-TCU nº 178/2019

Brasília
TSE
2022

RELATÓRIO DE GESTÃO 2021

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

RELATO INTEGRADO

Instrução Normativa-TCU nº 84/2020
Decisão Normativa-TCU nº 178/2019

Brasília
TSE
2022

RELATÓRIO DE GESTÃO

2021

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

RELATO INTEGRADO

Relatório de Gestão do Exercício de 2021 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta instituição está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal/1988, observadas as disposições contidas na Instrução Normativa-TCU nº 84/2020, na Decisão Normativa-TCU nº 178/2019 e nos termos das orientações do órgão de controle interno. O presente documento foi elaborado pela comissão instituída pela Portaria-TSE nº 597/2021, sob coordenação da Seção de Gestão Estratégica e Governança (Seggo) da Secretaria de Modernização, Gestão Estratégica e Socioambiental (SMG).

© 2022 Tribunal Superior Eleitoral

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem a autorização expressa dos autores.

Secretaria de Gestão da Informação
SAFS, Quadra 7, Lotes 1/2, 1º andar
Brasília/DF – 70070-600
Telefone: (61) 3030-9225

Secretária-Geral da Presidência
Christine Oliveira Peter da Silva

Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal
Rui Moreira de Oliveira

Secretário de Gestão da Informação
Cleber Schumann

Coordenador de Editoração e Publicações
Washington Luiz de Oliveira

Unidade responsável

Seção de Gestão Estratégica e Governança (Seggo/Cogeso/SMG)

Capa, projeto gráfico

Rauf Soares
Seção de Editoração e Programação Visual (Seprov/Cedip/SGI)

Diagramação

Leila Gomes
Seção de Editoração e Programação Visual (Seprov/Cedip/SGI)

Revisão

Harrison da Rocha, Patrícia Jacob e Valéria Carneiro
Seção de Preparação e Revisão de Conteúdos (Seprev/Cedip/SGI)

Impressão e acabamento

Seção de Serviços Gráficos (Segraf/Cedip/SGI)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Tribunal Superior Eleitoral – Biblioteca Professor Alysson Darowish Mitraud

Brasil. Tribunal Superior Eleitoral.

Relatório de gestão 2021 [recurso eletrônico]: Tribunal Superior Eleitoral : relato integrado / Tribunal Superior Eleitoral. – Dados eletrônicos (95 páginas). – Brasília : Tribunal Superior Eleitoral, 2022.

“Instrução Normativa-TCU nº 84/2020. Decisão Normativa-TCU nº 178/2019”.

Elaborado pela comissão instituída pela Portaria-TSE nº 597/2021, sob coordenação da Seção de Gestão Estratégica e Governança (Seggo) da Secretaria de Modernização, Gestão Estratégica e Socioambiental (SMG).

Versão eletrônica (PDF).

Modo de acesso: Internet.

<<https://www.tse.jus.br/o-tse/catalogo-de-publicacoes/lista-do-catalogo-de-publicacoes>>

1. Brasil. Tribunal Superior Eleitoral – 2021 – Relatório. 2. Tribunal eleitoral – Brasil – 2021 – Relatório. I. Título.

CDD 342.810 702 69

CDU 342.846(81)



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Presidente

Ministro Edson Fachin

Vice-Presidente

Ministro Alexandre de Moraes

Ministros

Ministro Ricardo Lewandowski
Ministro Mauro Campbell Marques
Ministro Benedito Gonçalves
Ministro Sérgio Banhos
Ministro Carlos Bastide Horbach

Procurador-Geral Eleitoral

Augusto Aras

Sumário

Apresentação	8	4.3.1.5. Pagamento de pessoal	28
1. Sobre o Relatório de Gestão	11	4.3.1.6. Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT).....	28
1.1. Materialidade das informações	11	4.3.1.7. Lotação e gestão de desempenho	28
2. Visão geral organizacional e ambiente externo	13	4.3.1.8. Educação corporativa	29
2.1. Sobre o TSE.....	13	4.3.1.9. Desenvolvimento organizacional.....	30
2.2. Composição da Corte.....	13	4.3.1.10. Saúde e bem-estar	30
2.3. Estrutura organizacional	14	4.3.1.11. Ações de diversidade e inclusão	31
2.4. Estrutura de governança	15	4.3.2. Gestão de licitações e contratos	32
2.5. Modelo de negócios.....	16	4.3.2.1. Contratações em 2021	32
2.6. Cadeia de valor.....	17	4.3.2.2. Contratações diretas.....	33
2.7. Ambiente externo.....	17	4.3.2.3. Contratações mais relevantes.....	33
3. Riscos, oportunidades e perspectivas	19	4.3.2.4. Atas de registro de preços (porcentagem e quantidade)	35
3.1. Gestão de riscos e controles internos	19	4.3.2.5. Justificativas para as contratações	35
4. Governança, estratégia e desempenho	21	4.3.2.6. Conformidade legal	35
4.1. Apoio da estrutura de governança à capacidade de o TSE gerar valor	21	4.3.2.7. Objetivos estratégicos.....	35
4.2. Estratégia.....	23	4.3.2.8. Principais desafios.....	35
4.3. Resultados e desempenho da gestão	26	4.3.3. Gestão patrimonial e infraestrutura	36
4.3.1. Gestão de pessoas	26	4.3.3.1. Conformidade legal	36
4.3.1.1. Força de trabalho	26	4.3.3.2. Mecanismos de controle e prevenção de falhas e irregularidades.....	36
4.3.1.2. Situação funcional e perfil de servidoras e servidores	26	4.3.3.3. Principais investimentos de capital.....	36
4.3.1.3. Conformidade legal	27	4.3.3.4. Desfazimento de ativos	37
4.3.1.4. Aplicação dos normativos de controle	27	4.3.3.5. Empréstimo de bens para teletrabalho	38
		4.3.3.6. Remanejamento de urnas eletrônicas.....	38
		4.3.3.7. Controle de ativos intangíveis (<i>software</i>).....	39
		4.3.3.8. Administração predial	39

4.3.4. Gestão da Tecnologia da Informação.....	39	5.6. Prestação de contas	73
4.3.4.1. Conformidade legal	39	5.6.1. Exame de contas eleitorais e partidárias	73
4.3.4.2. Modelo de governança de TI	40	5.6.2. Atendimentos realizados.....	74
4.3.4.3. Montante de recursos aplicados	42	5.7. Estatísticas eleitorais	75
4.3.4.4. Capacitação de recursos humanos	45	5.8. Estatísticas processuais	75
4.3.4.5. Investimentos e contratações mais relevante	46	5.9. Eleições do Futuro	76
4.3.4.6 Principais iniciativas e resultados por cadeia de valor	48	5.10. Relacionamento com a sociedade.....	78
4.3.5. Sustentabilidade ambiental e acessibilidade	50	5.10.1. Comunicação institucional	78
4.3.5.1. Iniciativas sustentáveis.....	50	5.10.1.1. Comunicação em números	81
4.3.5.2. Plano de Logística Sustentável (PLS)	50	5.10.2. Educação política	82
4.3.5.3. Critérios de sustentabilidade nas aquisições.....	51	5.10.2.1. Principais ações e eventos	82
4.3.5.4. Capacitação, conscientização e fomento às práticas de sustentabilidade	52	5.10.2.2. Alcance das metas	85
4.3.5.5. Acessibilidade e inclusão	53	5.10.3. Enfrentamento à desinformação	86
4.3.6. Gestão orçamentária e financeira	54	5.10.3.1. Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação no âmbito da Justiça Eleitoral.....	86
4.3.7. Gestão de custos.....	63	5.10.4. Ouvidoria	87
5. Resultados institucionais.....	66	5.10.5. Premiações.....	89
5.1. Preparação das Eleições 2022.....	66	6. Auditorias internas e fiscalizações externas	91
5.2. Mesárias e mesários.....	68	6.1. Auditorias internas.....	91
5.3. Biometria	69	6.2. Fiscalizações externas	93
5.4. Ampliação dos serviços digitais	69	7. Informações orçamentárias, financeiras e contábeis	94
5.4.1. e-Título	69	7.1. Demonstrações contábeis.....	95
5.4.2. Infodip	70	7.2. Notas explicativas	95
5.4.3. Identificação Civil Nacional.....	72		
5.5. Teste Público de Segurança	73		

Apresentação

A democracia contemporânea é feita de votos, direitos e razões. Isso dá a ela três dimensões diversas: a) a *democracia representativa*, que tem como elemento central o voto e como protagonistas o Congresso Nacional e o Presidente da República, que são agentes públicos eleitos pela vontade popular; b) a *democracia constitucional*, que tem como elemento central os direitos fundamentais e como protagonista o Poder Judiciário, em cuja cúpula está o Supremo Tribunal Federal; e c) a *democracia deliberativa*, que tem como elemento central o debate público, o oferecimento de razões e de justificações para as decisões políticas, e como protagonista a sociedade civil.

De fato, a democracia não se limita ao momento do voto. Ela se manifesta, também, no respeito aos direitos fundamentais de todos, inclusive das minorias. Os derrotados no processo político majoritário não perdem a condição de sujeitos de direito e de participantes do processo político-social. Além disso, a democracia atual é feita de um debate público contínuo, que deve acompanhar as decisões políticas. Um debate aberto a todas as instâncias da sociedade, o que inclui movimento social, imprensa, universidades, sindicatos, associações, cidadãos comuns, autoridades etc.

O Tribunal Superior Eleitoral procura proteger e promover as três dimensões da democracia referidas acima: assegurar a integridade do voto, preservar os direitos fundamentais e criar o ambiente necessário a um debate público robusto, franco e civilizado.

O presente Relatório reúne informações institucionais relevantes e os resultados entregues durante a minha gestão (2020-2022). Com isso, pretendemos ampliar a transparência na divulgação das principais ações desenvolvidas pelo TSE nesses anos e o diálogo com as instituições e a sociedade.

Em 2020, tivemos o grande desafio de evitar o cancelamento das eleições e a consequente prorrogação dos mandatos em curso – que só teve precedente no regime militar e conflitava com os princípios que exigem a periodicidade dos mandatos, a regularidade das eleições e a alternância no poder. Era necessário conciliar o rito democrático com a saúde pública da população.

Para isso, o TSE constituiu uma comissão de médicos, composta por infectologistas, sanitaristas, epidemiologistas, um biólogo e um físico especializado em modelagem de epidemias para monitorar a evolução da pandemia. A comissão concluiu que o adiamento da votação por algumas semanas minimizaria o risco de contágio. Com essa informação, o TSE contactou o presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre, e o da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, que, em tempo recorde, aprovaram a Emenda Constitucional nº 107/2020, adiando as eleições por 42 dias.

Em seguida, iniciamos as providências para dar o máximo de segurança a eleitores, candidatos, mesários e demais colaboradores da Justiça Eleitoral. Instituímos, assim, uma comissão de estatísticos, formada por profissionais do próprio TSE, IMPA, Insper, USP e Fiocruz. Simultaneamente, criamos uma consultoria sanitária para elaborar um plano de segurança para eleitores, candidatos e colaboradores da Justiça Eleitoral. A consultoria foi integrada por três instituições de ponta: Fundação Oswaldo Cruz, Hospital Sírio Libanês e Hospital Albert Einstein.

O esforço valeu a pena. Mais de 113 milhões de eleitores compareceram no primeiro turno. Como resultado, tivemos 5.451 prefeitos e 56.469 vereadores eleitos em todos o país, dos quais: 28.883 se declararam pretos e pardos (aumento de 3,77%); 10.608 são mulheres (aumento de 14,60%); 189 indígenas (aumento de 2,72%); e 30 que se autodeclararam pessoas trans. No segundo turno, compareceram às urnas 70,53% dos eleitores das 57 cidades em que ocorreu a votação, somando 26.610.978 pessoas.

Hoje estamos em um cenário de mais tranquilidade. A realidade da vacinação contra a Covid-19 e o acesso efetivo da população à imunização são o começo de tempos melhores. A ciência prevaleceu sobre o obscurantismo, e é com base nela que pautamos nossas ações.

Além da realização das eleições em meio à pandemia, minha gestão buscou alcançar outros objetivos que considero relevantes para a nossa democracia.

Uma das nossas principais metas foi colaborar para a inclusão democrática de segmentos hoje sub-representados nas instâncias de poder da sociedade, como mulheres, pessoas negras, pessoas com deficiência, LGBTQIA+ e as comunidades indígenas. Destaco a Consulta nº 0600306-47, sob a minha relatoria, na qual o TSE decidiu que a distribuição dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e do tempo de propaganda eleitoral gratuita na rádio e na televisão deve ser proporcional ao total de candidatos negros que o partido apresentar para a disputa eleitoral.



Outra prioridade foi o enfrentamento da violência de gênero na política, cada vez mais evidente. Entre as várias ações realizadas pelo TSE e pela Comissão TSE Mulheres, está o Projeto Mais Mulheres na Política. Além da atriz Camila Pitanga, as peças da campanha institucional foram estreladas por atrizes que representam a diversidade feminina: idosas, indígenas, jovens, transgêneros e negras. Temos caminhado na direção certa, ainda quando não na velocidade desejada.

Também enfrentamos as campanhas de desinformação, difamação e de ódio. No âmbito do Programa de Combate à Desinformação, fizemos parcerias com todas as mídias sociais e uma coalizão com nove agências de checagem de notícias, que, em tempo recorde, desmentiam conteúdo falso sobre o processo eleitoral. O combate foi feito dando prioridade, não ao controle de conteúdo, mas enfrentando os comportamentos coordenados inautênticos, como perfis falsos, uso abusivo de robôs e impulsionamentos ilegais. Foram derrubadas centenas de contas de mídias digitais. A avaliação geral foi a de que as notícias fraudulentas tiveram mínimo papel nas eleições.

Em 2021, o TSE tornou permanente o Programa de Enfrentamento à Desinformação, uma vez que a experiência do pleito de 2020 demonstrou a imprescindibilidade de que as estratégias multissetoriais promovidas pela Corte sejam mantidas inclusive em períodos não eleitorais.

Ainda no ano de 2021, tivemos a oportunidade de comemorar dois marcos importantes: os 89 anos da Justiça Eleitoral e do voto feminino, e os 25 anos do voto eletrônico. A Justiça Eleitoral foi criada em 1932, tendo como um dos seus objetivos principais fazer frente às fraudes reiteradas que ocorriam na República Velha. Depois de longa evolução, chegamos a um dos mais avançados e seguros sistemas de votação do mundo, com identificação biométrica do eleitor e urnas eletrônicas auditáveis que permitem a divulgação de resultados confiáveis ainda no mesmo dia da votação.

São 27 tribunais regionais eleitorais, mais de 2.800 juízas e juízes, 15.400 servidoras e servidores. Administramos a quarta maior democracia do mundo, com cerca de 150 milhões de eleitores. Agradeço, portanto, o trabalho dedicado e incansável dos integrantes da Justiça Eleitoral, por nos ajudarem a fazer um país melhor e maior.

Para as Eleições 2022, os trabalhos já começaram, com campanhas destinadas à segurança do processo eleitoral e das urnas eletrônicas; ao incentivo à participação de mesários voluntários e ao comparecimento às urnas de jovens eleitores.

Nessa preparação, tivemos duas etapas muito importantes. A primeira foi a abertura dos códigos-fonte aos partidos políticos, à Ordem dos Advogados do Brasil, ao Ministério Público, à Polícia Federal e aos diversos órgãos e entidades habilitados a fiscalizá-los. A segunda foi a realização do Teste Público de Segurança (TPS), quando inúmeras instituições qualificadas e pessoas físicas preparam e realizam ataques às urnas eletrônicas e ao sistema, em busca de vulnerabilidades que possam ser sanadas. Todas as etapas foram feitas com a supervisão da Comissão de Transparência Eleitoral (CTE) e do Observatório de Transparência Eleitoral que constituímos no TSE. Os resultados do Teste Público de Segurança foram exitosos. Tivemos 23 inscrições e 39 investigadores(as).

Em dezembro de 2021, apresentamos o novo modelo da urna eletrônica que será utilizado pela primeira vez nas Eleições Gerais de 2022. Mais modernas e mais seguras, as urnas modelo UE2020 trazem novos recursos de acessibilidade e novidades em termos de segurança, transparência e agilidade. A linha de produção da Positivo Tecnologia, vencedora da licitação, fabricará as 225 mil novas urnas, de um total de 577 mil que serão usadas nas Eleições 2022. Com o meu empenho pessoal e da assessoria internacional, fizemos intensas e delicadas gestões para vencer a escassez mundial de componentes eletrônicos, notadamente semicondutores, e obtê-los a tempo.

Continuamos o nosso trabalho no Programa Permanente de combate à Desinformação, renovando as nossas parcerias com as principais redes sociais em operação no Brasil, com ajustes customizados com cada uma das Plataformas, que incluem: Facebook, Instagram, Twitter, Google, YouTube, TikTok e WhatsApp. Agradeço especialmente o trabalho dos profissionais da imprensa que, com ética e dedicação, cobrem o Tribunal Superior Eleitoral, levando ao público informação verdadeira. No mundo da pós-verdade e dos fatos alternativos, nunca foi tão importante o trabalho da imprensa profissional.

Os números obtidos pela Secretaria de Comunicação do Tribunal demonstram que mais pessoas estão conectadas ao TSE, engajadas no processo político, auxiliando na defesa contra ameaças digitais, desinformação e autoritarismo digital. Atingimos 415 mil seguidores no Twitter, com um crescimento de 35 mil; no Instagram, tivemos um crescimento de 26 mil seguidores, 830 posts publicados e 41,5 milhões de alcances e, no Facebook, 10 milhões de alcances e um crescimento de 12 mil seguidores. E, ainda, a publicação de 374 vídeos no YouTube e 152 vídeos no TikTok. Somente o Portal do TSE contou com 146,5 milhões de visualizações de página e 887 matérias publicadas. Tudo isso integra o esforço permanente de termos uma democracia transparente, participativa e sólida.



Ainda na preparação para as eleições deste ano, há projetos que estão em andamento e em estágio avançado. Ampliamos os serviços digitais prestados pelo Tribunal: mais de 20 milhões de eleitores passaram a utilizar a nova versão do e-Título e puderam obter serviços disponibilizados pela Justiça Eleitoral de forma não presencial. Concluímos a gestão com mais de 118 milhões de registros biométricos, o que representa 81% do eleitorado brasileiro. Também celebramos a importante cooperação técnica com a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) para implementar ações relacionadas à aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) no âmbito eleitoral.

Quanto à normatização, foram editadas 12 (doze) Resoluções – novas ou alteradoras – para as Eleições 2022. Entre elas, a resolução do cronograma operacional do Cadastro Eleitoral; a resolução de procedimentos de fiscalização e auditoria do sistema eletrônico de votação; a resolução de diretrizes gerais para gestão e distribuição dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e a resolução das federações de partidos políticos. Destacamos que o Cadastro Eleitoral foi atualizado para contemplar os avanços tecnológicos e sociais na coleta e no tratamento dos dados do eleitorado, trazendo mais acessibilidade aos serviços da Justiça Eleitoral.

Destaco, ainda, outras duas iniciativas do Tribunal que foram prioritárias em minha gestão e tiveram importantes avanços. A primeira foi a implementação da Identificação Civil Nacional (ICN), um sistema de cadastro digital dos brasileiros. Foram celebrados acordos de cooperação técnica entre o TSE e o Governo Federal, bem como com o Governo de Minas Gerais e o TRE/MG. Para desenvolvimento do projeto, ampliamos a infraestrutura de TI para os serviços da ICN com investimento de mais de R\$130 milhões. A segunda foi a celebração de acordo de cooperação entre o TSE e o TRE/PR para desenvolvimento de um novo sistema para prestação de contas anuais e de campanha sistema, permitindo um controle mais ágil e efetivo pela Justiça Eleitoral e demais atores.

Além disso, o Tribunal conquistou diversas premiações. O caráter inovador do Programa de Enfrentamento à Desinformação com Foco nas Eleições 2020 foi reconhecido com a conquista do 18º Prêmio Innovare na categoria Tribunal. O TSE também foi o vencedor do Prêmio de Inovação: Judiciário Exponencial da 5ª edição do Congresso de Direito, Tecnologia e Inovação para o Ecossistema de Justiça (Expojud), na categoria “Liderança Exponencial – Tribunal Federal Eleitoral e Superiores”. A premiação busca identificar e incentivar iniciativas e projetos inovadores nos setores tecnológicos, de gestão e de novas metodologias no âmbito

do ecossistema de Justiça, assim como as soluções criadas para o enfrentamento da crise causada pela pandemia de Covid-19.

E o perfil do TSE no TikTok foi o vencedor, na categoria Mídia Social, da 19ª edição do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, concedido anualmente pelo Fórum Nacional de Comunicação e Justiça (FNCJ). Lançado com o objetivo de ser mais uma ferramenta de combate à disseminação de notícias falsas sobre o processo eleitoral, o perfil do Tribunal no aplicativo tem revolucionado a forma de se fazer comunicação pública no Brasil e obtido bons resultados na propagação de conteúdos confiáveis para o público jovem.

Respeitando a diversidade de visões que existem na sociedade, procuramos difundir uma atitude de respeito e consideração entre os que pensam de modo diferente. A democracia não é o regime político do consenso, mas aquele em que a divergência é absorvida de forma institucional e civilizada. Uma causa que precise de ódio, de mentiras, de desinformação, de teorias conspiratórias não pode ser uma causa boa. Nós, da Justiça Eleitoral, pretendemos levar à população eleições livres, limpas e seguras.

Defendemos uma cultura política baseada na não violência, na mediação, no consenso e no fortalecimento institucional. O TSE será, como tem sido, uma casa aberta para a ciência, para o diálogo e para a participação de todos. Acreditamos na nossa tecnologia e temos a certeza de que fazemos eleições à altura das aspirações democráticas do povo brasileiro. A todos que compõem a Justiça Eleitoral e ao Ministério Público Eleitoral competem propiciar segurança jurídica para que a vontade do eleitor se concretize.

Ao longo desses quase dois anos, fizemos o melhor que podíamos pelo bem do Brasil e das instituições representativas e democráticas. Sem perder a linha, respondemos com serenidade aos ataques mais irresponsáveis. Sou imensamente grato às pessoas que nos ajudaram nesse trabalho: os Ministros que por aqui passaram durante a minha gestão, meus assessores e juízes auxiliares e todos os servidores do Tribunal Superior Eleitoral. Se por acaso fosse necessário recomeçar tudo de novo, não tenho dúvida que escolheria a mesma companhia. Recebam todos minha gratidão e meu afeto.

Ministro Luís Roberto Barroso



1

Sobre o Relatório de Gestão

O Relatório de Gestão é um instrumento de prestação de contas à sociedade, elaborado de acordo com as disposições contidas na Instrução Normativa nº 84/2020 e na Decisão Normativa nº 187/2020, expedidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Assim como nos exercícios anteriores, adotou-se a abordagem de relato integrado para o Relatório 2021, visando à divulgação de informações institucionais estratégicas e relevantes, de forma concisa e objetiva. Dessa forma, busca-se atingir a transparência e a conectividade das informações necessárias à avaliação dos resultados entregues pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) à sociedade brasileira.

1.1. Materialidade das informações

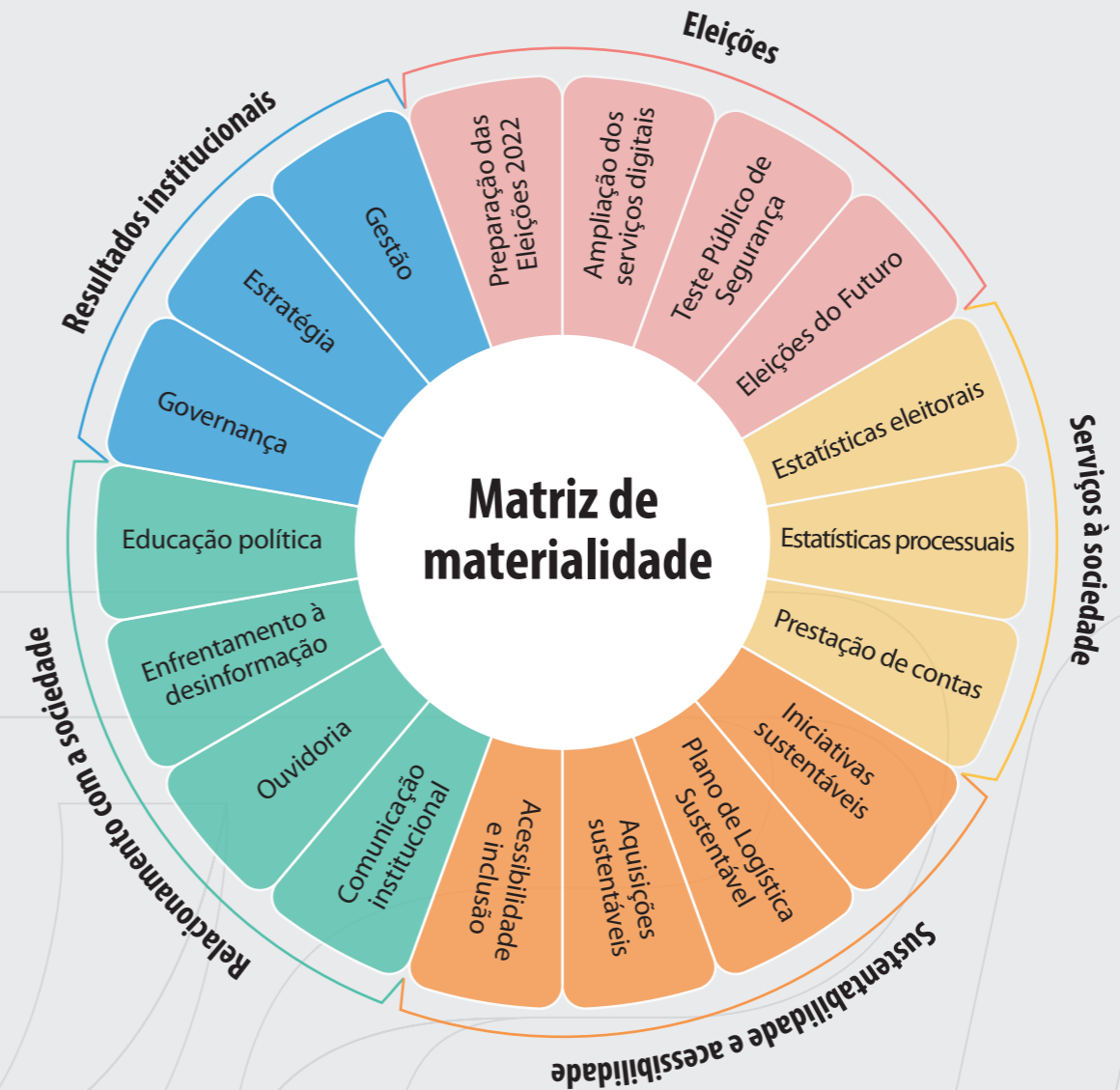
O conteúdo apresentado neste relatório representa os temas materiais que possuem a capacidade de afetar a geração de valor do TSE em curto, médio e longo prazos.

O resultado desse processo pode ser verificado na matriz de materialidade a seguir, incluindo ainda a contribuição desta Corte para o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

Matriz de Materialidade

Decorrentes da identificação, avaliação e priorização dos temas relevantes, os temas materiais são aqueles que podem impactar a geração de valor do Tribunal em curto, médio e longo prazos. Além de integrar a estratégia e a gestão do TSE, nossos temas materiais também contribuem para o alcance dos ODS da Agenda 2030 das Nações Unidas.

[Nossos temas materiais contribuem para o alcance dos seguintes ODS:](#)



2. Visão geral organizacional e ambiente externo

2.1. Sobre o TSE

Como órgão máximo da Justiça Eleitoral – Justiça Especializada formada pelo TSE, pelos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), pelo juízo eleitoral e pelas juntas eleitorais –, o TSE administra o processo eleitoral em conjunto com os TREs, que são os responsáveis diretos pela administração do processo eleitoral nos estados e municípios.

2.2. Composição da Corte

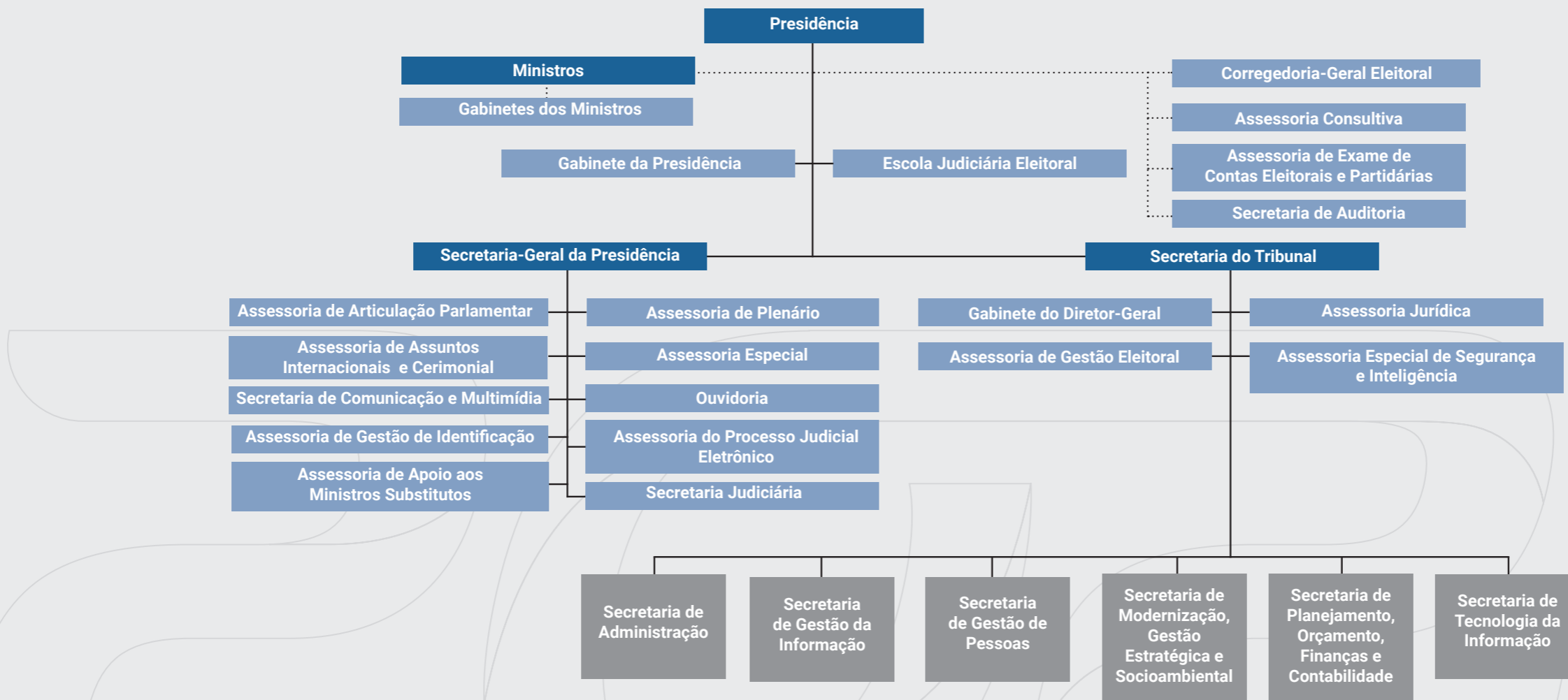


Saiba mais sobre a composição da Corte no [Portal do TSE](#).



2.3. Estrutura organizacional

Organograma do TSE



2.4. Estrutura de governança

Encontra-se em andamento projeto para a elaboração do normativo que instituirá o Sistema de Governança do TSE, cujos pilares serão as boas práticas de liderança, estratégia e controle estabelecidos nos referenciais de governança do TCU.

Em que pese a formalização estar em andamento, é possível delinear a atual estrutura de governança do Tribunal, conforme se observa a seguir.

Sistema de Governança do Tribunal Superior Eleitoral



Fonte: Seção de Gestão Estratégica e Governança (Seggo).

Responsáveis pela definição, avaliação e monitoramento da estratégia e das políticas internas, a instância interna de governança encontra-se atualmente representada pela Alta Administração do Tribunal – composta por Presidente, Secretária(o)-Geral da Presidência e Diretora(or)-Geral do Tribunal, atuantes no direcionamento da instituição.

Responsáveis pela comunicação entre as partes interessadas (sociedade, em sentido amplo) do Tribunal, pela avaliação e pelo monitoramento de riscos e controles internos e pela realização de auditorias e fiscalizações, as instâncias internas de apoio à governança são representadas pela Ouvidoria, pela Secretaria de Auditoria e pelas Comissões e Comitês do Tribunal.

As instâncias externas de governança são instituições autônomas e independentes, sem vínculo hierárquico com o TSE. No entanto, suas atividades causam impacto na governança do órgão, em razão de seu papel de fiscalização, controle e regulação. São representadas pelo CNJ, pelo CN e pelo TCU.

2.5. Modelo de negócios

O modelo de negócios demonstra como o Tribunal cria e entrega valor à sociedade por meio da transformação de seus capitais e recursos humanos, intelectuais e financeiros em produtos e serviços à sociedade por meio de suas atividades.

CAPITAL HUMANO

Somos 2.006 trabalhadoras e trabalhadores que buscam prestar serviço de excelência à sociedade. Contamos ainda com mais de 1 milhão e 530 mil mesárias e mesários que compareceram às últimas eleições.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Coordenamos o processo orçamentário e financeiro da Justiça Eleitoral, o que envolve a análise e a consolidação das propostas orçamentárias dos TREs.

SERVIÇOS PRESTADOS À SOCIEDADE

Organizamos, realizamos e fiscalizamos as eleições; regulamentamos o processo eleitoral; identificamos brasileiras e brasileiros em suas relações com a sociedade e com os órgãos e entidades governamentais e privados; combatemos a desinformação por meio da informação e da capacitação.

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Mais de 9.111 processos baixados (julgados) ao longo do ano.

Nossa Missão

Promovemos a cidadania e garantimos a legitimidade do processo eleitoral e a efetiva prestação jurisdicional, a fim de fortalecer a democracia.

CRIAÇÃO DE VALOR

Promovemos cidadania ao assegurar às cidadãs brasileiras e aos cidadãos brasileiros a normalidade dos pleitos, a segurança do voto e a liberdade democrática.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Aplicamos critérios de sustentabilidade às aquisições do Tribunal visando ao desenvolvimento sustentável nas contratações, tomamos iniciativas sustentáveis e adotamos um Plano de Logística Sustentável.

PARCERIAS INSTITUCIONAIS

Abrangem instituições públicas e privadas que nos auxiliam no combate à desinformação, nas ações de comunicação, na ampliação da biometria e no transporte de urnas para locais de difícil acesso.

OUVIDORIA

Nossa Ouvidoria é o canal de comunicação direto e efetivo entre a cidadã e o cidadão e o TSE. Realizamos mais de 41 mil atendimentos em 2021.

NOSSOS CLIENTES

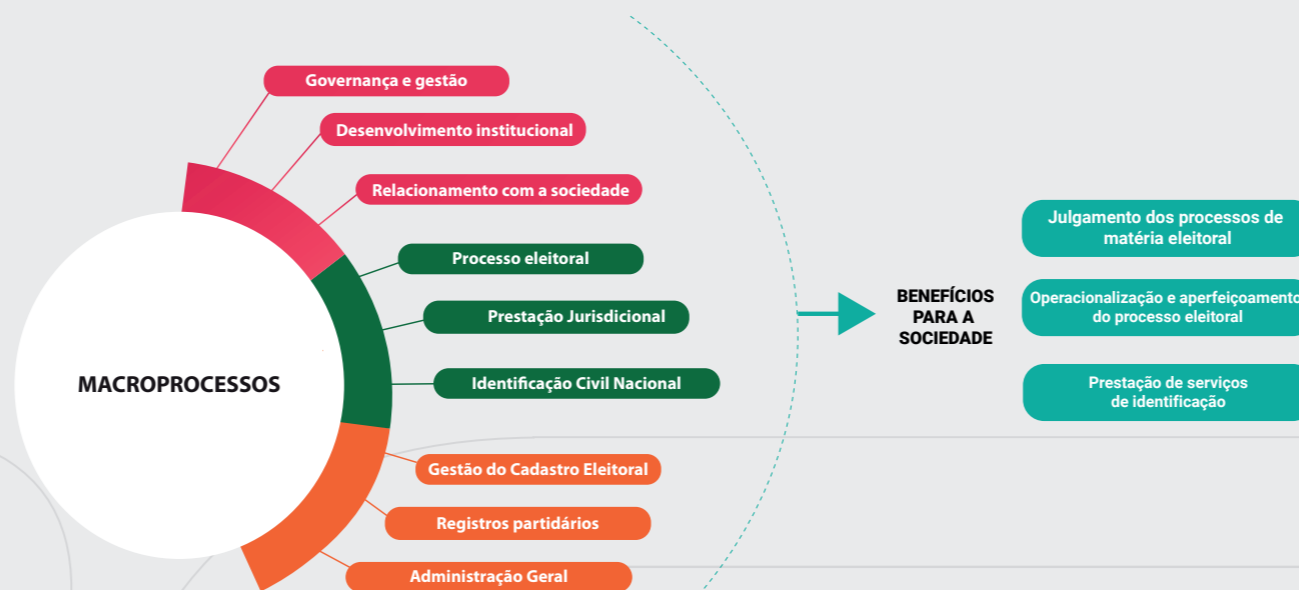
Atendemos a sociedade brasileira, na qual mais de 147 milhões de votantes estão aptos a fazerem suas escolhas nas eleições, e damos suporte às candidatas e aos candidatos que se registram a cada eleição.

Fonte: Estatísticas Processuais.



2.6. Cadeia de valor

A cadeia de valor representa o conjunto dos principais macroprocessos do TSE, que proporcionam visão lógica, estruturada e organizada do funcionamento da organização, o que propicia melhor domínio do negócio e a busca continuada pela melhoria dos processos de trabalho.



2.7. Ambiente externo

O ambiente externo é representado pelo conjunto de variáveis ou fatores significativos externos que impactam a gestão e afetam a capacidade da organização de gerar valor em curto, médio e longo prazos.

Durante a elaboração do [Plano Estratégico 2021-2026](#), as variáveis externas foram identificadas por meio da Análise SWOT, ou Análise FOFA, ferramenta utilizada para realizar o diagnóstico estratégico da organização e identificar suas forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, essas duas últimas representando o ambiente externo da organização. Os resultados dessa análise podem ser verificados na figura seguinte.

AMBIENTE EXTERNO

OPORTUNIDADES

- ▶ Possibilidade de parcerias com outros órgãos em serviços e soluções de tecnologia
- ▶ Demanda por autenticação de ICN de forma segura
- ▶ Aumento da demanda da sociedade por serviços virtuais
- ▶ Interesse e amadurecimento da sociedade sobre o processo eleitoral
- ▶ Demanda de serviços para o exercício da cidadania de forma plena
- ▶ Aumento do uso de ferramentas tecnológicas e redes sociais, possibilitando a maior abrangência das campanhas educativas
- ▶ A sociedade enxergar o TSE como exemplo de diversidade e inclusão
- ▶ Mudanças legislativas

AMEAÇAS

- ▶ Ataques cibernéticos
- ▶ Desconfiança quanto à segurança da urna eletrônica
- ▶ Ataques ao sistema eleitoral e democrático
- ▶ Ampliação da intervenção humana no processo eleitoral
- ▶ Continuidade da pandemia
- ▶ Eleições polarizadas
- ▶ Déficit salarial
- ▶ Cenário fiscal de restrições orçamentárias
- ▶ Mudanças legislativas
- ▶ Descrença no sistema político

Objetivos estratégicos correlacionados às OPORTUNIDADES e AMEAÇAS

- ▶ Fortalecer a imagem da Justiça Eleitoral perante a sociedade
- ▶ Promover maior engajamento da sociedade no processo eleitoral e a participação dos diversos grupos minorizados na política
- ▶ Ampliar a prestação de serviços de ICN
- ▶ Aperfeiçoar a segurança da informação
- ▶ Promover a inovação e ampliar a prestação de serviços digitais
- ▶ Garantir o acesso dos públicos interno e externo à informação autêntica e de qualidade
- ▶ Aprimorar a gestão do processo eleitoral
- ▶ Promover o trabalho interativo e colaborativo no TSE e na Justiça Eleitoral
- ▶ Garantir os recursos tecnológicos para a ampliação dos serviços digitais, inovação e segurança de Tecnologia da Informação (TI)

3

Riscos, oportunidades e perspectivas

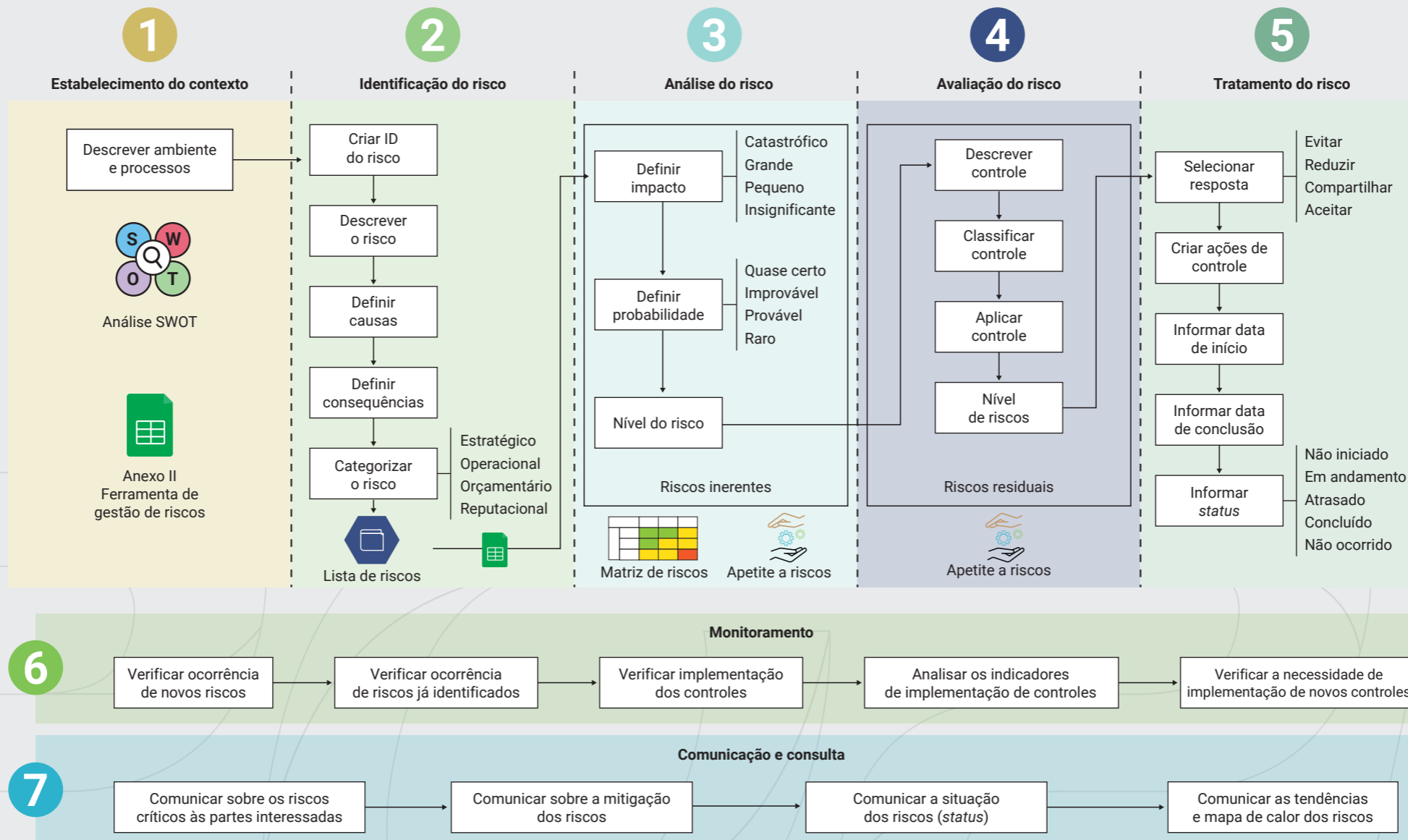
3.1. Gestão de riscos e controles internos

A Política de Gestão de Riscos ([Portaria-TSE nº 784/2017](#)) define as diretrizes para a implementação da gestão de riscos e a estrutura do Processo de Gestão de Riscos (PGRiscos) – conjunto de procedimentos delineado para identificar, avaliar e responder a riscos que possam afetar, positiva ou negativamente, os objetivos estratégicos do Tribunal.

Com o objetivo de facilitar a implementação da gestão de riscos no Tribunal e de complementar a revisão do PGRiscos, aplicou-se a metodologia do PGRiscos no processo de Avaliação dos Critérios de Sustentabilidade nas Aquisições por meio de projeto-piloto, a partir do qual foram identificados 18 eventos de riscos e 36 controles.

Constatou-se que, com a avaliação dos controles implementados quanto à eficácia, do total de 18 eventos de riscos identificados no processo, 3 riscos foram classificados como críticos; 7, como altos; e 7, como moderados.

O resultado da revisão do PGRiscos e seus componentes podem ser verificados na figura a seguir.



4 Governança, estratégia e desempenho

4.1. Apoio da estrutura de governança à capacidade de o TSE gerar valor

A governança organizacional destina-se a avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com o objetivo de conduzir as atividades institucionais e a prestação de serviços aos interesses da sociedade. O aprimoramento da governança é um dos objetivos estratégicos do [Plano Estratégico do TSE 2021-2026](#).

O perfil de governança do TSE é aferido regularmente por meio dos Levantamentos Integrados de Governança Organizacional Pública, realizados pelo TCU.

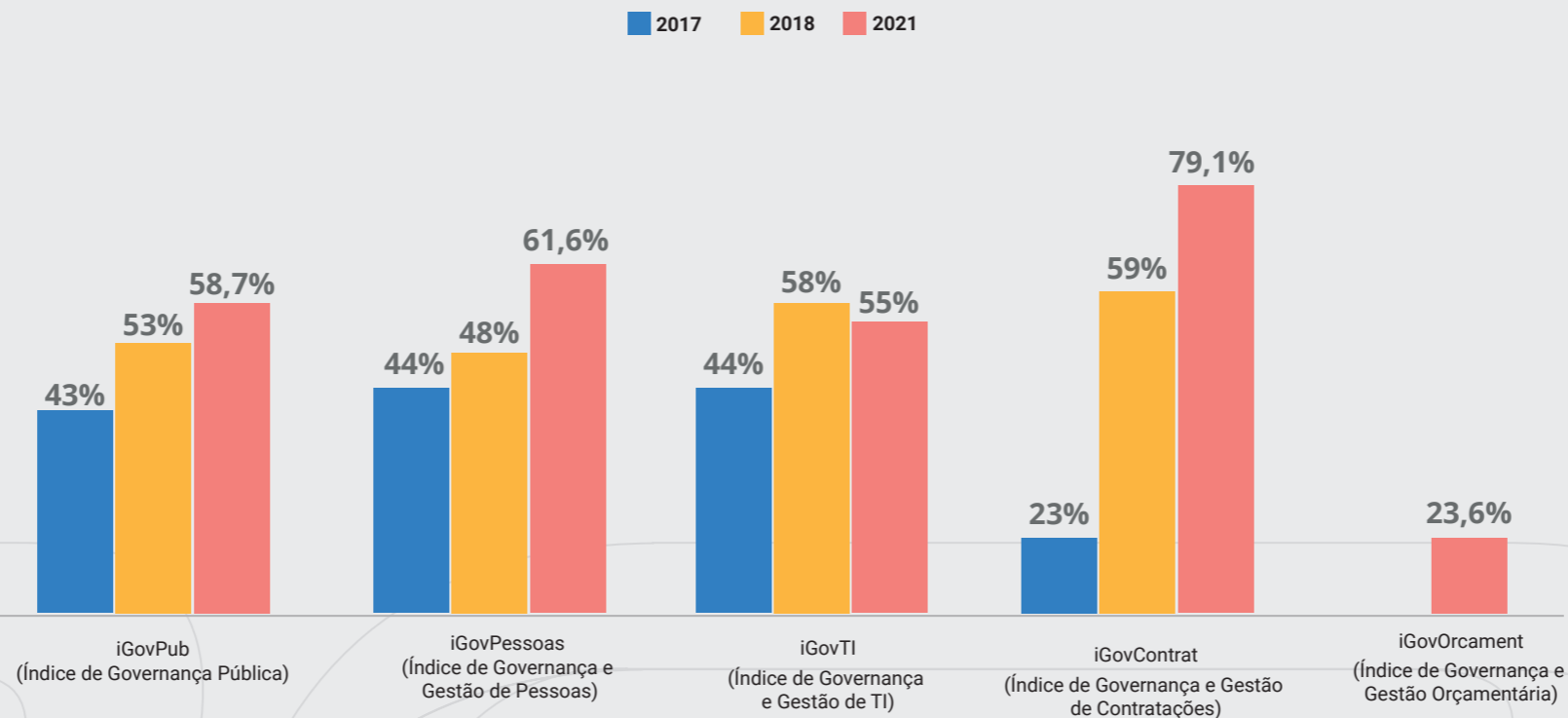
Resultados do Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas (iGG)

2017 > 36%

2018 > 49%

2021 > 52,5%

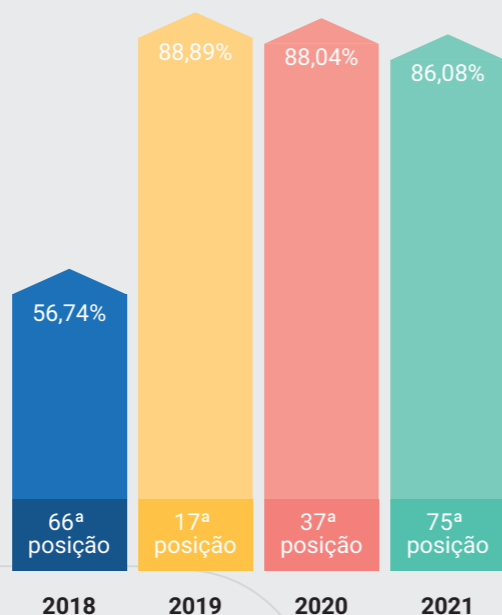
Resultados de outros indicadores de governança e gestão



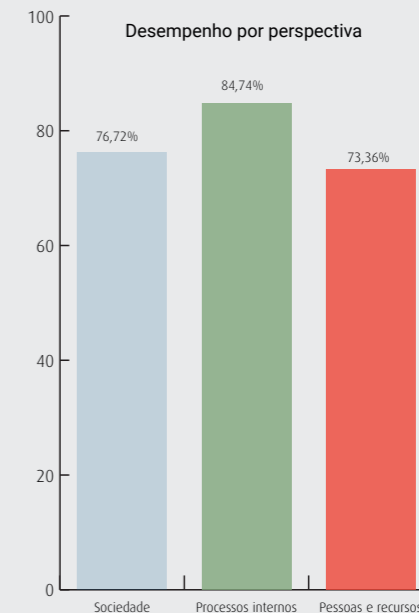
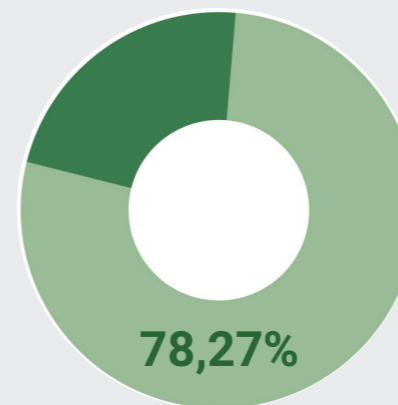
Observa-se que o iGovOrçament começou a ser medido no ciclo 2021. Maiores informações podem ser obtidas na página [Governança e Gestão](#), no Portal TSE.

No que toca à transparência institucional, o TSE participa anualmente do *ranking* da transparência do Poder Judiciário, realizado pelo CNJ. As informações solicitadas no *ranking* podem ser consultadas no [Portal TSE](#).

Resultados do TSE – Ranking da transparência



Desempenho geral do Plano Estratégico 2018-2021



4.2. Estratégia

Instrumento de gestão cujo propósito é o cumprimento da missão institucional do Tribunal, o Plano Estratégico une o TSE em prol de um propósito comum, isto é, o alcance da visão de futuro do órgão e dos resultados cada vez melhores à sociedade.

Aprovado pela Resolução-TSE nº 23.567/2018, o [Plano Estratégico 2018-2021](#) teve seu ciclo encerrado, e os detalhes de seu desempenho estão disponíveis no [Relatório de Resultado do Plano Estratégico 2018-2021](#). Os resultados relativos ao desempenho geral do plano e das suas perspectivas podem ser visualizados a seguir.

Com o encerramento do Plano Estratégico 2018-2021, o TSE procedeu à elaboração do Planejamento Estratégico 2021-2026, em alinhamento à Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, instituída pela Resolução-CNJ nº 325/2020.

A elaboração do Planejamento Estratégico 2021-2026 se deu mediante processo participativo e democrático, o qual contou com a cooperação de servidoras, servidores, colaboradoras e colaboradores, bem como de instituições parceiras e da sociedade.

Etapas de elaboração do Plano Estratégico 2021-2026



1 Envolvimento e diagnóstico

Ativação do tema *Estratégia* para fomentá-lo na cultura organizacional; conscientização da importância do planejamento colaborativo; análise e avaliação dos aspectos inerentes à realidade interna e externa do Tribunal.



2 Definição do referencial

Definição e alinhamento do referencial estratégico – missão, visão e valores do TSE.



3 Tradução

Criação dos objetivos estratégicos e de seus respectivos indicadores de desempenho; formação do mapa estratégico.



4 Desdobramento

Definição dos objetivos táticos e de seus indicadores de esforço para o alcance dos objetivos estratégicos.

O [Plano Estratégico 2021-2026](#), instituído pela Portaria-TSE nº 497/2021, encontra-se representado pelo Mapa Estratégico, o qual descreve a missão, a visão, os valores e os objetivos estratégicos relativos às perspectivas sociedade, processos internos e aprendizado e crescimento.

Mapa Estratégico do TSE

Missão: Promover a cidadania e garantir a legitimidade do processo eleitoral e a efetiva prestação jurisdicional, a fim de fortalecer a democracia.

Visão: Consolidar-se como uma instituição transparente, garantidora da legitimidade do processo eleitoral e impulsionadora de inovação na prestação dos serviços à cidadã e ao cidadão de forma segura, acessível e sustentável.



Valores

Sociedade

Fortalecer a **imagem** da Justiça Eleitoral perante a sociedade.

Promover maior **engajamento da sociedade** no processo eleitoral e a participação dos diversos **grupos minorizados** na política.

Ampliar a prestação de serviços de **Identificação Civil Nacional**.

Processos Internos

Aperfeiçoar a **segurança da informação**.

Promover a **inovação** e ampliar a prestação de **serviços digitais**.

Aprimorar a adoção de **práticas sustentáveis**.

Promover a **efetiva e célere prestação jurisdicional**.

Garantir o **acesso** do público interno e externo à **informação autêntica e de qualidade**.

Aprimorar a **governança institucional**.

Aprimorar a **gestão do processo eleitoral**.

Aprendizado e Crescimento

Fortalecer a **segurança e a proteção institucional**.

Aumentar a **eficiência na gestão orçamentária**.

Melhorar a **experiência de trabalho do servidor**.

Promover o **trabalho interativo e colaborativo** no TSE e na justiça eleitoral.

Garantir os **recursos tecnológicos** para a ampliação dos **serviços digitais, inovação e segurança de TIC**.



Visando ao acompanhamento da execução do Plano Estratégico 2021-2026, instituiu-se o Plano de Monitoramento da Estratégia ([Portaria-TSE nº 620/2021](#)), que tem a finalidade de verificar se os projetos e ações definidos estão sendo executados, bem como se os resultados estão contribuindo positivamente para o alcance das metas e dos objetivos propostos.

Os resultados do Plano Estratégico 2021-2026 poderão ser acompanhados na página [Governança e Gestão Estratégica](#), no Portal TSE.

4.3. Resultados e desempenho da gestão

4.3.1 Gestão de pessoas

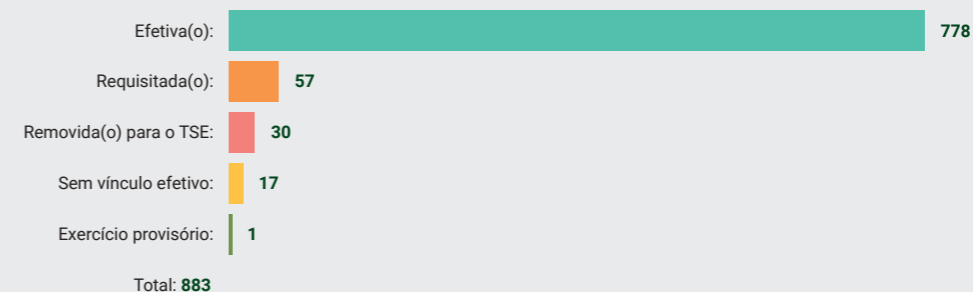
4.3.1.1. Força de trabalho

Força de trabalho:



4.3.1.2. Situação funcional e perfil de servidoras e servidores

Situação funcional



Percentual de servidoras e servidores, por sexo e cargo:



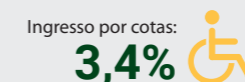
Faixa etária de servidoras e servidores, por sexo e cargo:



Raças de servidoras e servidores



Servidoras e servidores com deficiência:



Turnover (índice de rotatividade externa)

Geral – Cargos efetivos		
2020	1,26% de rotatividade	98,86% de força de trabalho
2021	1,13% de rotatividade	98,87% de força de trabalho

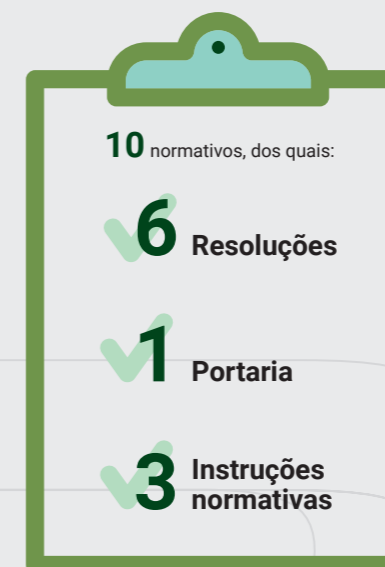
Analista Judiciária(o)		
2020	1,17% de rotatividade	98,83% de força de trabalho
2021	0,83% de rotatividade	99,17% de força de trabalho

Técnica(o) Judiciária(o)		
2020	1,11% de rotatividade	98,89% de força de trabalho
2021	1,52% de rotatividade	98,48% de força de trabalho

4.3.1.3. Conformidade legal

Para assegurar a conformidade com a Lei nº 8.112/1990 e com os demais normativos de pessoal, as unidades de gestão de pessoas buscam alinhar diretrizes e orientações operacionais para o TSE e a Justiça Eleitoral, por meio de estudos técnico-jurídicos e publicações de normativos. Compete ao TSE disciplinar as atividades de pessoal, à luz da Lei nº 8.868/1994.

Legislação aplicada em 2021

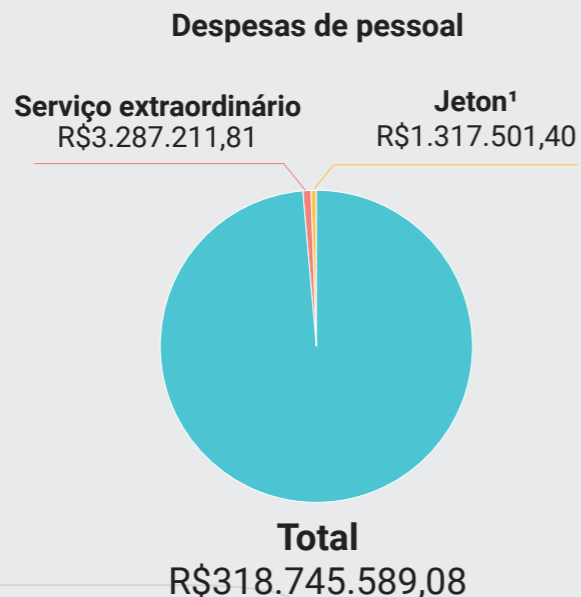


4.3.1.4. Aplicação dos normativos de controle

Todas as servidoras e todos os servidores autorizaram o acesso à Declaração de Bens e Rendas, conforme dispõe a Lei nº 8.730/1993, e preencheram a Declaração de Acumulação ou Não de Cargos Públicos e a Declaração de Nepotismo, ambas disponibilizadas eletronicamente, não tendo sido detectada nenhuma irregularidade.

Os atos de admissão, concessão de pensão civil e aposentadoria foram registrados no Sistema e-Pessoal do TCU, conforme Instrução Normativa-TCU nº 78/2018.

4.3.1.5. Pagamento de pessoal



4.3.1.6. Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT)

Vinte e quatro TREs estão com a ferramenta automatizada do DFT instalada. Desses, 13 estão realizando o dimensionamento de unidades no ciclo de 2021, na fase quantitativa; 4 TREs se encontram na fase qualitativa do dimensionamento, ou seja, estão realizando a validação e o cadastro de entregas, com perspectiva de realização da fase quantitativa ainda em 2021.

No TSE, foi realizada a revisão das entregas de trabalho da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) e da Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias (Asepa), e aberto um novo ciclo de dimensionamento dessas unidades, com resultados a serem gerados e apresentados em 2022.

¹ Gratificação eleitoral disposta pela Resolução-TSE nº 23.578/2018.

4.3.1.7. Lotação e gestão de desempenho

Em outubro de 2021, foi lançada a primeira seleção externa para função comissionada realizada pelo órgão. O objetivo é suprir a necessidade de pessoal na Secretaria de Comunicação e Multimídia (Secom), para o perfil de gestora ou gestor de contratos. O processo seletivo é motivado pelo fato de que, após a realização de seleções internas, não foi possível encontrar servidora ou servidor para vaga. A oportunidade foi amplamente divulgada nos Tribunais com sede no Distrito Federal. A pessoa selecionada será requisitada pelo TSE para a ocupação da função comissionada. A prática é inédita em Tribunais Superiores. Depois do fim do processo, será feita uma avaliação sobre o trabalho, com vistas a adotar esse tipo de prática após seleções internas sem inscritos.

Movimentação na carreira por meio de
progressão e promoção de servidoras e servidores

328

Atendimentos e mediações

192

Desligamentos

16

Eventos de ambientação

**2 coletivos e
5 individuais**

Processos seletivos internos

16

Processo seletivo externo

1

Fonte: Módulo Capacitação/SGRH, acesso em 21/9/2021.



4.3.1.8. Educação corporativa

Orçamento disponibilizado

R\$1.000.000,00

Executado

R\$790.000,00 (79%)

Programa Permanente de Capacitação em números

Servidoras e servidores capacitadas(os)

59,73%

Ações de capacitação

122

Vagas disponibilizadas

2.101

Investimento nas vagas

R\$465.504,11

Carga horária total

4.166,5 horas

Fonte: Módulo Capacitação/SGRH, acesso em 17/12/2021.

Cargos gerenciais ocupados capacitados

Secretariado

60%

Coordenação

45,4%

Chefia de Assessoria

77,7%

Chefia de seção

58,1%

Lideranças capacitadas por unidade (%)



4.3.1.9. Desenvolvimento organizacional

A fim de realizar a transformação da cultura organizacional, deu-se início à construção de um novo conjunto de valores organizacionais para o TSE, indo ao encontro do trabalho realizado no âmbito do Planejamento Estratégico 2021-2026, o qual resultou na publicação do [Plano Estratégico 2021-2026](#).

O trabalho consistiu na elaboração e aplicação de pesquisa quantitativa e contou com a participação de 371 respondentes. Após, na etapa qualitativa, foram realizados 2 grupos focais, um com gestoras e gestores e outro com servidoras e servidores. Chegou-se, assim, ao conjunto de 8 valores organizacionais e respectivos comportamentos descritivos.

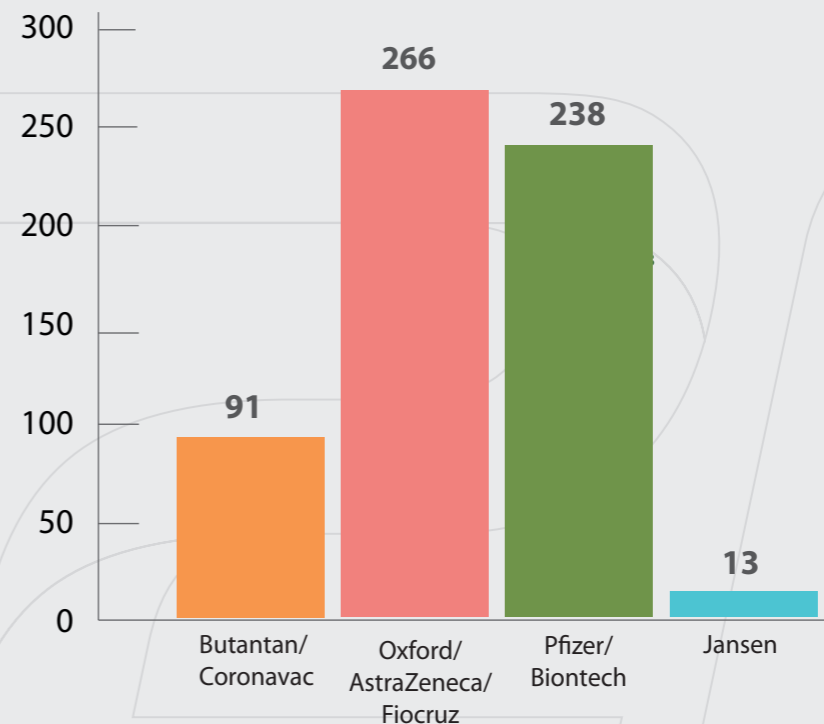
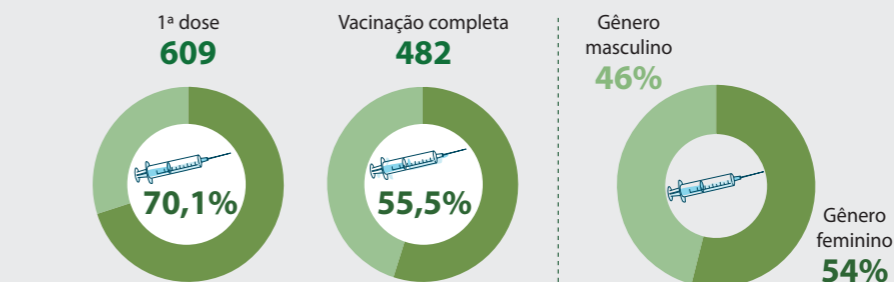
Valores organizacionais do TSE



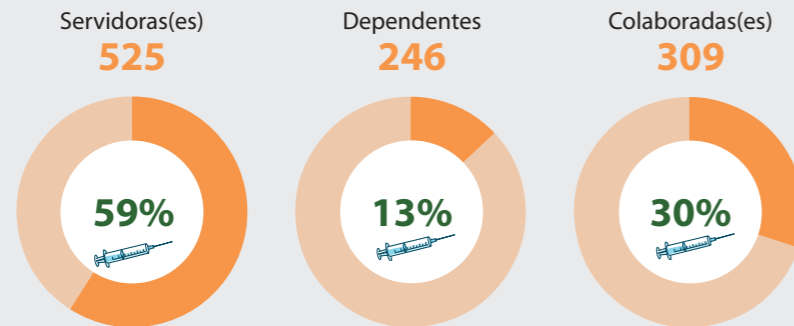
4.3.1.10. Saúde e bem-estar

Os dados a seguir estão atualizados até dezembro de 2021.

Servidoras e servidores do TSE vacinadas(os) contra Covid-19



Servidoras e servidores vacinadas(os) contra gripe



Total: **1.100 vacinações**

O TSE e a Universidade de Oxford fecharam acordo de cooperação técnica com o objetivo de avaliar a efetividade de intervenções comportamentais para aumentar a produtividade e o bem-estar de servidoras e servidores públicas(os) durante o teletrabalho. Para tanto, realizou-se o *workshop Remote Work and People in Government: Knowledge Sharing*, oferecido pela Universidade de Oxford, que tratou do desenho do estudo, da implementação e dos impactos da pesquisa nas instituições.

O levantamento de dados dos indicadores foi concluído em agosto de 2021, com o envio de questionário preenchido para o grupo de pesquisa, com indicação de dados levantados conjuntamente com as unidades detentoras dos dados.

O estudo-piloto foi coordenado pela SGP. Após o término dessa fase, uma equipe de mestradas e mestrandos da Universidade de Oxford analisou e tratou todos os dados coletados, e uma discussão completa dos resultados está prevista para acontecer em novembro de 2021.

4.3.1.11. Ações de diversidade e inclusão

Dentre as diversas ações com foco em diversidade e outras atividades, destacam-se as seguintes:



Alterações no Sistema de Gestão de Pessoas com foco em diversidade

O Espaço do Servidor passa a se chamar Meu Espaço, atendendo à nomenclatura de gênero.

Acrescentamos os tipos de deficiência e recadastramos as servidoras e os servidores com deficiência.



Acrescentamos os tipos de gênero e de raça/cor seguindo a nomenclatura do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

1º Censo de Diversidade do TSE

O objetivo do Censo foi conhecer o público interno do Tribunal de forma personalizada e possibilitar a promoção de ações direcionadas ao fomento da diversidade e da inclusão.

[Painel Servidoras do TSE](#)

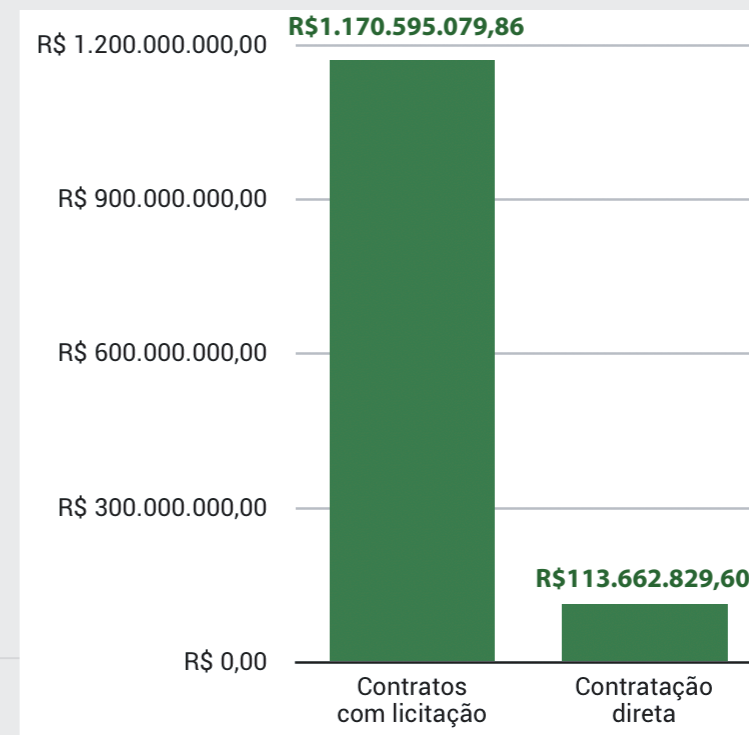
Dá transparência aos dados demográficos e funcionais das servidoras do TSE

4.3.2. Gestão de licitações e contratos

4.3.2.1. Contratações em 2021

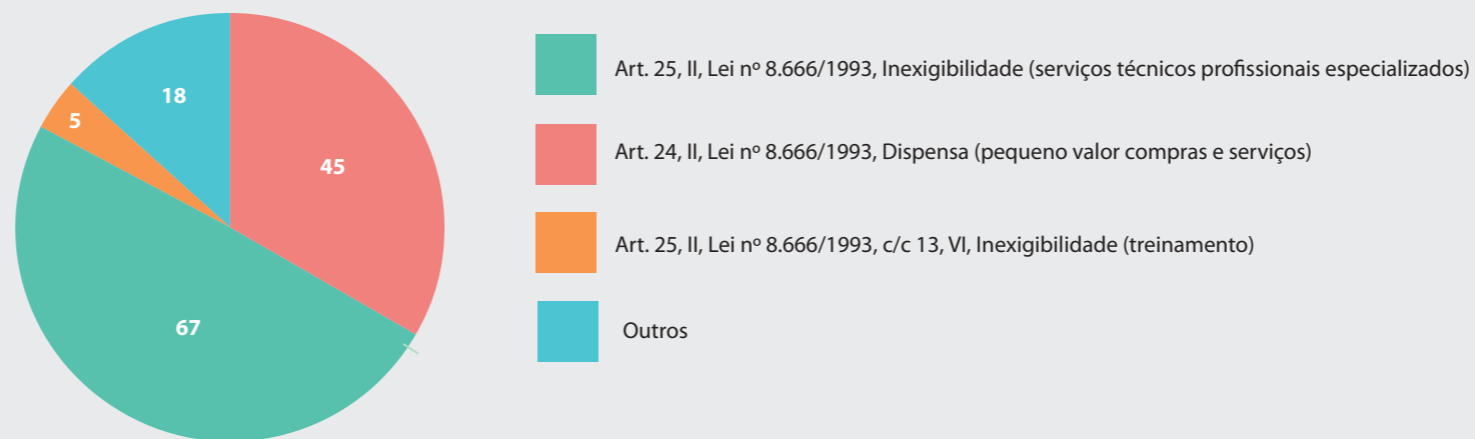
56 Processos de contratação

Modalidade de contratação	Quantidades
Pregão eletrônico	50
Concorrência	1
Tomada de preços	1
Leilão	1
Contratação direta	135
Total	188



Fonte: Sistema de Acompanhamento das Contratações (Siac)

4.3.2.2. Contratações diretas



Total: 135

Fonte: Siac e Portal da Transparência TSE – consideradas apenas as contratações que geraram contrato.

4.3.2.3. Contratações mais relevantes

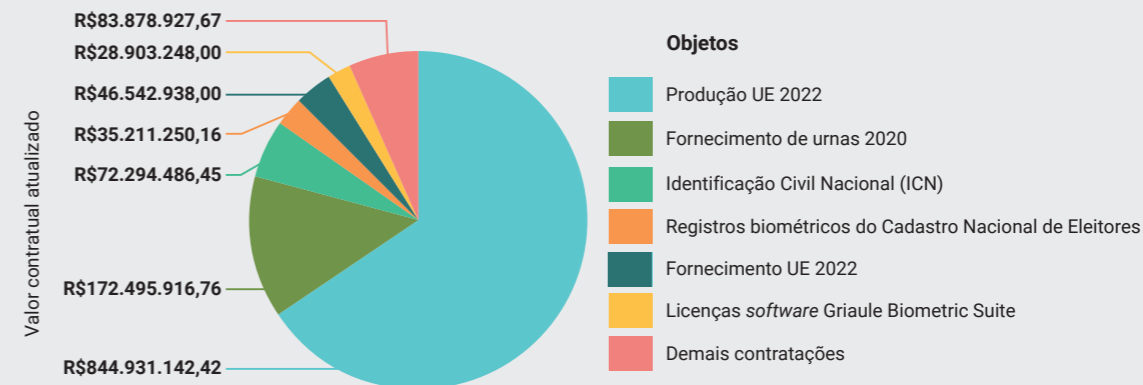
Em 2021, as contratações mais relevantes referem-se à produção das urnas eletrônicas, à solução de registros biométricos do cadastro de eleitoras e eleitores e da Justiça Eleitoral, à prestação de serviços de operacionalização da Identificação Civil Nacional (ICN), aos serviços de *outsourcing* para operação de almoxarifado virtual, assim como à contratação de 720 licenças perpétuas do *software* Griaule Biometric Suite (GBS).

Nº Contrato	Empresa	Objeto	Modalidade	Valor (R\$)
84/2021	Positivo Tecnologia S.A.	Produção e o fornecimento dos equipamentos e materiais e a prestação dos serviços descritos no Projeto Básico – Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 3/2021 (Urnas Eletrônicas 2022 e respectivos componentes).	Concorrência	844.931.142,42
8/2021	Positivo Informática S.A.	Produção e o fornecimento de 32.609 Urnas Eletrônicas modelo 2020, com a respectiva embalagem, bem como o fornecimento de suprimentos.	Pregão eletrônico	172.495.916,76
85/2021	Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro)	Prestação de serviços de operacionalização da Identificação Civil Nacional (ICN) abrangendo serviços de conferência biográfica e biométrica, pesquisa biográfica e emissão de Documento Nacional de Identificação (DNI).	Dispensa, art. 24, XVI, 8.666/1993	72.294.486,45
86/2021	Positivo Tecnologia S.A.	Produção e o fornecimento dos equipamentos e materiais e a prestação dos serviços descritos no Projeto Básico – Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 3/2021 (Urnas Eletrônicas 2022 e respectivos componentes).	Pregão eletrônico	46.542.938,00
34/2021	Lanlink Soluções e Comercialização em Informática	Prestação de serviços de expansão tecnológica da infraestrutura que suporta a solução integrada de registros biométricos do Cadastro Nacional de Eleitores já em uso pelo TSE.	Pregão eletrônico	35.211.250,16
62/2021	Griaule Ltda.	Contratação de 720 licenças perpétuas do software Griaule Biometric Suite (GBS) com o respectivo suporte técnico e atualização tecnológica por 12 meses.	Pregão eletrônico	28.903.248,00

Fonte: Siac.

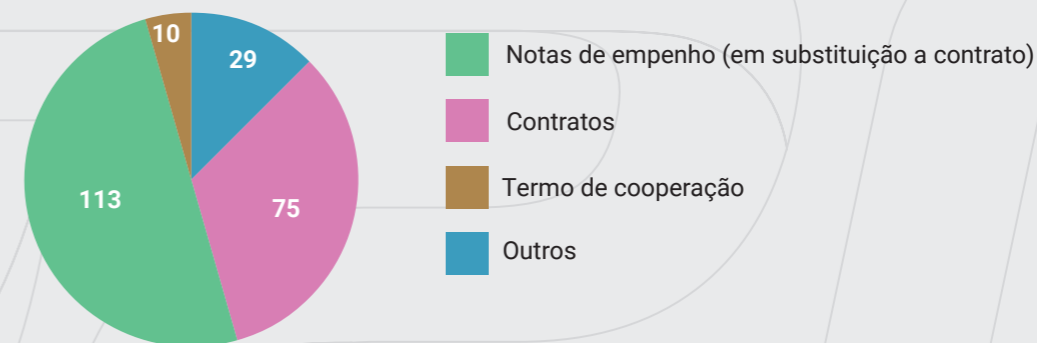
Fonte: Siac.

Contratações relevantes



Total: R\$1.284.257.909,46

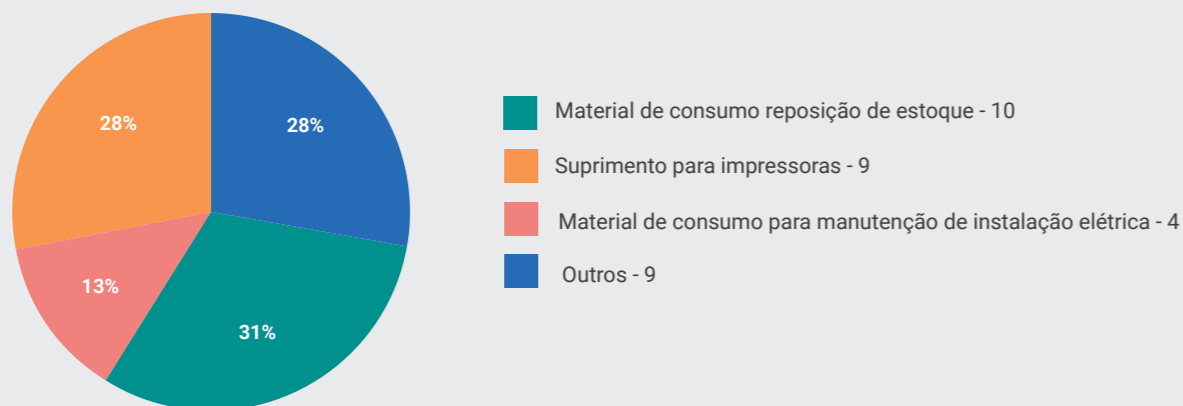
Outros ajustes



Total: 227



4.3.2.4. Atas de registro de preços (porcentagem e quantidade)



Total: 32

4.3.2.5. Justificativas para as contratações

As principais contratações formalizadas no âmbito do TSE justificam-se pelas demandas eleitorais, especialmente pela necessidade de atualização tecnológica dos modelos de urnas eletrônicas, assim como de cadastros biométricos, usados para a identificação da eleitora e do eleitor, na Identificação Civil Nacional e compartilhados com outros órgãos públicos, mediante formalização de acordo.

4.3.2.6. Conformidade legal

As contratações pactuadas em 2021 tiveram como principais fundamentos legais:

- Pregão Eletrônico, Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 10.024/2019;
- Decreto nº 7.892/2013 e suas alterações;
- Inexigibilidade – Art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666/1993;
- Dispensa – Art. 24, II, da Lei nº 8.666/1993.

Previamente às contratações, os setores requisitantes são instados a apresentar estudos técnicos preliminares, prática que propicia significativo ganho de eficiência e economicidade nas contratações, verificando-se as soluções de mercado que atendam à demanda e, após a análise de cada solução, é eleita a que melhor atende à demanda do ponto de vista técnico e econômico.

A qualificação constante dos agentes envolvidos no procedimento de contratos também é considerada primordial, citando-se a capacitação de mais de 600 servidores da Justiça Eleitoral em novembro/2021 no Programa de Imersão na Nova Lei de Licitações.

Cumprido ressaltar a publicação da [Instrução Normativa-TSE nº 11/2021](#), a qual regulamenta as fases das contratações no âmbito do TSE e contém modelos de formulários necessários à instrução dos autos, que servem como guia para as contratações realizadas em busca de celeridade e eficiência dos procedimentos. Outra ação de grande impacto foi a parceria feita com os TREs, da qual resultou a elaboração de 14 notas técnicas para aprimoramento da governança das contratações na Justiça Eleitoral e na proposta de resolução que irá substituir a Resolução-TSE nº 22.234/2010, destinada à regulamentação da governança de contratações na Justiça Eleitoral, com fundamento na nova Lei de Licitações.

4.3.2.7. Objetivos estratégicos

As ações adotadas pelo TSE, referentes às contratações, foram diretamente alinhadas com os objetivos estratégicos da Casa, principalmente para fornecer meios para a implementação das estratégias de outras unidades, com o objetivo de assegurar a legitimidade do processo eleitoral, a aproximação da Justiça Eleitoral com a sociedade, o aprimoramento dos mecanismos de transparência, a eficiência da prestação dos serviços administrativos e da gestão orçamentária e financeira.

4.3.2.8. Principais desafios

Em atendimento ao Acórdão-TCU nº 2.341/2016 – Plenário, todas as servidoras e todos os servidores da Secretaria de Administração (SAD) foram treinadas(os) em gestão de riscos, seguido do mapeamento dos riscos do macroprocesso de contratações do TSE.

Desde o início da pandemia, muitos têm sido os desafios enfrentados pela administração, dentre os quais se destaca a adaptação do trabalho à distância para servidores e gestores. Isso também impactou em adaptação à mão de obra disponível nos contratos de terceirização.



Esforços têm sido realizados para adequação dos postos de trabalho nos contratos subordinados à SAD, de forma que estes reflitam a real necessidade dos serviços a serem prestados. As reduções têm sido feitas a partir de estudos e dimensionamentos que garantam a continuidade da prestação dos serviços, sem prejuízo das atividades, mesmo em caso de retorno ao modelo presencial de trabalho. Esses cortes possibilitam que os recursos orçamentários sejam otimizados e direcionados de forma mais eficiente para outras demandas.

Assim, procedeu-se à supressão de 16 postos de trabalho de serventes, resultando em economia anual em torno de R\$760.000,00. Tramita, ainda, a supressão de 1 posto de copeira, a qual corresponde a uma economia anual aproximada de R\$42.700,92. Além disso, foram suprimidos 10 postos de trabalho de serviços de apoio administrativo, obtendo-se uma economia de aproximadamente R\$451.138,92.

4.3.3. Gestão patrimonial e infraestrutura

4.3.3.1. Conformidade legal

As unidades gestoras patrimoniais do Tribunal obtiveram a conformidade documental e contábil alinhadas aos arts. 37 e 70 da CF/1988, à Lei nº 4.320/1964, ao Decreto-Lei nº 200/1967, à Instrução Normativa-Sedap/PR nº 205/1988, à Lei Complementar nº 101/2000, à Lei nº 8.429/1992 e aos demais instrumentos legais que regem a gestão patrimonial na administração pública.

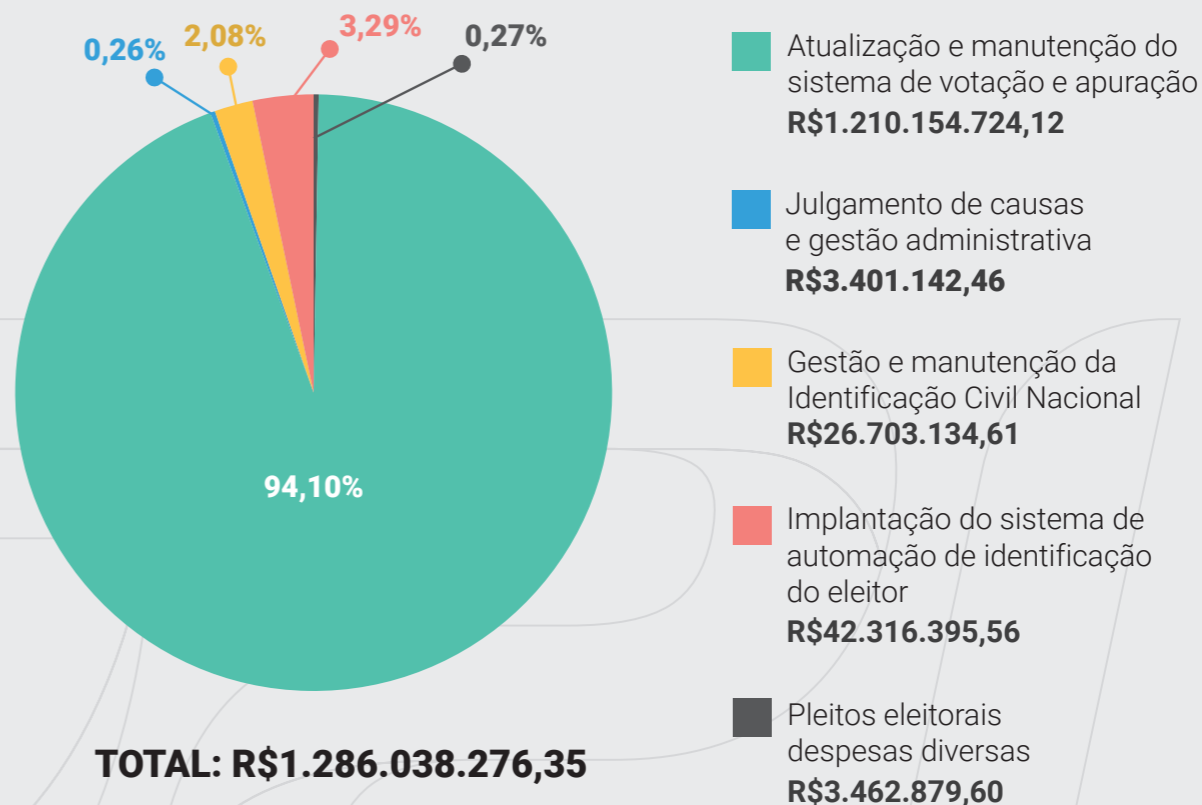
4.3.3.2. Mecanismos de controle e prevenção de falhas e irregularidades

Adoção do Termo Circunstanciado Administrativo (TCA), nos termos do Capítulo X da Instrução Normativa-TSE nº 4/2017, que tem o objetivo de apurar a ocorrência de extravio ou dano a bem público que implicar prejuízo de pequeno valor ao patrimônio público. Foram tratadas duas ocorrências por meio do TCA, relativas ao extravio de um *notebook* e um liquidificador, respectivamente.

4.3.3.3. Principais investimentos de capital

Em 2021, foram investidos R\$1,286 bilhão (valor empenhado) em aquisição de urnas eletrônicas, equipamentos de TIC, aquisição e manutenção de *softwares*, publicações nacionais e estrangeiras, equipamentos médico-hospitalares, armamentos, distribuídos nas ações orçamentárias constantes do gráfico Ações Orçamentárias.

Investimentos e ações orçamentárias



Fonte: Siafi – Tesouro Gerencial.



Do total do investimento, foram aplicados R\$ 1,210 bilhão (94,10% do total) na aquisição e manutenção de urnas eletrônicas, R\$ 42,3 milhões (3,29%) na automação da identificação do eleitor e 26,7 milhões (2,08%) nas ações voltadas à implementação da Identificação Civil Nacional (ICN).

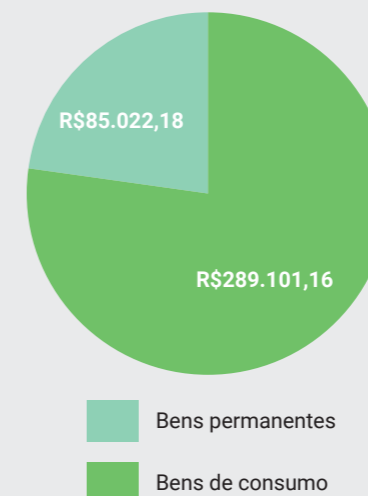
Tais investimentos estão alinhados com os objetivos estratégicos do Tribunal ao assegurar a legitimidade do processo eleitoral, promover inovações tecnológicas, garantir a eficiência na prestação dos serviços de TIC e ampliar a oferta de serviços digitais à sociedade.

4.3.3.4. Desfazimento de ativos



1 Descarte ecologicamente correto das urnas eletrônicas modelos 2006 e 2008 e materiais relacionados, com 100% de destinação ambientalmente adequada e, no mínimo, 95% de reciclagem, por meio de leilão, no valor estimado de R\$1.111.964,00 (Contrato-TSE nº 53/2021). Período previsto para execução: dezembro de 2021 a março de 2022.

2 Desfazimento de 773 itens do acervo de bens móveis e 92 itens de bens de consumo, classificados como inservíveis. O valor dos bens totaliza R\$374.123,34, conforme o gráfico seguinte.



Classificação dos bens doados – Valores

Fundamentação legal: Decreto Federal nº 9.373/2018 e Instrução Normativa-TSE nº 4/2017.

3) Os processos de desfazimento foram:

- 2018.00.000004276-9 – Doação de automóvel para a Secretaria Municipal de Saúde de Planaltina de Goiás;
- 2021.00.000007945-6 – Doação de automóveis e equipamentos de informática para o Instituto Federal de Educação do Maranhão;
- 2021.00.000009965-1 – Doação de equipamentos de TI, eletroeletrônicos e bens de consumo à Escola Técnica de Brasília/GDF;
- 2021.00.000009956-2 – Doação de mobiliário e equipamentos diversos à Associação Profissionalizante de Reeducação e Inclusão Social (Aprisco).

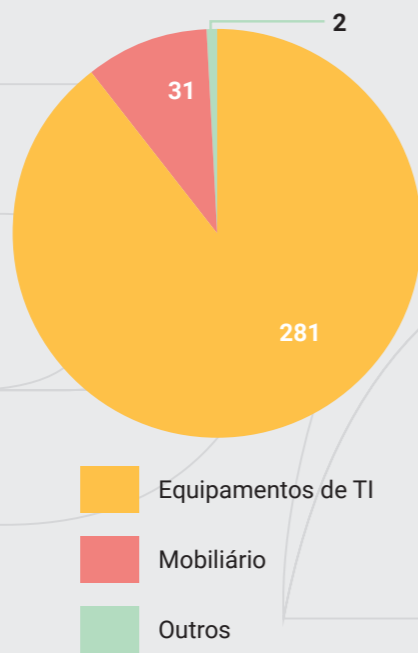
4) Locações de imóveis e equipamentos: não houve locação de imóveis e equipamentos no exercício.

5) Doação de automóvel para passageiro, marca Chevrolet, modelo Blazer, fabricado em 2001, e acessórios, para a Secretaria Municipal de Saúde de Planaltina de Goiás (GO), no valor de R\$3.369,80. Fundamentação legal: Decreto nº 9.373/2018.

4.3.3.5. Empréstimo de bens para teletrabalho

Em razão da Portaria-TSE nº 483/2020 (Documento SEI nº 1731482), ao determinar que a prestação de serviço nas dependências do TSE apenas será admitida presencialmente para aquelas atividades cuja prestação remota seja comprovadamente inviável, foram emprestados 333 (trezentos e trinta e três) itens de bens permanentes aos servidores e colaboradores do Tribunal, por meio da autorização formal da Secretaria de Administração em processos administrativos próprios no SEI, conforme o gráfico Classificação dos bens emprestados – Covid 19 – Quantidade.

Classificação dos bens emprestados (Covid-19) – Quantidade



Fundamentação legal: Resolução TSE nº 23.615/2020.

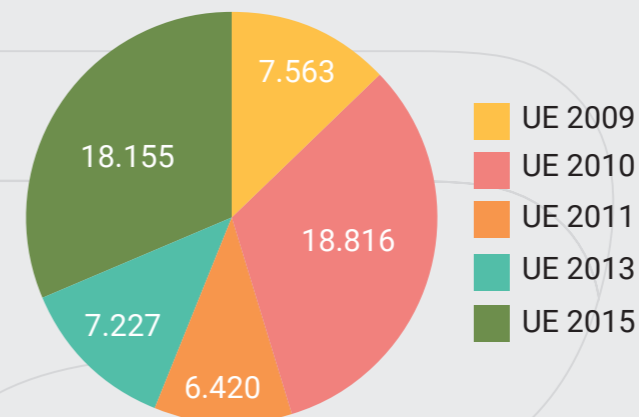
4.3.3.6. Remanejamento de urnas eletrônicas

Com o objetivo de evitar o predomínio de determinados modelos de urnas eletrônicas nos TREs, foi elaborado estudo buscando a equalização nacional do parque, por modelo e quantitativo, conforme Informação Conjunta-Cotel/STI nº 19/2021, Processo SEI nº 2021.00.000007806-9.

A execução do remanejamento está prevista entre os meses de novembro de 2021 e março de 2022, que envolverá o transporte de 58.181 urnas eletrônicas em 59 trechos, conforme o gráfico seguinte, dos quais 14 poderão ser executados por meio da frota própria de caminhões dos TREs, com economia de aproximadamente 15% do custo total estimado de R\$870.616,67.

No ano de 2021, foram remanejadas 27.085 unidades, o que representa 47% do total previsto.

Urnas eletrônicas remanejadas – Quantidade por modelo



4.3.3.7. Controle de ativos intangíveis (software)

Em cumprimento à Macrofunção nº 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações –, publicada no âmbito da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, responsável, dentre outras competências, pela padronização dos registros contábeis no âmbito da União, foram incorporados, ao sistema de controle patrimonial, o valor de R\$213.259.062,52 relativo aos *softwares* adquiridos pelo Tribunal.

Principais Desafios e Ações Futuras

- 1) Implantação da tecnologia de rádiofrequência RFID (*radio frequency identification*) para controle do acervo patrimonial do Tribunal;
- 2) Centralização das bases de dados do sistema automatizado de gestão de almoxarifado e de patrimônio no TSE, visando atender à necessidade de aperfeiçoamento contínuo, dar mais agilidade e flexibilidade nas movimentações e transferências dos recursos materiais e dispor de informações gerenciais com maior rapidez e confiabilidade;
- 3) Implantação do Almoxarifado Virtual (AV) para fornecimento de material de consumo administrativo e suprimento de informática de uso comum, com o intuito de racionalizar as aquisições do Tribunal (Processo SEI nº 2020.00.000004563-7);
- 4) Contratação de serviço de lavagem ecológica de veículos com o fornecimento dos insumos, a ser executado nas dependências do Tribunal, com estimativa anual de R\$65.991,11, para conservação da frota de 36 veículos próprios (Processo SEI nº 2021.00.000007884-0);
- 5) Contratação dos serviços de transporte terrestre de servidores e de colaboradores do Tribunal, sob demanda, para deslocamentos a trabalho, com o objetivo de reduzir custos com a prestação de tais serviços (Processo SEI nº 2021.00.000006283-9);
- 6) Implantação do controle patrimonial dos ativos intangíveis (*softwares*) desenvolvidos pelo Tribunal e cedidos por outros órgãos públicos.

4.3.3.8. Administração predial

Principais custos com serviços prediais

Serviços	Custos 2021
Vigilância e brigada	R\$21.550.855,44
Limpeza e conservação	R\$4.642.512,57
Energia elétrica	R\$4.561.605,13
Manutenção predial	R\$2.818.180,14
Total	R\$33.573.153,28
Prédios gerenciados	2

Obs.: foram considerados os valores inscritos em restos a pagar referentes à energia elétrica de dez./2021 porque ainda não consta fatura fechada.

4.3.4. Gestão da Tecnologia da Informação

4.3.4.1. Conformidade legal

Para assegurar a conformidade legal em TI, este Tribunal mantém-se alinhado com as resoluções e orientações do CNJ, bem como com a Resolução-TSE nº 23.509/2017, que estabelece as políticas, as diretrizes e os mecanismos internos de governança e suas estruturas de tomada de decisões-chave. Além disso, faz uso de boas práticas em seus processos de trabalho e de normas técnicas brasileiras específicas (ABNT/NBR/ISO/IEC) e de *frameworks* reconhecidos internacionalmente (Cobit, Itil e PMBOK).



4.3.4.2. Modelo de governança de TI

As estruturas para a tomada de decisões-chave – e para o adequado e eficiente uso da tecnologia da informação no âmbito do TSE – são definidas na Resolução-TSE nº 23.509/2017 e divididas nos níveis estratégico e tático/operacional.

Estrutura de governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

Comissão Diretiva de Tecnologia da Informação (CDTI)

No nível estratégico, representa a alta administração do Tribunal, composta por: Presidente ou representante; Corregedor(a)-Geral da Justiça Eleitoral ou representante; Diretor(a)-Geral da Secretaria do Tribunal; e titulares de cada Secretaria. Principal instância tomadora de decisão sobre TI, define as estratégias, os objetivos a serem alcançados e os projetos prioritários, além de acompanhar as ações em curso, os investimentos e os riscos identificados.

Comissão Técnica de Tecnologia da Informação (CTTI)

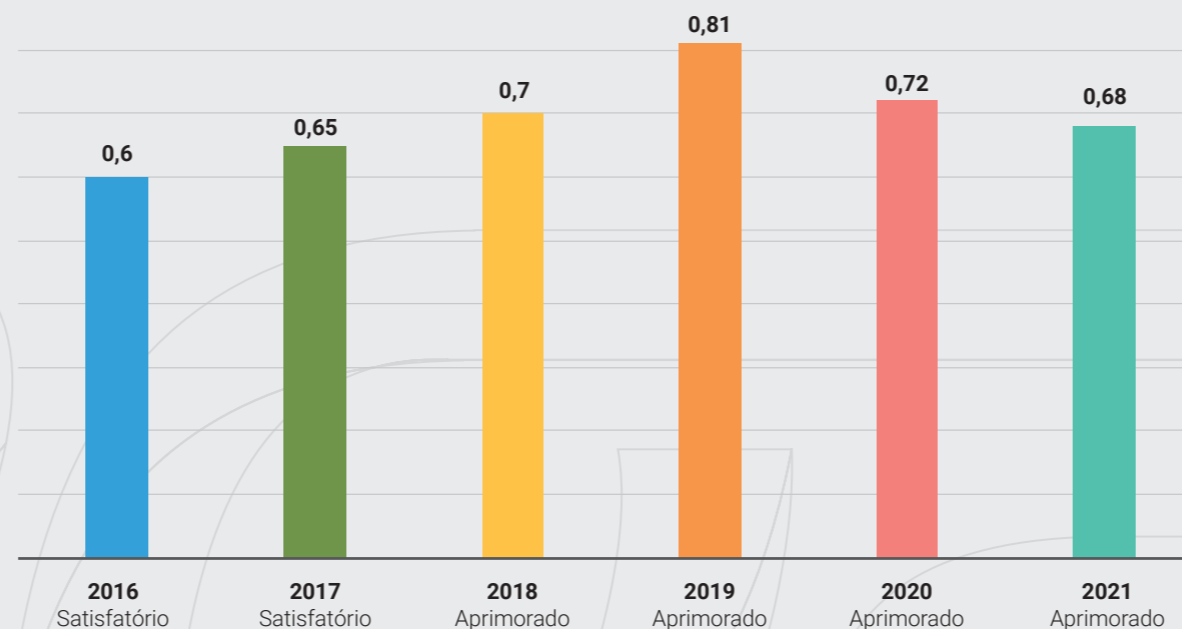
No nível tático, é responsável por desenvolver as iniciativas estratégicas decorrentes das deliberações superiores. Composta pelas unidades principais da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), é a instância responsável pela apresentação, à CDTI, de planos, orientações e subsídios necessários para que as decisões-chave sejam tomadas com o maior embasamento técnico possível e em tempo adequado.

Chefes de unidades e equipes de trabalho

No nível operacional, são responsáveis pelo acompanhamento e pela implantação das soluções de TI que proporcionarão o cumprimento dos objetivos estratégicos e o cumprimento das metas.

Segundo o levantamento de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD), realizado anualmente pelo CNJ com o propósito de medir os níveis de maturidade de TIC – classificadas em “Baixo”, “Satisfatório”, “Aprimorado” e “Excelência” – de órgãos do Poder Judiciário, o TSE tem mantido, desde 2018, o nível de maturidade “Aprimorado”, considerando os diversos aspectos observados nesse diagnóstico, conforme quadro a seguir:

Evolução da maturidade de governança de TI



Fonte: <https://www.cnj.jus.br/tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/comite-nacional-de-gestao-de-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao-do-poder-judiciario/resultado-do-questionario-de-tic/>.

4.3.4.3. Montante de recursos aplicados

Execução orçamentária e financeira em TI – 2021

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES		
Ação 7832 Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor – Biometria	Ação 20GP Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral – Nacional	Ação 4269 Pleitos Eleitorais – Nacional
<p>Destina-se ao cadastramento de dados biométricos do eleitorado, por meio da coleta de impressões digitais dos dez dedos das mãos, foto e assinatura digitalizada. Possibilita a identificação da eleitora ou do eleitor por meio biométrico que a(o) habilite a votar na urna eletrônica, de forma a imprimir maior precisão e segurança ao processo no momento da votação. Garante ainda que a pessoa é única no Cadastro Eleitoral e que, ao se apresentar para o exercício do voto, é a mesma que se habilitou no alistamento eleitoral.</p> <p>Destacam-se a contratação de suporte e expansão de licenciamento de <i>software</i> destinado ao batimento biométrico da Justiça Eleitoral, incluindo suporte ao referido utilitário e serviços técnicos para customizações do <i>software</i> para integração com processos da Justiça Eleitoral.</p>	<p>Constitui um centro de custos administrativos do programa, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa, que compreendem os gastos com investimentos e demais custos de manutenção e funcionamento do órgão. Objetiva prover a estrutura administrativa necessária para o desenvolvimento das atividades administrativas e jurisdicionais atribuídas à Justiça Eleitoral pela CF/1988, pelo CE/1965 e por leis conexas, de forma a atender demandas da sociedade.</p>	<p>Destina-se à realização de eleições em todos os níveis, inclusive plebiscitos e referendos, desde o processo de planejamento até o resultado e seus efeitos, de forma a viabilizar o processo eleitoral mediante ações destinadas a prover os órgãos da Justiça Eleitoral de recursos tecnológicos e logísticos necessários à realização de eleições, ao cadastramento e ao recadastramento eleitoral, à revisão e à manutenção do Cadastro Eleitoral.</p>

Fonte: Siafi – Tesouro Gerencial.



Volume de recursos aplicados em TI segregados por custeio e investimento (2021)

Grupo despesa	Ano	2021	
	Item Informação	Despesas empenhadas (R\$)	Despesas pagas (R\$)
	Natureza Despesa Detalhada		
Investimentos	Desenvolvimento de <i>software</i>	3.500.238,94	
	Manutenção evolutiva de <i>software</i>	674.515,71	613.881,20
	Serviços técnicos profissionais de TIC	6.161.031,78	
	Aquisição de <i>software</i> pronto	40.494.326,12	31.735.766,12
	Material de TIC (permanente)	1.222.841.603,82	19.940.408,28
	Equipamentos de TIC – ativos de rede	316.129,99	130,00
	Equipamentos de TIC – servidores/ <i>storage</i>	10.610.958,81	9.116.738,80
	Equipamentos de TIC – impressoras	15.521,34	15.521,34
	Equipamentos de TIC – telefonia	996.380,00	
Outras despesas correntes	Material de TIC – material de consumo	9.656.994,87	232.926,61
	Locação de <i>softwares</i>	12.253.928,65	11.692.780,25
	Manutenção corretiva/adaptativa e sustentação <i>softwares</i>	49.278.453,61	47.337.141,79
	Suporte a usuários de TIC	2.504.361,68	2.500.244,54
	Suporte de infraestrutura de TIC	5.301.368,00	5.238.891,61
	Manutenção e conservação de equipamentos de TIC	31.316.912,91	31.115.366,31
	Comunicação de dados e redes em geral	1.734.453,58	1.240.797,31
	Computação em nuvem – infraestrutura como serviço (IAAS)	6.604.563,00	5.536.803,83
	Computação em nuvem – <i>software</i> como serviço (SAAS)	9.595,00	9.595,00
	Serviços técnicos profissionais de TIC	18.055.285,45	17.671.337,44
Emissão de certificados digitais	309.299,29	15.932,10	
Total		1.422.635.922,55	184.014.262,53

Fonte: Tesouro Gerencial.



Execução orçamentária de TI por ação (2021)

Ano		2021	
Item Informação		Despesas empenhadas (R\$)	Despesas pagas (R\$)
Ação Governo			
20GP	Julgamento de causas e gestão administrativa na Justiça Eleitoral	44.341.842,82	38.764.678,15
219I	Publicidade institucional e de utilidade pública	12.685,00	12.685,00
21CN	Gestão e manutenção da Identificação Civil Nacional	36.276.740,00	25.645.204,06
4269	Pleitos eleitorais	1.282.973.432,24	62.492.966,65
7832	Implantação do sistema de automação de identificação do eleitor	59.031.222,49	57.098.728,67
Total		1.422.635.922,55	184.014.262,53

Fonte: Tesouro Gerencial.

Orçamento de TIC – TSE (2021)*

Valor total do orçamento de TIC aprovado (disponibilizado em conta para o exercício) para o órgão	R\$1.232.968.937,72
Valor total do orçamento de custeio de TIC aprovado (disponibilizado em conta para o exercício) para o órgão em custeio	R\$147.524.599,72
Valor total do orçamento de TIC aprovado (disponibilizado em conta para o exercício) para o órgão em investimento	R\$1.085.444.338,00
Valor total do orçamento de TIC executado (pago) pelo órgão em custeio	R\$122.591.816,79
Valor total do orçamento de TIC executado (pago) pelo órgão em investimento	R\$61.422.445,74
Valor total do orçamento de TIC inscrito pelo órgão em restos a pagar	R\$1.229.506.117,26

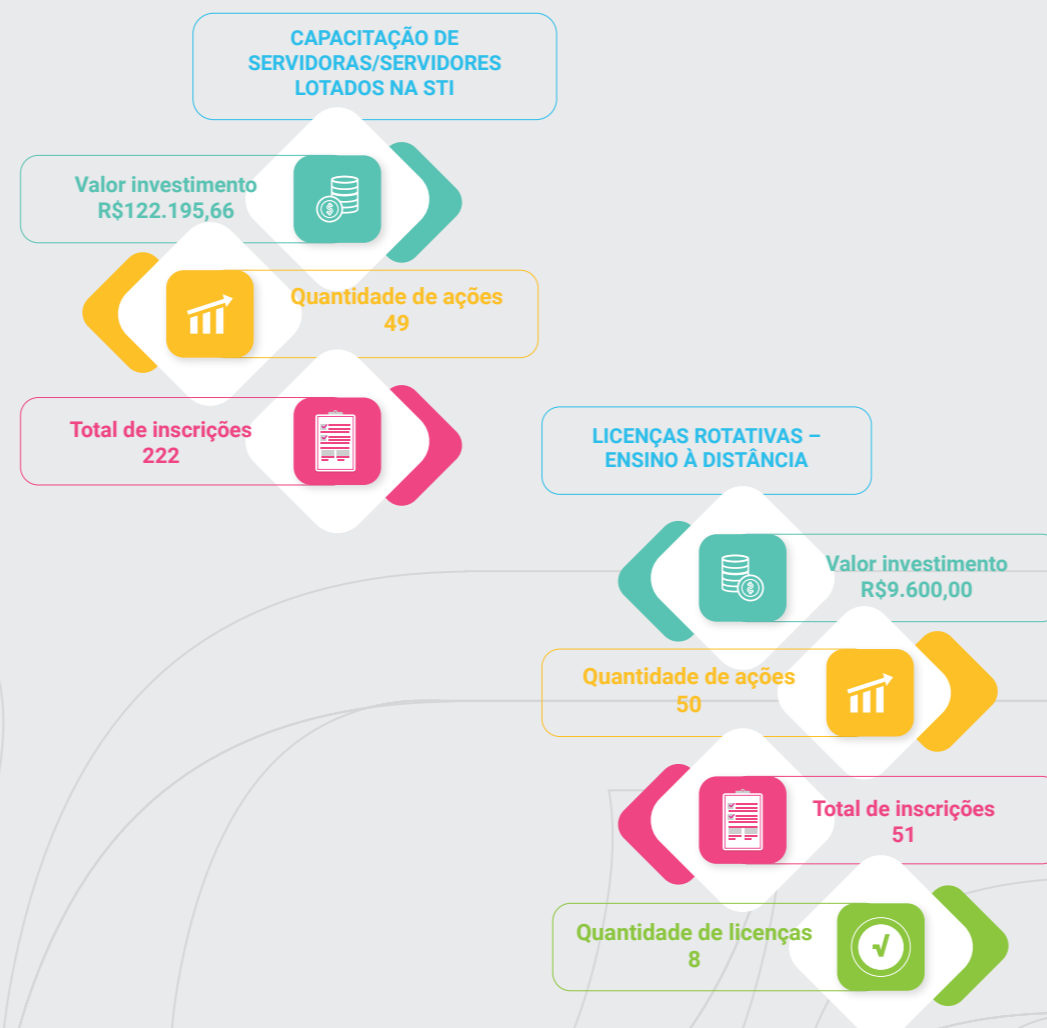
Fonte: Tesouro Gerencial e Sigepro.

Obs.: o critério para levantamento dos dados é a classificação orçamentária de TIC, conforme *Manual Técnico de Orçamento*.

*Os valores aprovados de TIC constam da Lei Orçamentária Anual de 2021.



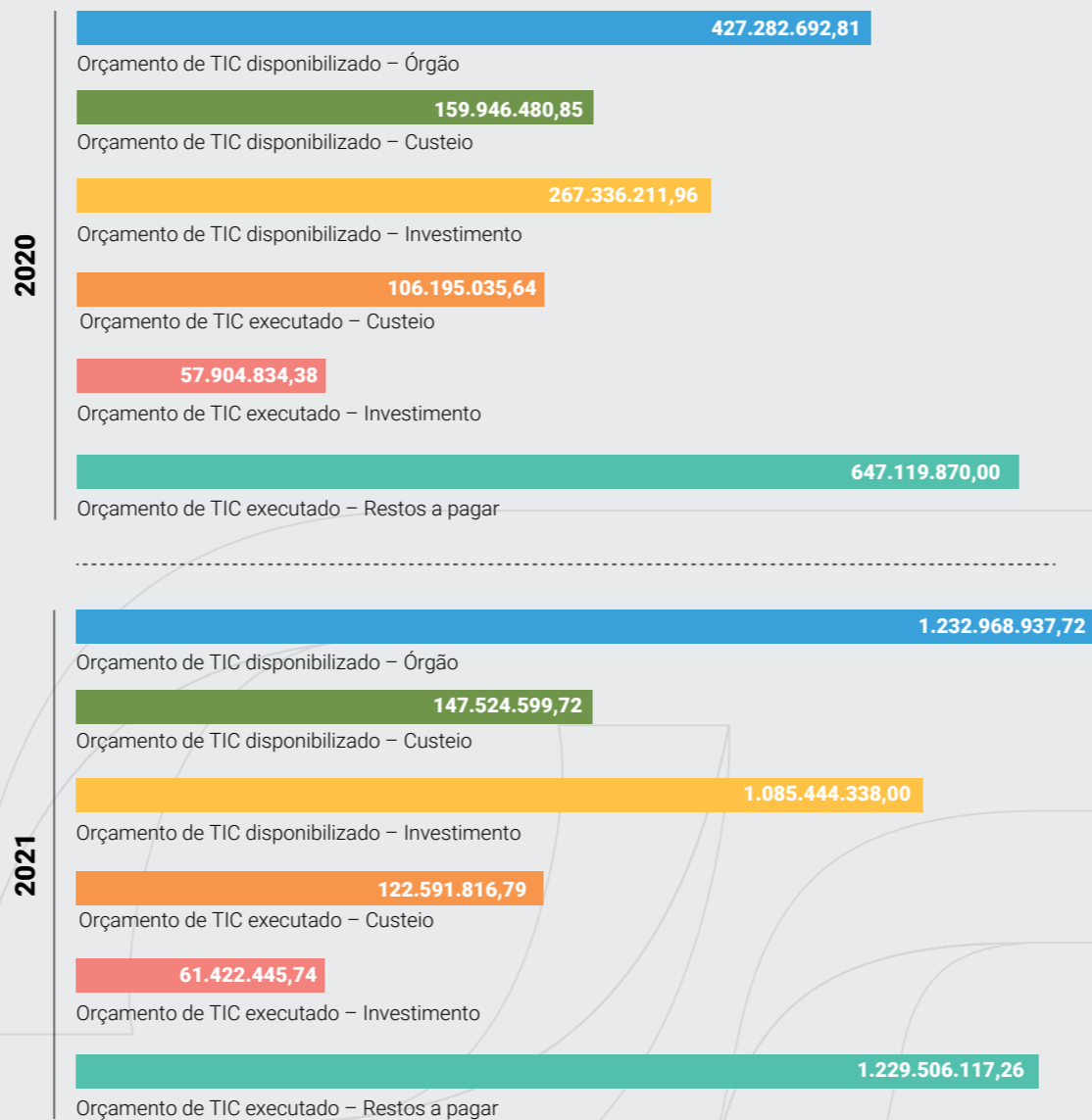
4.3.4.4. Capacitação de recursos humanos



Fonte: Módulo Capacitação do Sistema de Gestão de Recurso Humanos (SGRH).

4.3.4.5. Investimentos e contratações mais relevante

Investimentos realizados (R\$)

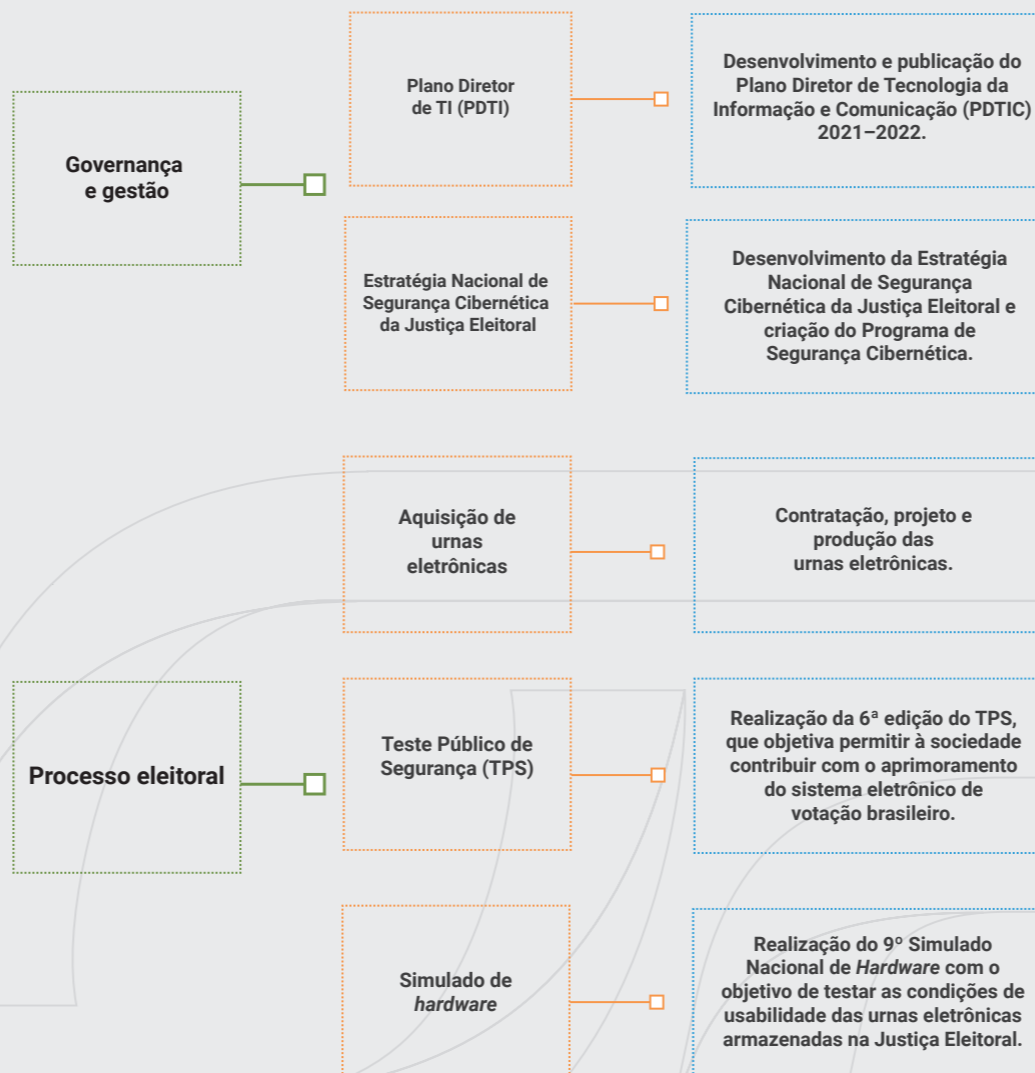


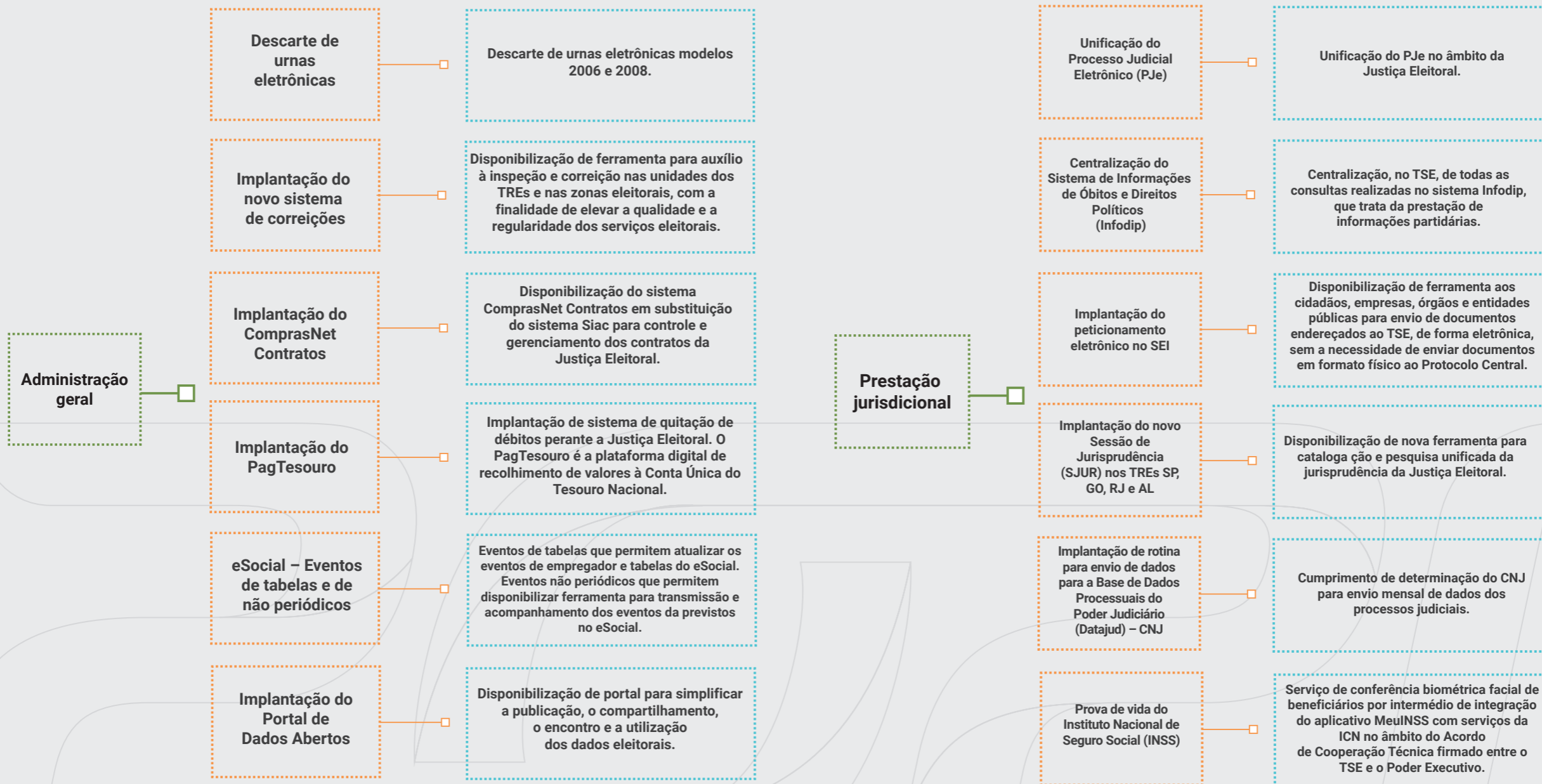
Contratações mais relevantes realizadas em 2021 em relação ao volume de recursos aplicados



4.3.4.6 Principais iniciativas e resultados por cadeia de valor

■ Cadeia de valor
 ■ Iniciativa – Sistemas e projetos
 ■ Resultados





4.3.5. Sustentabilidade ambiental e acessibilidade

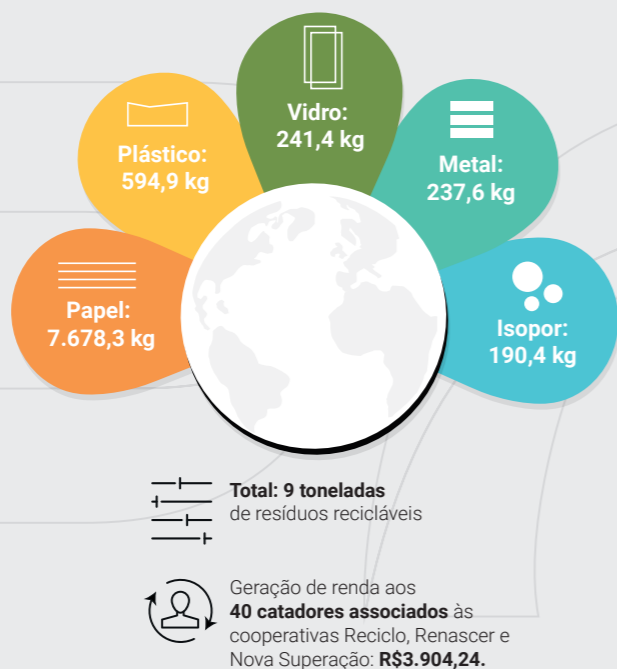
4.3.5.1. Iniciativas sustentáveis

Coleta Seletiva Solidária

A iniciativa visa dar cumprimento ao Decreto nº 5.940/2006, que instituiu a separação, na fonte geradora, dos resíduos recicláveis descartados por órgãos e entidades, e a sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

A destinação dos resíduos recicláveis às cooperativas também gera economia de recursos, uma vez que a separação dos resíduos recicláveis na fonte evita que eles sejam descartados com rejeitos e materiais orgânicos não perigosos, cujo gerenciamento é oneroso e realizado por intermédio de empresa contratada.

Destinação de materiais às cooperativas



Fonte: Relatório da Coleta Seletiva Solidária.

Descarte da urna eletrônica

Em 2021, o Tribunal realizou leilão para descarte ambientalmente correto de urnas eletrônicas. No mínimo, 95% do material da urna é reciclado, o restante é descartado em aterros credenciados, contabilizando 100% de descarte ambientalmente adequado.

Urnas eletrônicas a serem descartadas em 2022



Modelos

UE2006: 25.491 urnas

UE2008: 254.910 urnas

Total: 1.221,94 toneladas de resíduos reciclados ou descartados

4.3.5.2. Plano de Logística Sustentável (PLS)

O [Plano de Logística Sustentável do TSE para o período 2015-2020](#) teve seu ciclo encerrado em 2020. Nesse período, foi observado o alcance das metas de 21 indicadores, com destaque para a diminuição do consumo de canetas esferográficas, de energia elétrica, de água e de esgoto.

Resultados do Plano de Logística Sustentável do TSE



Economia total de R\$ 395.252,01

Período-base: 2021

Período de referência: 2020

Fonte: Relatório final do Plano de Logística Sustentável 2015-2020.



Encontra-se em elaboração o PLS/TSE 2021-2026, o qual estará em consonância com a Política de Sustentabilidade do Poder Judiciário, instituída pela Resolução-CNJ nº 400/2021. Os novos indicadores e a série histórica dos dados (de 2015 a 2020) podem ser acessados no [Painel Gerencial de Gestão Socioambiental](#).

4.3.5.3. Critérios de sustentabilidade nas aquisições

O TSE aplica os princípios de desenvolvimento sustentável por meio da inclusão de critérios de sustentabilidade em suas contratações.

No infográfico abaixo, pode-se verificar que foram analisados 72 processos licitatórios e sugeridos 473 critérios de sustentabilidade, dos quais 220 foram sociais, 193 ambientais e 60 foram de acessibilidade.

Critérios de sustentabilidade em números



Acessibilidade

- Reserva de vagas para pessoa com deficiência em caso de empresa com 100 ou mais empregados;
- Softwares e aplicativos para uso em computadores e celulares acessíveis a pessoas com deficiência.

Social

- Respeito à dignidade da pessoa humana, em especial nas relações de trabalho;
- Apresentação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, com o objetivo de promoção e preservação da saúde das(os) trabalhadoras(es);
- Emprego de pessoas presas ou egressas do sistema prisional, para contratações de serviços com valor anual acima de R\$330.000,00, visando à ressocialização social por meio do emprego.

Ambiental

- Apresentação de Certificado de Registro (CR) no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais do Ibama, visando à contratação de empresas que atendam à Política Nacional do Meio Ambiente e que estejam em dia com suas obrigações ambientais.

4.3.5.4. Capacitação, conscientização e fomento às práticas de sustentabilidade

Com o objetivo de promover a ampliação do debate socioambiental e o acesso a informações e cultura sustentável, o TSE promoveu uma série de palestras com especialistas em diversas áreas da gestão socioambiental, bem como a capacitação em sustentabilidade nas contratações públicas no âmbito da Justiça Eleitoral.

Capacitação em contratações sustentáveis

Promoção do curso Sustentabilidade nas Contratações, ministrado por Tereza Villac, doutora em Ciência Ambiental. Público-alvo: servidoras e servidores do TSE e dos TREs.

Palestras, webnários e campanhas de conscientização socioambiental²

Webnário do Dia Mundial da Água: palestra Fazer a Diferença: como Atuar de Forma Colaborativa com a Sociedade para Cuidar da Água, com Rodrigo Brito, *Head* de Sustentabilidade³.

Webnário do Dia Internacional da Biodiversidade: palestra Bioeconomia como Eixo Estruturante do Desenvolvimento Sustentável na Amazônia, com Matheus Kelson, pesquisador da Universidade de Freiburg, Alemanha.

Palestras da Semana do Meio Ambiente: Uma Visão do Macrodesafio de Preservação de um Ambiente Sadio, com Marina Silva, e O Impacto da Preservação dos Mares e Oceanos, com Carlos Minc.

Adesão ao movimento A Hora do Planeta⁴, promovido pela organização não governamental WWF: o TSE apagou as luzes de seu Edifício-Sede por 60 minutos.

4.3.5.5. Acessibilidade e inclusão

Principais iniciativas do TSE na promoção da acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência:

Contratação de legendagem em tempo real

Objetiva a promoção de acessibilidade comunicacional às reuniões e eventos do TSE, por meio da disponibilização de legenda em tempo real, por *closed caption* ou legenda aberta, nas plataformas de videoconferência e no canal do YouTube da Justiça Eleitoral.

² O serviço de interpretação em Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi suspenso durante parte deste ano, devido às restrições de circulação no prédio do TSE em razão da pandemia da Covid-19. Por isso, somente o webnário do Dia Mundial da Água contou com interpretação em Libras.

³ Pessoa que tem por missão desenvolver estratégias na área de sustentabilidade dentro de uma organização.

⁴ Movimento nascido em 2007 em Sydney, na Austrália, é a ação simbólica de apagar as luzes uma vez por ano por uma hora.

Acessibilidade na Justiça Eleitoral 2020

Pelo segundo ano consecutivo, realizou-se um balanço da acessibilidade e da inclusão na Justiça Eleitoral. Dessa vez foram trazidas as principais ações e conquistas em relação à acessibilidade e à inclusão do eleitorado com deficiência e do corpo funcional da Justiça Eleitoral. O [Relatório Acessibilidade na Justiça Eleitoral 2020](#) é totalmente acessível a pessoas com deficiência.

Solução de acessibilidade web

Proporciona acessibilidade comunicacional para pessoas com deficiência, idosos, iletrados, disléxicos e pessoas com dificuldades intelectuais ao conferir acesso ao conteúdo dos portais da Justiça Eleitoral, por meio da interpretação em Libras e da sintetização em voz na língua portuguesa falada no Brasil. Contabilizou-se aproximadamente 1,5 milhão de acessos à solução em 2021.

Rede de Acessibilidade

Os encontros com a Rede de Acessibilidade⁵ propiciaram a realização de webnários sobre direitos das pessoas com deficiência, além de cursos sobre recursos de acessibilidade comunicacional, como a audiodescrição, realizados por servidoras e servidores do TSE por meio do oferecimento de vagas sem custos ao Tribunal.

Curso de Introdução a Libras

Visou à capacitação inicial em Libras às servidoras, aos servidores, às colaboradoras e aos colaboradores do TSE, por meio de uso sem ônus de curso promovido pelo TRE/TO.

Projeto Inclusão Plena Eleitores Surdos

Projeto do TRE/MS que visa à participação política das pessoas votantes surdas, por meio de diversas ações, dentre elas a representação em Libras dos cargos eletivos disputados nas eleições, durante a votação. Prevê-se que a solução esteja implementada nas Eleições 2022.

⁵ Acordo de cooperação técnica com diversas instituições públicas para realização de ações conjuntas e intercâmbio de informações que promovam a acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência.



Orientações para audiodescrição de imagens estáticas

Orientação às unidades do Tribunal para a descrição de imagens estáticas que forem inseridas em textos de comunicação, relatórios, projetos, planos, *e-mails* de divulgação, conteúdos nos portais da intranet e na internet ou quaisquer outros meios em que haja a inserção de imagens, gráficos, desenhos, fotografias etc. Objetiva-se garantir o amplo acesso à informação às pessoas com deficiência visual e com baixa visão e àqueles que utilizam tecnologia assistiva para leitura de documentos digitais, eliminando, assim, barreiras na comunicação, de modo a conferir condições de igualdade no acesso à informação.

Curso de Audiodescrição

Visa proporcionar conhecimento às servidoras e aos servidores da Justiça Eleitoral para adoção de acessibilidade comunicacional a ambientes virtuais, produtos, serviços e informações produzidos pela Justiça Eleitoral. A primeira turma está prevista para fevereiro de 2022.

Curso Como Atender com Qualidade Pessoas com Deficiência

Ação de capacitação nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência, direcionada às servidoras e aos servidores, à segurança armada e desarmada e à brigada de incêndio.

Principais iniciativas da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI/TSE):

Análise de requisitos de acessibilidade do PJe

Diagnóstico de acessibilidade, realizado pelo TRE/PE, no sistema judicial eletrônico utilizado pela Justiça Eleitoral, apontou inúmeras barreiras de acesso a pessoas com deficiência. Foram apontados impedimentos à leitura de tela por *software* e acessibilidade de imagens, seja por meio de texto alternativo nulo, seja por falta de descrição das imagens, barreiras cruciais de acesso à informação por pessoas com deficiência visual. Aguarda-se tratamento a ser dado pelo CNJ para conferir acessibilidade ao sistema.

Acessibilidade do Centro Cultural da Justiça Eleitoral (CCJE)

Consulta realizada à CPAI quanto à reabertura do CCJE para a sociedade em geral. Por ser um prédio histórico, intervenções com vistas à acessibilidade arquitetônica dependem de análise e manifestações de órgãos reguladores de patrimônio cultural. O projeto arquitetônico de restauro e revitalização abrangeu a acessibilidade, incluindo rampas e elevadores, que se complementam.

Solicitação de acessibilidade – Área pública adjacente ao TSE

Encaminhou-se ofício ao GDF para dar encaminhamento ao processo de acessibilidade arquitetônica para urbanização de área pública adjacente ao lote do TSE. A intervenção é necessária para a quebra das barreiras existentes, como falta de rampas e piso tátil. O processo está em tratamento pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap) com estudos para orçamento para a intervenção necessária.

Recadastramento de servidoras e servidores com deficiência

Campanha realizada pela SGP com o objetivo de atualizar os dados relativos às servidoras e aos servidores com deficiência ou com restrições de funcionalidade no Meu Espaço – canal de relacionamento com o corpo funcional. A CPAI ressaltou a importância do cadastramento de estagiárias e estagiários com deficiência, bem como do corpo funcional que possua dependentes com deficiência, haja vista a necessidade de possibilitar condições especiais de trabalho nesses casos.

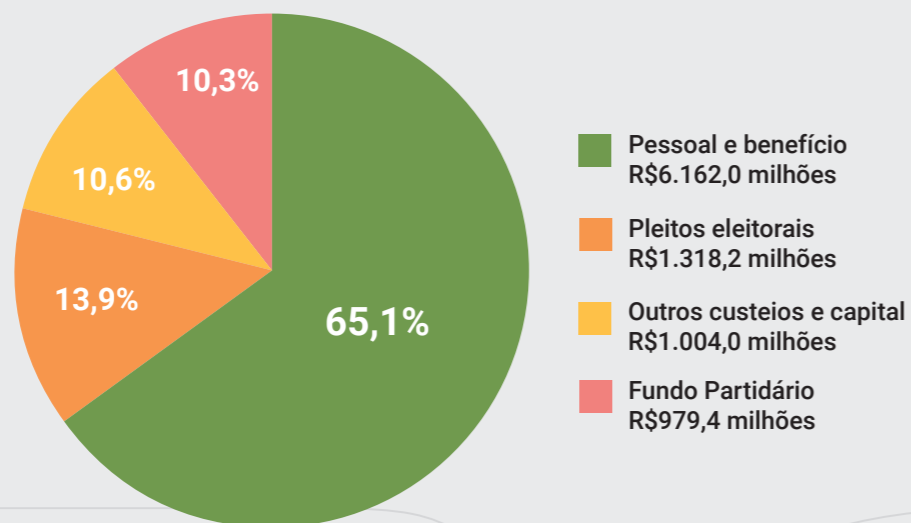
4.3.6. Gestão orçamentária e financeira

O TSE desempenha o papel de articulador dos TREs, coordenando o processo orçamentário e financeiro. Esse papel central no processo decisório envolve fixação dos referenciais monetários, análise e consolidação das propostas orçamentárias; definição e divulgação dos limites de pagamento das respectivas unidades da Justiça Eleitoral, análise e encaminhamento das alterações orçamentárias do órgão, entre outros.



Lei Orçamentária Anual de 2021

Composição do orçamento total autorizado da Justiça Eleitoral



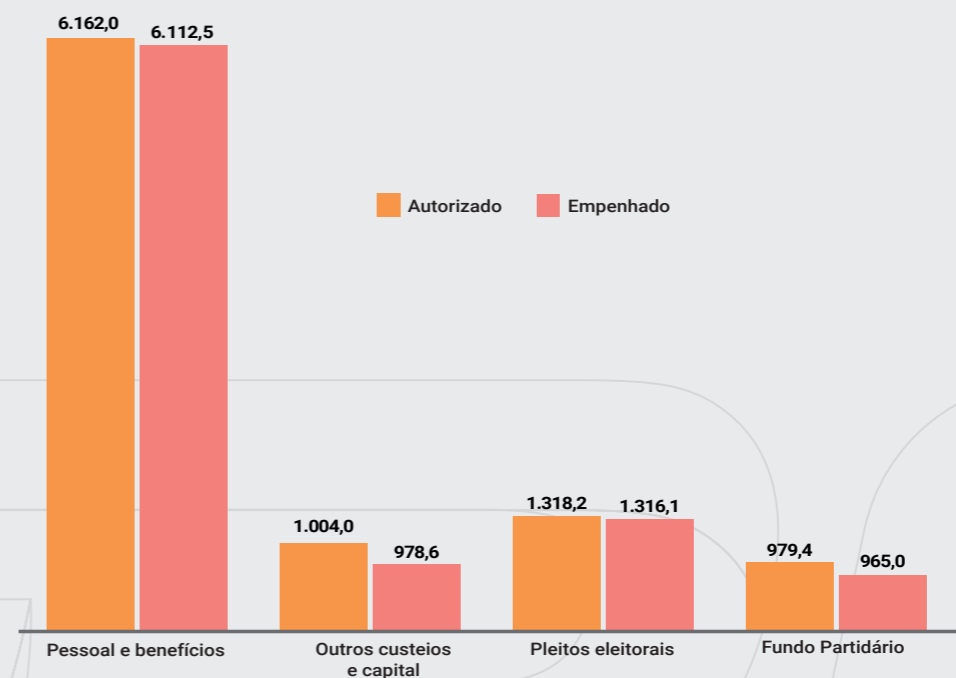
A Lei Orçamentária Anual (LOA 2021) e os créditos adicionais consignaram à Justiça Eleitoral dotação orçamentária no total de R\$9,46 bilhões para custeio de despesas com pessoal e benefícios, Fundo Partidário, pleitos eleitorais e demais despesas ordinárias discricionárias dos Tribunais Eleitorais.

Como alterações mais impactantes na dotação autorizada da Justiça Eleitoral, ao fim do exercício, cabe ressaltar:

- o cancelamento de crédito para remanejamento ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no montante de R\$10,4 milhões (na ação orçamentária Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor – Biometria), objeto da Portaria Conjunta-CNJ/TSE nº 10, de 13 de dezembro de 2021;

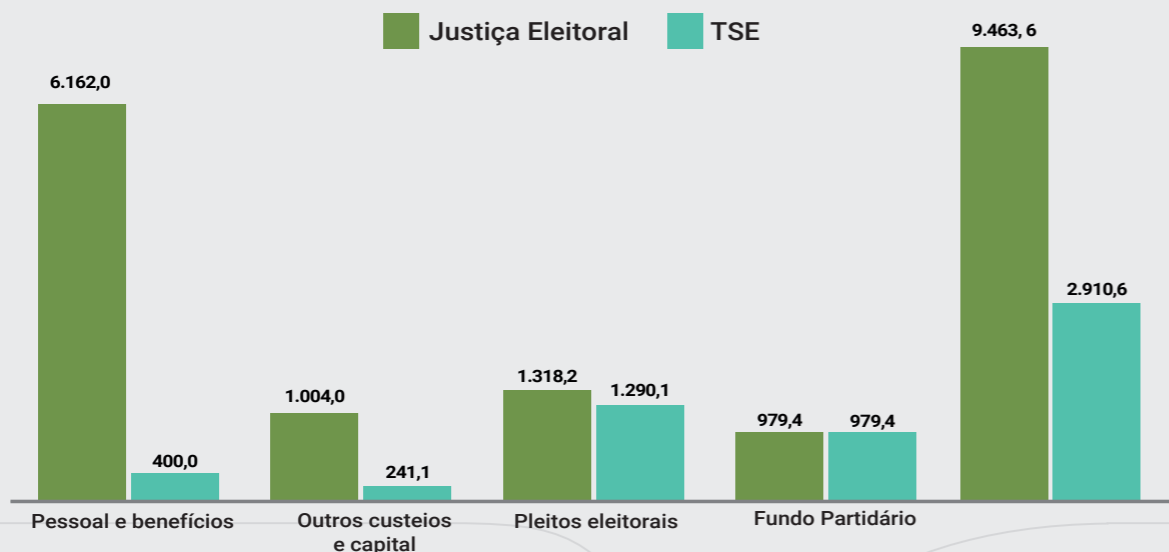
- o crédito suplementar, em favor da Justiça Eleitoral, no montante de R\$2 milhões (na ação orçamentária Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais), objeto da Portaria-Seto/ME nº 15.177, de 29 de dezembro de 2021.

Desempenho orçamentário da Justiça Eleitoral – Total (R\$ milhões)



O valor empenhado totalizou R\$9,37 bilhões, que corresponde a 99,0% do valor autorizado para o exercício de 2021.

Composição do orçamento autorizado – Total (R\$ milhões)

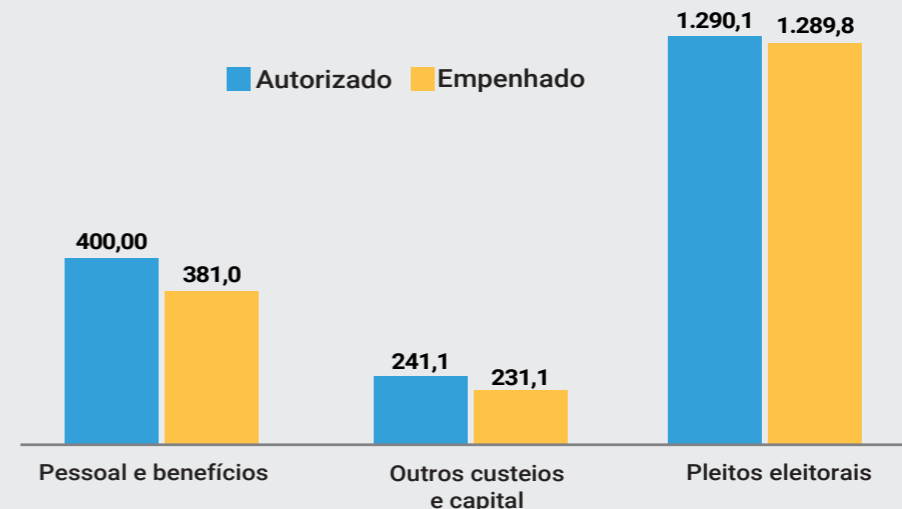


Coube ao TSE um montante autorizado de R\$2,91 bilhões, equivalente a 30,8% dos R\$9,46 bilhões da Justiça Eleitoral, no exercício de 2021.

A Unidade Orçamentária 14101 – Tribunal Superior Eleitoral obteve R\$1,93 bilhão (20,4% da Justiça Eleitoral). Desse total, R\$400 milhões foram destinados para custeio de despesas com pessoal e benefícios, R\$1,29 bilhão para despesas com eleições e R\$241,1 milhões para custeio de projetos e atividades do órgão.

Cabe destacar que, para o orçamento de Pleitos Eleitorais do TSE, foram deduzidas as dotações destinadas aos TREs.

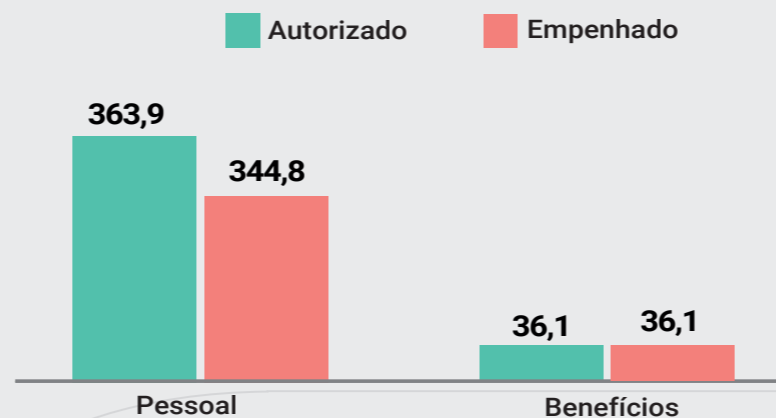
Desempenho orçamentário do TSE – Total (R\$ milhões)



O valor empenhado pelo TSE, no exercício de 2021, alcançou R\$1,90 bilhão, que representa 98,5% do total autorizado, superando o patamar de 94,7% do total autorizado em 2020. Na execução do TSE, em pleitos eleitorais, foram considerados os destaques concedidos de R\$4,3 milhões, com o empenhado correspondente. Apesar de a execução ter sido descentralizada, os recursos estavam sob a gestão do TSE em 2021.

Pessoal e benefícios

Desempenho orçamentário do TSE – Pessoal e benefícios (R\$ milhões)

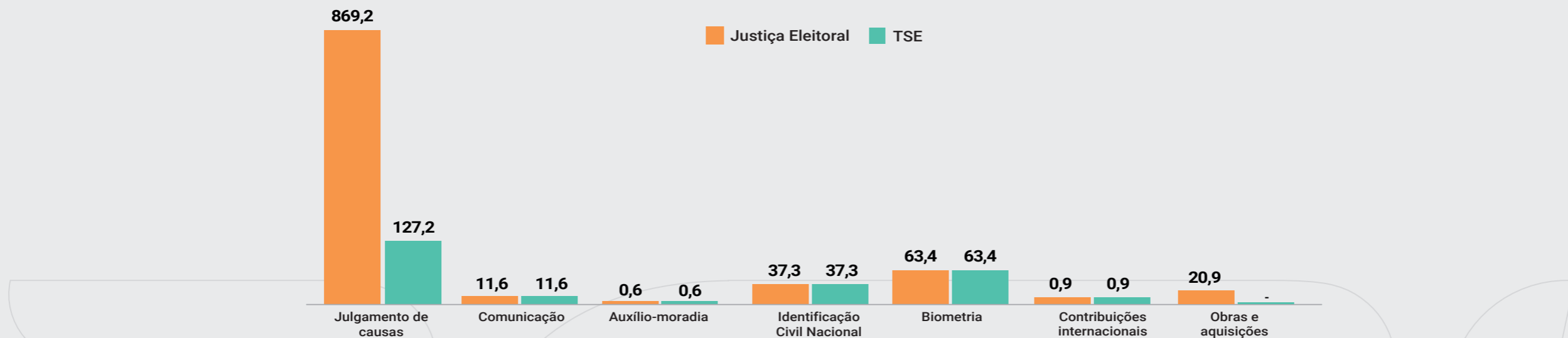


As dotações autorizadas em 2021 para atendimento das despesas obrigatórias ordinárias do TSE somaram R\$400,0 milhões, dos quais R\$381,0 milhões foram empenhados (95,2% do total).

Os valores não empenhados referem-se ao saldo nas ações orçamentárias destinadas à Contribuição Previdenciária da União para o Plano de Seguridade Social do Servidor (PSSS), que permaneceram alocados na unidade setorial de orçamento da Justiça Eleitoral, para eventual atendimento de despesas ordinárias de folhas que viessem a ocorrer até o encerramento do exercício de 2021, não previstas pelos Tribunais Eleitorais.

Outros custeios e capital

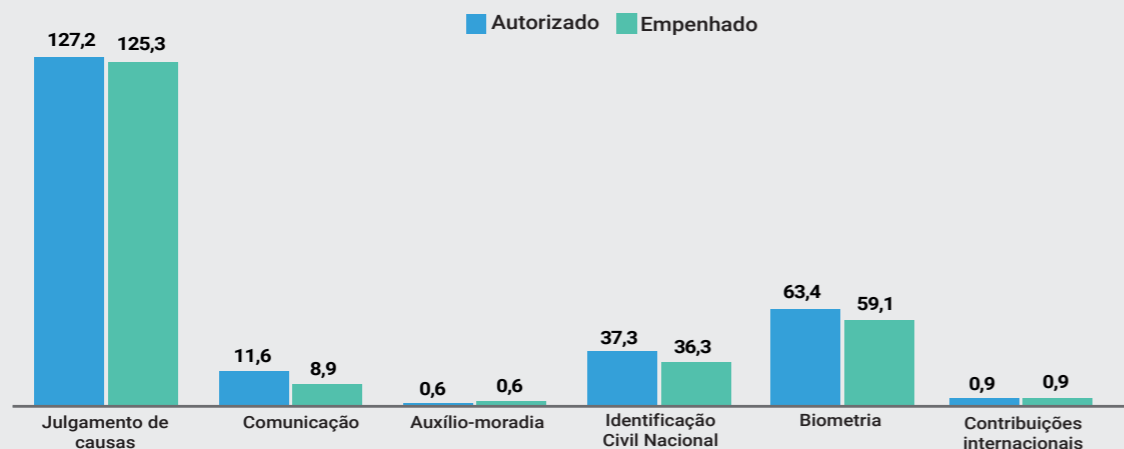
Composição do orçamento autorizado – Outros custeios e capital (R\$ milhões)



Foi autorizado, em 2021, o valor de R\$1 bilhão para despesas discricionárias ordinárias dos órgãos da Justiça Eleitoral, do qual R\$241,1 milhões (24,0% do total) foram direcionados ao TSE.

As despesas discricionárias são gastos com custeio e investimento necessários à manutenção organizacional; obras e aquisições de imóveis; publicidade institucional e de utilidade pública; ajuda de custo para moradia de agentes públicos (em conformidade com a legislação); despesas com recadastramento biométrico de eleitores; gestão da Identificação Civil Nacional (ICN); além de contribuições a organismos internacionais.

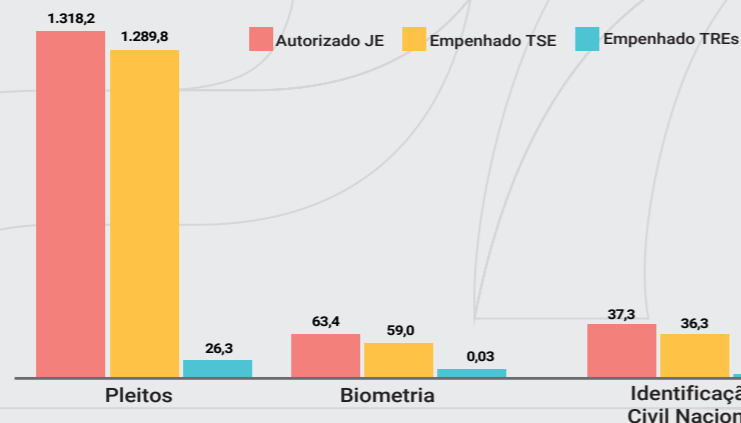
Desempenho orçamentário do TSE – Outros custeios e capital (R\$ milhões)



Do total de R\$241,1 milhões alocados no TSE referentes às despesas ordinárias discricionárias, foram empenhados R\$231,1 milhões, correspondentes a 95,9% do autorizado.

Ações nacionais

Desempenho orçamentário – Ações nacionais (R\$ milhões)



O orçamento autorizado para a Justiça Eleitoral, concernente às ações de âmbito nacional, somou R\$1,42 bilhão. Deste total, a ação Pleitos Eleitorais obteve o montante mais significativo de R\$1,32 bilhão, representando 92,9%.

Em 2021, as ações nacionais tiveram quase inteiramente a sua gestão efetuada pelo TSE. De um total autorizado de R\$1,42 bilhão, o Tribunal empenhou R\$1,39 bilhão (97,6%), enquanto R\$26,4 milhões (1,9%) ficaram a cargo das unidades gestoras dos TREs. Houve, ainda, R\$7,4 milhões não empenhados (0,5%).

Vale destacar que para a apuração da execução do TSE foi considerado o total da Unidade Orçamentária 14101, na qual é centralizado o orçamento consignado na LOA, exceto os valores descentralizados sob a gestão dos TREs.

Para o projeto Identificação Biométrica, conduzido pela Justiça Eleitoral, foram empenhados R\$59 milhões no âmbito do TSE. Para o projeto ICN foram aplicados cerca de R\$36,3 milhões.

Os recursos foram comprometidos, em especial, com serviços de manutenção corretiva/adaptativa e sustentação de *softwares* e, em grande parte, com expansão do ambiente de processamento de biometrias visando ao atendimento de necessidades oriundas do processamento do Cadastro Nacional de Eleitores e do projeto ICN.

Com a evolução dos trabalhos do ICN, a base biométrica da Justiça Eleitoral prepara-se para armazenar não somente dados de eleitores mas também os dados biométricos e biográficos de toda a população brasileira, cerca de 220 milhões de pessoas nos próximos anos.

Atualmente e de forma crescente, novos acordos de cooperação técnica têm sido assinados entre o TSE e outros órgãos públicos, o que certamente fará aumentar a necessidade de processamento da infraestrutura da biometria para seu fiel atendimento.

Os dados principais da individualização do cidadão brasileiro estão concentrados na base de dados biométrica e biográfica do TSE, sendo o único projeto dessa natureza de âmbito nacional. É essa base que, após o batimento biométrico, garante a individualização e a integridade dos dados do cidadão. Esses dados são primordiais para que seja gerado o Documento Nacional de Identificação (DNI). O barramento de serviços é a forma tanto de proteção quanto o caminho a ser utilizado para a consulta a essa base estratégica.

Assim, demonstram-se a seguir os valores utilizados em 2021, por contrato e objeto.

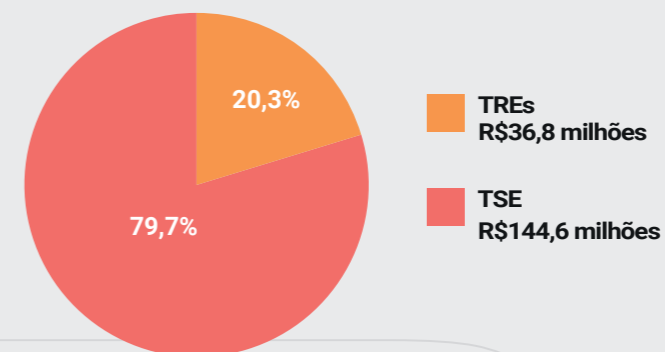


BIOMETRIA			
FAVORECIDO	CONTRATO	OBJETO RESUMIDO	EMPENHADO (R\$)
Lanlink	34/2021	Expansão tecnológica da infraestrutura que suporta a solução integrada de registros biométricos	20.729.555,15
Griaule	63/2020 62/2021	Aquisição licenças GBS	26.163.573,57
Decision	50/2021	Atualização e expansão do <i>storage</i>	3.462.879,60
Chain	23/2021	Serviços de sustentação de registros biométricos	3.125.927,88
Arrow	19/2020	Serviço de operação da solução de batimento biométrico	2.132.013,44
E-Sales	24/2021	Solução de transferência de arquivos – suporte e atualização de licenças	1.000.379,34
Ilha Service	16/2020	Serviços de suporte <i>service desk</i> /NOC	730.299,42
EWave	10/2020	Serviços de infraestrutura de TI	635.121,52
CTIS	107/2020	Serviços de sustentação de sistemas de TI	569.784,93
Oracle	52/2021	Suporte licenças/equipamentos Oracle	394.816,53
G4F Soluções	50/2020	Serviços de apoio ao planejamento de TI	68.919,33
Engesoftware	70/2020	Serviços de sustentação de sistemas de TI	17.951,78
TOTAL			59.031.222,49

ICN			
FAVORECIDO	CONTRATO	OBJETO RESUMIDO	EMPENHADO (R\$)
Lanlink	34/2021	Expansão tecnológica da infraestrutura que suporta a solução integrada de registros biométricos	14.481.695,01
Griaule	62/2021	Aquisição e suporte às licenças GBS	8.831.548,00
Chain	17/2021 54/2021	Aquisição de <i>software</i> Red Hat	8.784.000,00
Decision	50/2021	Atualização e expansão do <i>storage</i>	3.462.879,60
G4F Soluções	50/2020	Serviços de apoio ao planejamento de TI	493.564,34
CTIS	107/2020	Serviços de sustentação de sistemas de TI	228.106,85
TOTAL			36.281.793,80

A Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SOF) promoveu captação de informações dos Tribunais Eleitorais com o objetivo de remanejar sobras orçamentárias para investir na aquisição de urnas eletrônicas. A captação proporcionou um crédito suplementar de R\$181,4 milhões, conforme detalhado a seguir.

Fontes orçamentárias para crédito adicional aquisição de urnas eletrônicas

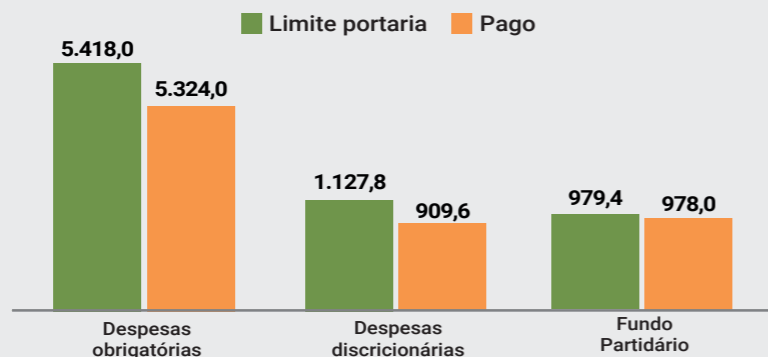


Dos valores empenhados no Plano Orçamentário 0002 – Atualização e Manutenção do Sistema de Votação e Apuração destacam-se aqueles aplicados nos serviços de manutenção corretiva das urnas eletrônicas (R\$30,9 milhões), por meio do Contrato-TSE nº 74/2019, bem como na renovação do parque de urnas eletrônicas (R\$1,22 bilhão), a qual contemplou a compra de 224.797 novas urnas. Tal renovação visou atender à necessidade de aprimoramento tecnológico dos equipamentos, de substituição de parte dos modelos antigos, bem como de suprir o crescimento vegetativo de seções eleitorais.



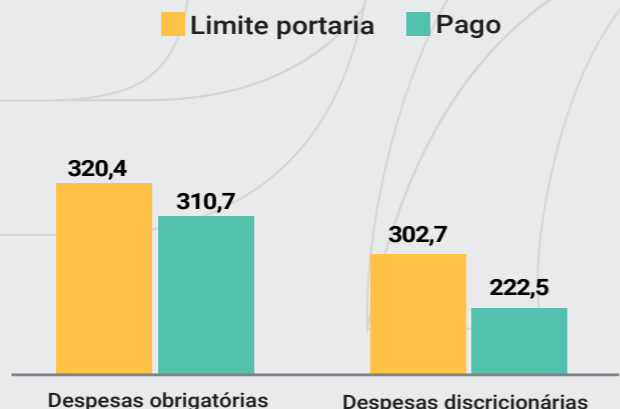
Limite de pagamento instituído pela Emenda Constitucional nº 95/2016

Verificação dos limites de pagamento – Justiça Eleitoral (R\$ milhões)



Em consonância com o que dispõe a Emenda Constitucional nº 95/2016, o TSE passou a gerenciar os limites de pagamento das unidades orçamentárias da Justiça Eleitoral por meio da publicação de portaria com a definição do limite de pagamento dos Tribunais em cada exercício. A Portaria-TSE nº 823, de 13 de dezembro de 2021, regulamentou os limites finais.

Verificação dos limites de pagamento – TSE (R\$ milhões)

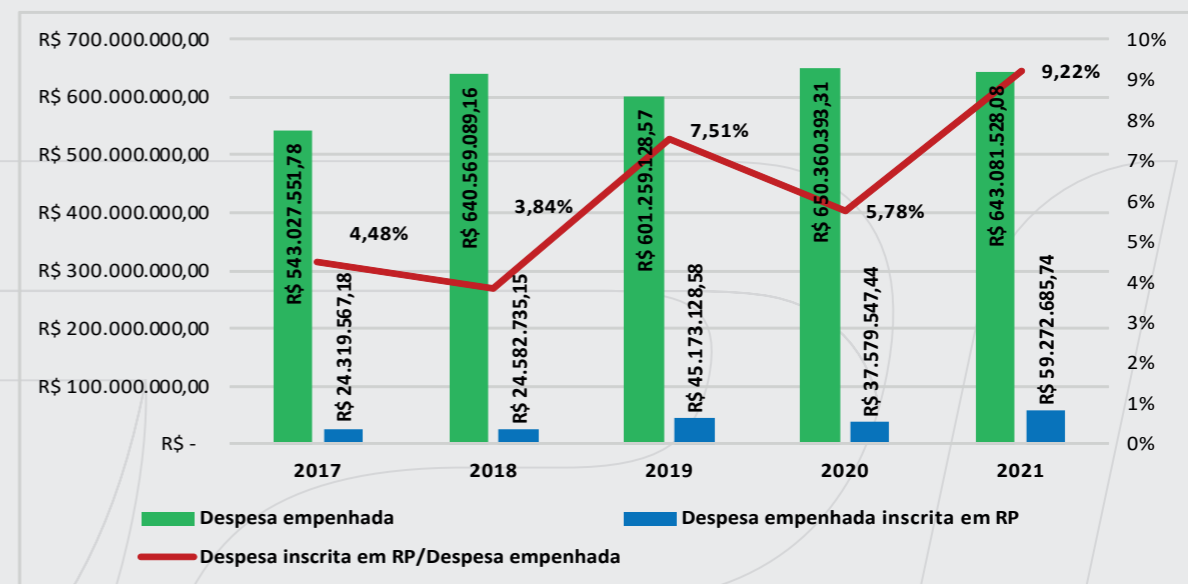


No âmbito do TSE, os valores pagos corresponderam a R\$533,1 milhões (85,6% do limite estabelecido de R\$623,1 milhões). Observa-se que tanto a execução de despesas obrigatórias quanto a de despesas discricionárias respeitaram os limites estabelecidos.

Restos a Pagar

Os valores expressos sobre Restos a Pagar são relativos à execução orçamentária efetivada pelo TSE (Unidade Gestora 070001). Com relação às execuções operadas por outras unidades gestoras, foram computados apenas os valores relativos a despesas discricionárias pertencentes aos orçamentos do Tribunal. Também não integram as tabelas e os gráficos os valores pertencentes ao Fundo Partidário e ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC).

Despesa inscrita em Restos a Pagar em relação a despesa empenhada



Fonte: Tesouro Gerencial.



O gráfico demonstra a relação entre as despesas inscritas em Restos a Pagar e a despesa total empenhada nos últimos cinco exercícios financeiros. Ressalta-se que, para viabilizar a comparabilidade, os valores relativos ao Programa de Atualização e Manutenção do Sistema de Votação e Apuração (Ação Orçamentária – Pleitos Eleitorais) foram excluídos da base de dados dos exercícios de 2020 e 2021. O valor empenhado no referido programa em 2020 foi de R\$633,8 milhões. Em 2021, foi empenhado o valor de R\$1,25 bilhão. Destaca-se que desses valores empenhados R\$633,5 milhões foram inscritos em Restos a Pagar em 2020; e R\$1,22 bilhão, em 2021.

Execução dos Restos a Pagar

Os dados referentes a Restos a Pagar estão publicados no Relatório de Gestão Fiscal do TSE, relativo ao terceiro quadrimestre de 2021 – [Portaria-TSE nº 45, de 25 de janeiro de 2022](#).

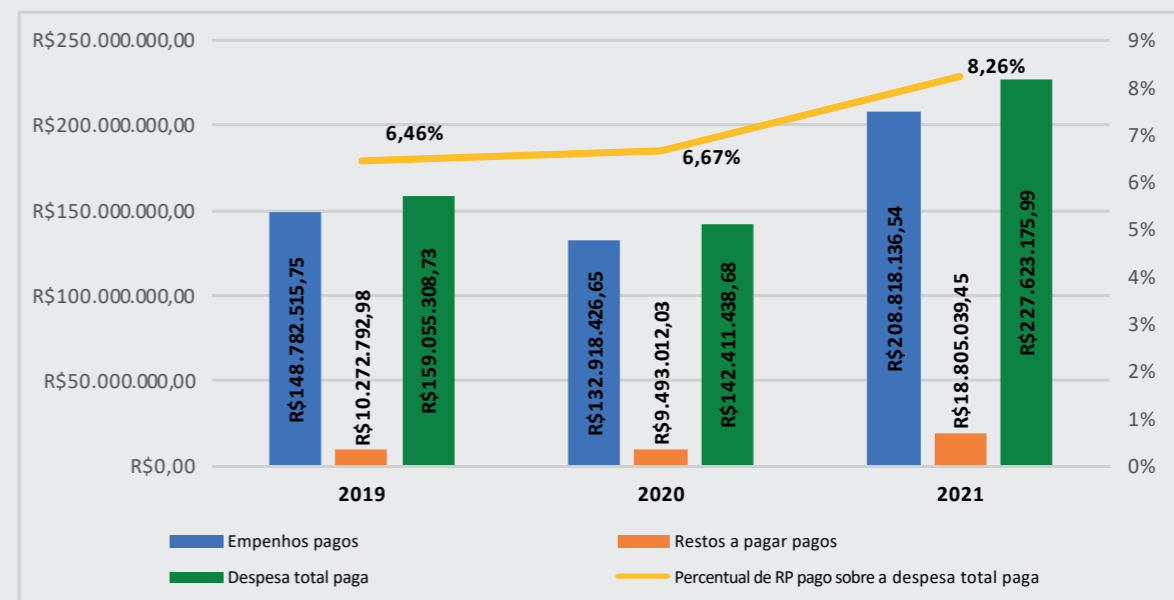
Em 2021, foi inscrito em Restos a Pagar Processados o valor total de R\$9,2 milhões. Já o total de Restos a Pagar Processados Reinscritos foi de R\$8,5 milhões. Deste total reinscrito, R\$7,2 milhões referem-se a uma parcela de Restos a Pagar Não Processados, relativos ao Programa de Atualização e Manutenção do Sistema de Votação e Apuração, que foi liquidada no exercício.

Com relação aos Restos a Pagar Não Processados, tivemos inscrição de R\$1,27 bilhão e reinscrição de R\$636,3 milhões em 2021. Do valor total inscrito, R\$1,22 bilhão correspondem a despesas relativas ao Programa de Atualização e Manutenção do Sistema de Votação e Apuração. Do valor total reinscrito, aproximadamente R\$620 milhões são despesas relativas aos Contratos-TSE nº 76/2020 e nº 105/2020, ambos de fornecimento e produção de urnas eletrônicas.

Impacto dos Restos a Pagar pagos sobre a despesa total paga

O gráfico seguinte demonstra os dados relativos ao impacto dos Restos a Pagar pagos sobre a despesa total paga nos últimos três exercícios financeiros. Ressalta-se que os dados apresentados abrangem apenas as despesas discricionárias do TSE, e não incluem pleitos eleitorais. Destaca-se ainda que o aumento do volume pago no exercício de 2021 se deu em razão da inclusão dos dados relativos às ações orçamentárias 7832 – Implantação do Sistema de Automação e Identificação do Eleitor e 21CN – Gestão e Manutenção da Identificação Civil Nacional.

Restos a Pagar pagos comparados à despesa total paga



Fonte: Tesouro Gerencial.

Distribuição do Fundo Partidário

A distribuição dos valores do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos em 2021 (em cumprimento ao que determina o art. 41-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995) pode ser consultada na página do TSE disponível em <https://www.tse.jus.br/partidos/contas-partidarias/fundo-partidario-1/fundo-partidario> (aba Distribuição em 2021).

Distribuição do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC)

Não houve distribuição de valores do FEFC aos partidos em 2021, por não ser ano eleitoral (art. 16-C da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997).



4.3.7. Gestão de custos

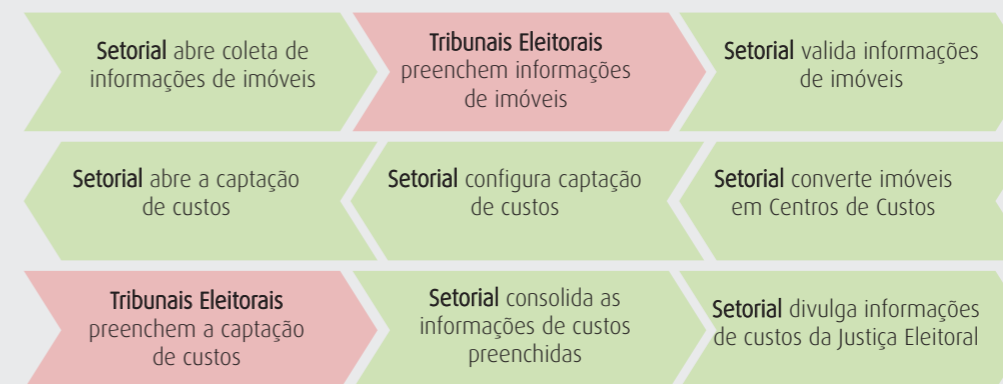
A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, regulamentada por meio da Resolução-TSE nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016, foi elaborada de modo a atender aos dispositivos legais que determinam à administração pública a manutenção de sistemática de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão, em especial ao previsto no § 3º do art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei Complementar nº 101, de 4 maio de 2000; e no art. 17 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2021, Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020.

A Justiça Eleitoral desenvolveu uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia objetiva adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em mais de 2.300 municípios e de possuir quase 3 mil imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática de custos que permitisse a comparação dos custos entre as diversas regiões do país, de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade, no intuito de se alcançar a manutenção de uma base de dados sólida, que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca pela eficiência e melhoria da qualidade dos gastos.

Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido sistema informatizado próprio, denominado Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos (SIGEC), no qual são fornecidas as informações de custos obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, de captação de dados dos Tribunais Eleitorais.

A apuração é iniciada com a coleta dos dados dos imóveis em utilização pela Justiça Eleitoral. A partir dos dados desses imóveis, são gerados os centros de custos, que têm os valores de seus itens de custos preenchidos (manualmente ou por integração de sistemas) pelos Tribunais Eleitorais. Após esse preenchimento, as informações são consolidadas pelo TSE por meio da SOF/TSE, unidade setorial da Justiça Eleitoral, e são calculados os valores das atividades desenvolvidas no órgão.

O fluxo do processo ocorre da seguinte maneira:



Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: Itens de Custos; e Atividades/Serviços.

No eixo Itens de Custos, procura-se responder à questão “com o quê?”, e é apresentada a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.



*Atualmente são 45 itens de custos.



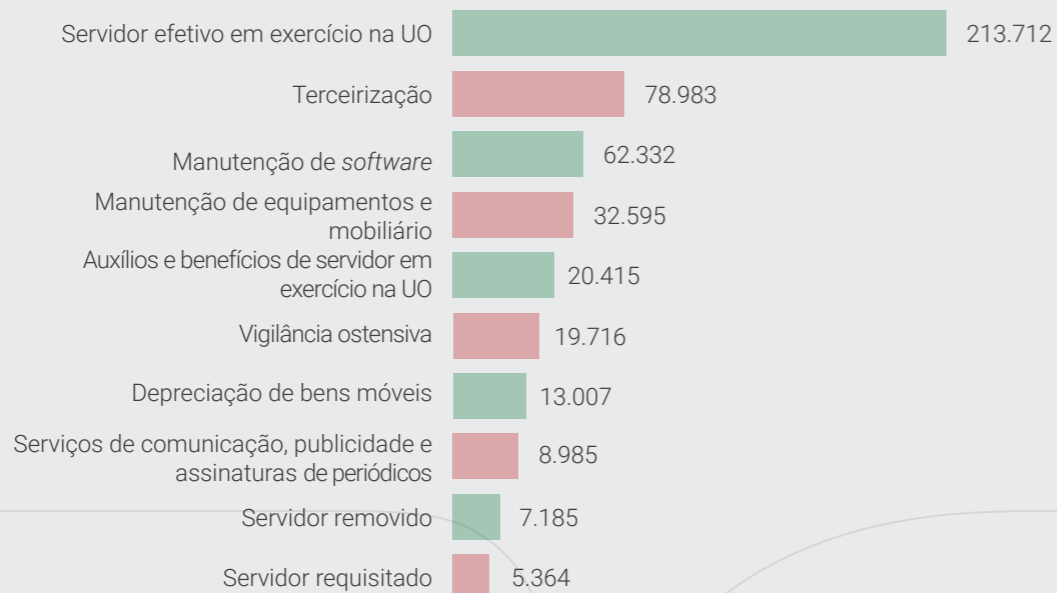
*Pode haver até dez atividades/serviços, pois algumas, como os plebiscitos, ocorrem apenas esporadicamente.

No eixo Atividades/Serviços, procura-se responder à questão “para quê?”, e é apresentado o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade mediante os recursos utilizados.

Em relação à apuração de custos referente ao exercício financeiro de 2021, foi aplicada a metodologia de custos da Justiça Eleitoral em todas as suas unidades, obtendo os dados relacionados aos 45 itens de custos atualmente passíveis de apuração. Feita a apuração dos custos, podem-se apresentar as informações dos centros de custos de diversas formas, para melhor retratar a atuação dessa Justiça Especializada. Entre elas, destaca-se o recorte dos 10 maiores itens de custo, o agrupamento dos itens de custo em grandes temas, os custos por atividades/serviços e a classificação dos custos por atendimento ao público, bem como o funcionamento da Secretaria.

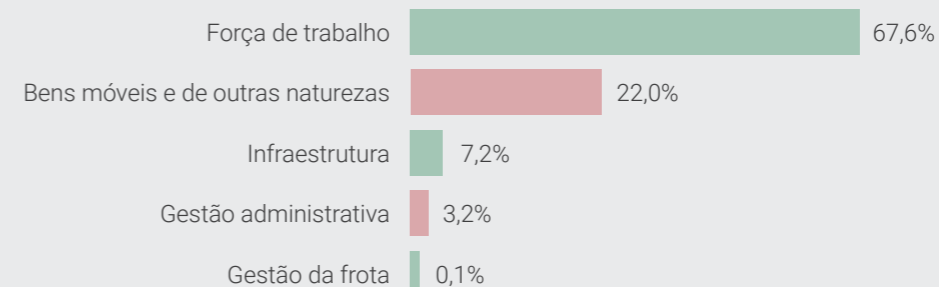
Relativamente aos custos apurados do TSE no exercício de 2021, os 10 maiores itens de custo são demonstrados no gráfico a seguir.

10 maiores itens de custo (em R\$ mil)



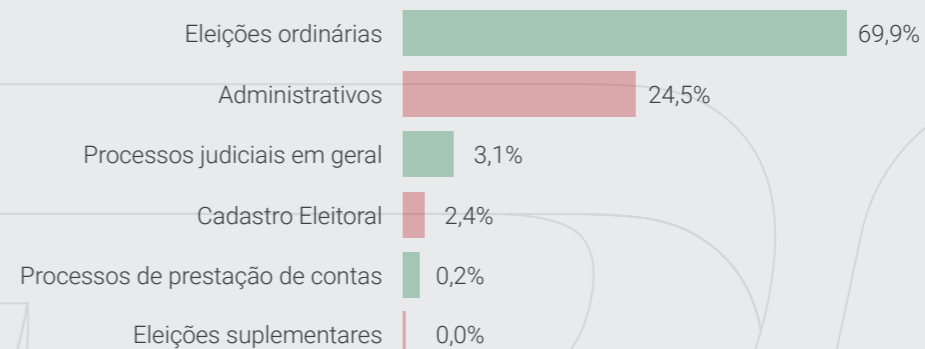
Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, temos a seguinte distribuição:

Custos por subgrupos



Os dados das Atividades/Serviços estão representados no gráfico a seguir.

Custos por atividades/serviços



5 Resultados institucionais

Atividades preparatórias – Eleições 2022



5.1. Preparação das Eleições 2022



A preparação das eleições tem como ponto de partida a avaliação do pleito recém-realizado, ou seja, ao final de uma eleição já se começa a pensar e planejar a próxima. A quantidade de votantes no Brasil e no exterior, a quantidade e a natureza dos cargos a serem preenchidos, a quantidade de seções eleitorais, as necessidades de alterações das regras são algumas das informações que balizam as aquisições e a logística de distribuição de materiais, direcionam as necessidades de remanejamento do parque das urnas eletrônicas entre os TREs, demandam a alteração das instruções normativas, a atualização e o desenvolvimento de *softwares* eleitorais e indicam novos conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias à realização das eleições.

Quanto à normatização, foram elaboradas e aprovadas as seguintes instruções para as Eleições 202 (normas novas e/ou alteradoras):

- pesquisas eleitorais (Resolução-TSE nº 23.676/2021);
- cronograma operacional do Cadastro (Resolução-TSE nº 23.666/2021);
- procedimentos de fiscalização e auditoria do sistema eletrônico de votação (Resolução-TSE nº 23.673/2021);
- diretrizes gerais para gestão e distribuição dos recursos do FEFC (Resolução-TSE nº 23.664/2021);
- Calendário Eleitoral (Resolução-TSE nº 23.674/2021);
- arrecadação e gastos de recursos por partidos políticos e candidatos e sobre a prestação de contas nas eleições (Resolução-TSE nº 23.665/2021);
- representações, reclamações e pedidos de direito de resposta previstos na Lei nº 9.504/1997 para as eleições (Resolução-TSE nº 23.672/2021);
- federações de partidos políticos (Resolução-TSE nº 23.670/2021);
- escolha e registro de candidaturas para as eleições (Resolução-TSE nº 23.675/2021);

- propaganda eleitoral, utilização e geração do horário gratuito e condutas ilícitas em campanha eleitoral (Resolução-TSE nº 23.671/2021);
- atos gerais (Resolução-TSE nº 23.669/2021);
- destinação ou totalização de votos (Resolução-TSE nº 23.677/2021).

No tocante às aquisições, o TSE precisa contratar produtos e serviços que vão desde a aquisição de urnas eletrônicas, baterias, lacres, bobinas, cabinas de votação até serviços de rede de distribuição de conteúdo, serviços de auditoria externa, enlace de acesso à internet com serviços de proteção de dados e filtros de ataques. Todas as aquisições para as Eleições 2022 foram antecipadas e tidas como prioritárias para que todas as contratações estejam prontas já no primeiro trimestre do ano eleitoral.

Deu-se início ainda à produção das urnas eletrônicas modelo 2020 (Licitação nº 43/2019), cujos testes dos modelos pré-produção e fabricação são acompanhados por técnicos do TSE. As novas urnas serão utilizadas nas Eleições 2022, substituindo os modelos mais antigos desses equipamentos e atendendo ao crescimento vegetativo do eleitorado. Realizou-se também a Licitação nº 3/2021, com o objetivo de produção e fornecimento de até 176 mil urnas eletrônicas, visando à contínua atualização do parque de urnas eletrônicas.

Em relação aos *softwares* eleitorais, são mais de 120 sistemas desenvolvidos pelos analistas da STI, com a colaboração da equipe técnica dos TREs. Ao longo do ano, ocorreram testes e simulados necessários para o desenvolvimento dos sistemas e dos aplicativos, com o objetivo de averiguar as funcionalidades dos componentes dos sistemas eleitorais (*softwares* e *hardwares*), visando à homologação conjunta dos sistemas pelas equipes técnicas do TSE e dos TREs. O objetivo é garantir o perfeito funcionamento dos sistemas eleitorais no dia da eleição.

No que toca ao tema Pessoas, cabe citar a relevância dos grupos de trabalho como forma de trazer perspectivas variadas para os mais diversos assuntos discutidos no Tribunal. Interdisciplinaridade e trabalho colaborativo entre as diversas áreas do TSE, dos TREs e dos Cartórios Eleitorais são um dos elementos-chave do planejamento das eleições. Ao todo,



foram criados nove grupos de trabalho e comissões técnicas voltados para discutir e definir os requisitos dos sistemas eleitorais, levando em consideração as sugestões encaminhadas à Justiça Eleitoral, o aperfeiçoamento tecnológico, as melhorias em processos de trabalho e as necessidades decorrentes de alterações legislativas ou jurisprudenciais.

Além disso, definiram-se diretrizes para o planejamento, a convocação e o treinamento de mesárias e de mesários, que representam mais de 1 milhão de eleitoras e eleitores que serão convocadas(os) para contribuir nas Eleições 2022.

O Cadastro Eleitoral – base de dados ampla – foi atualizado para abarcar os avanços tecnológicos e sociais na coleta e no tratamento dos dados do eleitorado, com o objetivo de tornar os serviços da Justiça Eleitoral mais acessíveis. Os aprimoramentos propostos⁶ representam marco importante, pois incorporam ao Cadastro Eleitoral medidas que asseguram o exercício da cidadania a pessoas sem acesso à inclusão digital, bem como a grupos socialmente vulneráveis e minorizados.

As campanhas educativas e informativas são a forma de o TSE apresentar informações importantes a votantes, pessoas das mesas receptoras, mídia ou nichos específicos, para gerar conexão e diálogo com o seu público. As principais campanhas veiculadas em 2021 foram abordadas no item Relacionamento com a sociedade.

⁶ A íntegra da minuta aprovada pode ser acessada no Portal TSE.

5.2. Mesárias e mesários

Mesárias e mesários – Iniciativas para as Eleições 2022

Comunicação institucional

Canal do Mesário: atualização do Canal do Mesário

Comunicações: produção de *posts* nas redes sociais, comunicados e notícias

Materiais instrucionais: produção de manuais, guias, folhetos e vídeos

Dashboard Mesário: atualização do *dashboard* e inclusão de dados estratégicos ainda não contemplados

Treinamentos (públicos interno e externo)

Por Dentro do Processo Eleitoral

Por Dentro das Eleições

Fórum Nacional de Chefes de Cartório

Outros treinamentos para servidoras, servidores, mesárias, mesários e apoio logístico

Políticas e diretrizes

Mesário Voluntário: definição de diretrizes para a promoção da atuação voluntária de mesários



5.3. Biometria

A adoção da biometria reduziu significativamente a intervenção humana no processo de votação. A urna é liberada para votação apenas quando o leitor biométrico identifica as impressões digitais da eleitora ou do eleitor, as quais são verificadas eletronicamente a partir do banco de dados unificado da Justiça Eleitoral.

Em 2021, a Justiça Eleitoral contava com mais de 118 milhões de registros biométricos⁷.

Devido à pandemia da Covid-19, os Cartórios Eleitorais de todo o país suspenderam o cadastramento de novas biometrias até que a emergência sanitária se regularize.



Biometria 2021

118.524.277 – Eleitorado com biometria



80,99%

do eleitorado brasileiro já conta com cadastramento biométrico na Justiça Eleitoral



6

estados já têm mais de 70% dos votantes com biometria



17

estados e Distrito Federal com mais de 90% de votantes com biometria

Fontes: [Biometria](#) por Unidade da Federação (UF) e [estatísticas eleitorais](#).

⁷ Para mais informações acesse Biometria por UF.

5.4. Ampliação dos serviços digitais

5.4.1. e-Título

Aplicativo móvel desenvolvido pelo TSE para a obtenção da via digital do título de eleitor, permitindo à cidadã e ao cidadão o acesso rápido e fácil a serviços da Justiça Eleitoral.

Seus serviços incluem a possibilidade de:

- utilização como documento de identificação nas seções eleitorais;
- emissão de Certidão de Quitação Eleitoral e de Crimes Eleitorais;
- consulta a débitos com a Justiça Eleitoral e emissão de guias de pagamento;
- consulta aos locais de votação e de justificativa, com uso de geolocalização;
- justificativa de ausência às urnas no dia do pleito, se a eleitora ou o eleitor estiver fora do seu domicílio eleitoral, ou mesmo após o pleito; e
- cadastramento como mesária ou mesário voluntária(o).

Mais de 20 milhões de votantes passaram a utilizar a nova versão do e-Título e puderam obter serviços disponibilizados pela Justiça Eleitoral de forma não presencial.

Em 2021, mesmo não sendo ano eleitoral, mais de 3,1 milhões de pessoas emitiram o e-Título, e quase 4 mil justificativas de ausência às urnas foram recebidas durante as eleições suplementares realizadas, o que representa economia de mais de R\$34,3 milhões para o conjunto de pessoas que fizeram uso da solução.

Com o objetivo de validar as evoluções do aplicativo, especialmente a validação biométrica em dispositivos móveis, e identificar melhorias que serão implementadas em 2022, foram realizados os Simulados Nacionais do e-Título I e II.



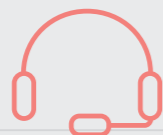
Saiba mais sobre o e-Título:



e-Título
Aplicativo disponível de
forma gratuita para
smartphone ou *tablet* nas
plataformas iOS ou Android



3.117.464
e-Títulos emitidos em 2021



Disponibilização
de serviços da
Justiça Eleitoral de
forma remota



3.893
justificativas de ausência às
urnas em eleições
suplementares em 2021



Adequação à LGPD



R\$ 34.334.927
de economia para a
população que utilizou o
serviço em 2021

5.4.2. Infodip

O Sistema Infodip permite o encaminhamento, por via eletrônica, das comunicações que possam impactar no exercício dos direitos políticos, como óbitos, condenação criminal, extinção de punibilidade, condenação por improbidade administrativa, entre órgãos responsáveis pelos dados e a Justiça Eleitoral.

O Infodip confere maior agilidade, uniformidade e segurança no processamento dessas informações, além de reduzir custos à pessoa interessada e à Justiça Eleitoral. Além disso, para os órgãos habilitados, o sistema passa a permitir a consulta às comunicações encaminhadas através do sistema.

Nacionalização do Infodip



Nacionalização

Todas as UFs utilizam um único sistema, com centralização da solução no TSE.

Base de dados integrada, com cerca de 7 milhões de comunicações que podem impactar no exercício dos direitos políticos, inclusive com reflexos nos processos de registro de candidaturas.

Nova identidade visual

Criação de logomarca e da página [Infodip Web](#):



Agilidade

Redução significativa do tempo de tramitação das comunicações, realizada em poucas horas, e aumento da segurança na gestão do dado.



Redução de gastos

7 milhões de comunicações recebidas desde sua implantação.

R\$70 milhões de economia aos cofres públicos com o encaminhamento das comunicações, por via eletrônica, considerando o custo do envio no formato físico de aproximadamente R\$10,00 cada.



5.4.3. Identificação Civil Nacional

Criada pela Lei nº 13.444/2017, a Identificação Civil Nacional (ICN) tem como finalidade identificar o brasileiro em suas relações com a sociedade e com os órgãos e entidades governamentais e privados, garantindo identificação segura e fácil à cidadã e ao cidadão em suas relações públicas e particulares.

A Base de Dados da Identificação Civil Nacional (BDICN) é armazenada e gerida pelo TSE, que a mantém atualizada, adotando as providências necessárias para assegurar a integridade, a disponibilidade, a autenticidade e a confidencialidade de seu conteúdo, bem como a interoperabilidade entre os sistemas eletrônicos governamentais. Cabe ao TSE a responsabilidade de prestar serviços biográficos e biométricos a órgãos públicos e privados.

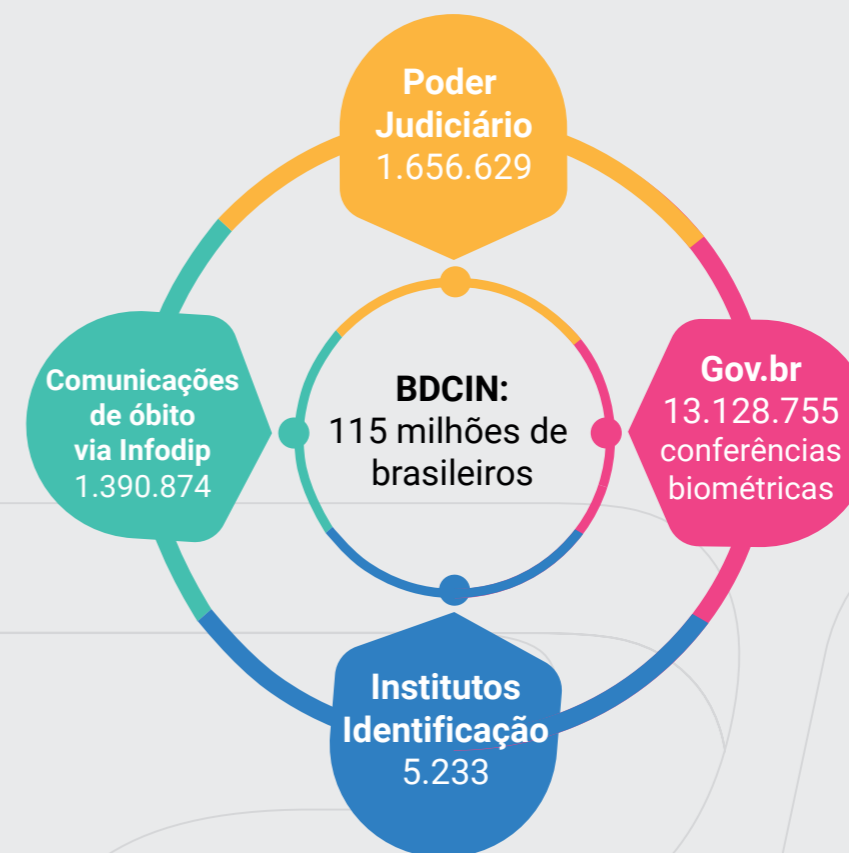
Em 2021, o TSE assinou acordo de cooperação técnica com o governo federal com o objetivo de implementar a prestação do serviço de conferência da BDICN na plataforma Gov.br. Desde então, uma série de serviços públicos estão sendo conectados à plataforma que usa a BDICN para certificação da identidade, tornando possível à cidadã e ao cidadão usufruir de serviços públicos antes disponíveis apenas no atendimento presencial, como a prova de vida do INSS por biometria facial.

Outra parceria de destaque está no Acordo de Cooperação Técnica nº 23/2019, por meio do qual o TSE e o CNJ desenvolvem e executam programa para cadastramento biométrico e biográfico da população carcerária do Brasil para inclusão na BDICN, garantindo a documentação civil por meio da identificação biométrica das pessoas privadas de liberdade.

Considerando a necessidade de evoluções constantes, foi disponibilizada nova solução para o tratamento de inconformidades do cadastro biométrico, ampliando as ferramentas disponíveis para o TSE e os TREs que permitam visualizar e tratar casos de inconformidade, todos referidos pela Resolução-TSE nº 23.659/2021 que dispõe sobre a Gestão do Cadastro Eleitoral.

Consultas à BDICN

3.696 órgãos públicos
utilizam os serviços da ICN



5.5. Teste Público de Segurança

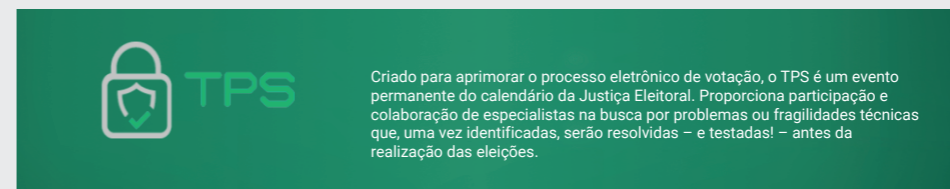
O Teste Público de Segurança (TPS) foi criado para propiciar melhorias no processo de desenvolvimento dos sistemas eleitorais. As investigadoras ou os investigadores são convidadas(os) a realizar ações controladas com o objetivo de identificar falhas e vulnerabilidades nos programas em fase de desenvolvimento. Com isso, os sistemas são aprimorados para que estejam prontos e seguros para uso no dia da eleição. Essa parceria fortalece a confiabilidade, a transparência e a segurança dos sistemas eleitorais.

Na sexta edição, realizada em 2021, o prazo para inspecionarem os códigos-fonte do sistema eletrônico de votação foi ampliado. As(os) participantes puderam escolher entre uma ou duas semanas para análise. Os procedimentos de inspeção desses códigos foram realizados no período de 11 a 22 de outubro, das 9h às 18h.

Outra novidade dessa edição foi a possibilidade de extensão do TPS por mais um dia após o prazo final, se constatada a necessidade de dar continuidade a algum plano de teste devido ao seu potencial de contribuição para o alcance dos objetivos do TPS.

As tratativas para a preparação do teste contaram com o apoio de técnicas(os) do Laboratório de Arquitetura e Rede de Computadores (Larc), da Universidade de São Paulo (USP), que realizaram quatro visitas técnicas para execução de seus planos de trabalho objetos do TPS 2021.

Firmou-se ainda o Convênio-TSE nº 14/2021, entre o TSE e a USP, cujo objeto é a promoção da cooperação técnico-científica, visando fortalecer, ampliar e intensificar a integração entre os partícipes por meio do intercâmbio de conhecimento e atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, bem como capacitação de recursos humanos e realização de projetos conjuntos, incluindo os TPS.



Maturidade



Demonstra a maturidade e confiança nas eleições informatizadas brasileiras.

Transparência



Acesso à informação para diversas instituições e qualquer pessoa.

Participação



Trabalho participativo perante a sociedade. Aberto a críticas e sugestões.

Colaboração



Cada especialista que nos aponta defeitos colabora para melhorar a eficiência do processo.

Resultados do TPS 2021 | 23 pré-inscrições | 39 investigadoras(es)

Resultados TPS (geral)

- > 96 planos de ataque entre apresentados e executados
- > 6 edições do evento: 2009, 2012, 2016, 2017, 2019 e 2021
- > 138 participantes investigadoras(es)
- > 202 horas de testes públicos executados

Fonte: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/tps/index.html#resultados>

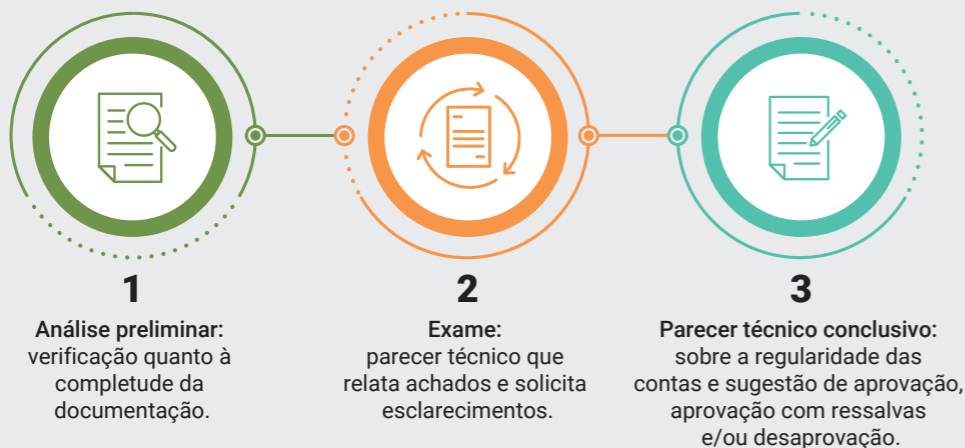
5.6. Prestação de contas

5.6.1. Exame de contas eleitorais e partidárias

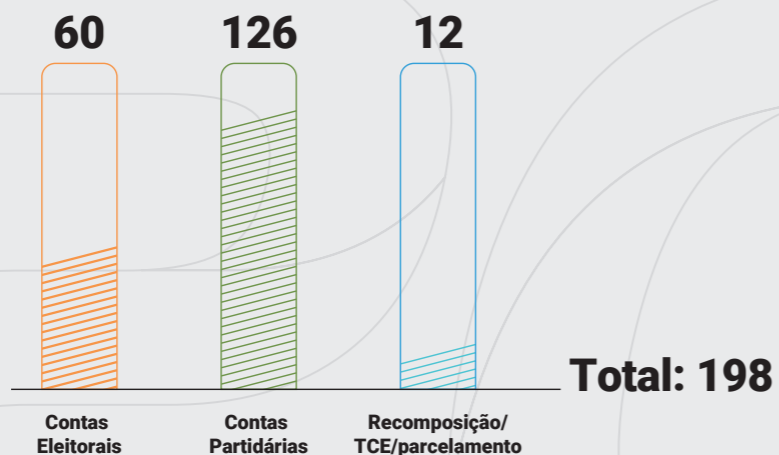
O exame da prestação de contas visa informar quanto à regular movimentação financeira e aplicação dos recursos públicos, em particular o FEFC, chamado de Fundo Eleitoral, e o Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário), com vistas ao julgamento das contas pelo Plenário do Tribunal.



Momentos da análise das contas



Pareceres técnicos emitidos em 2021



Dados até 30/9/2021.

5.6.2. Atendimentos realizados

Atendimento às equipes dos TREs e dos Cartórios Eleitorais por meio de orientação e treinamento, recebimento de sugestões e promoção de discussões e debates em fórum contínuo. Candidatas, candidatos, advogadas, advogados, contadoras, contadores e representantes dos partidos solicitam atualização quanto à forma e ao conteúdo requerido para a prestação de contas. Além disso, pesquisadoras, pesquisadores, imprensa, professoras, professores e público externo em geral também remetem suas dúvidas.

O suporte a usuárias e a usuários é recebido pelos canais:

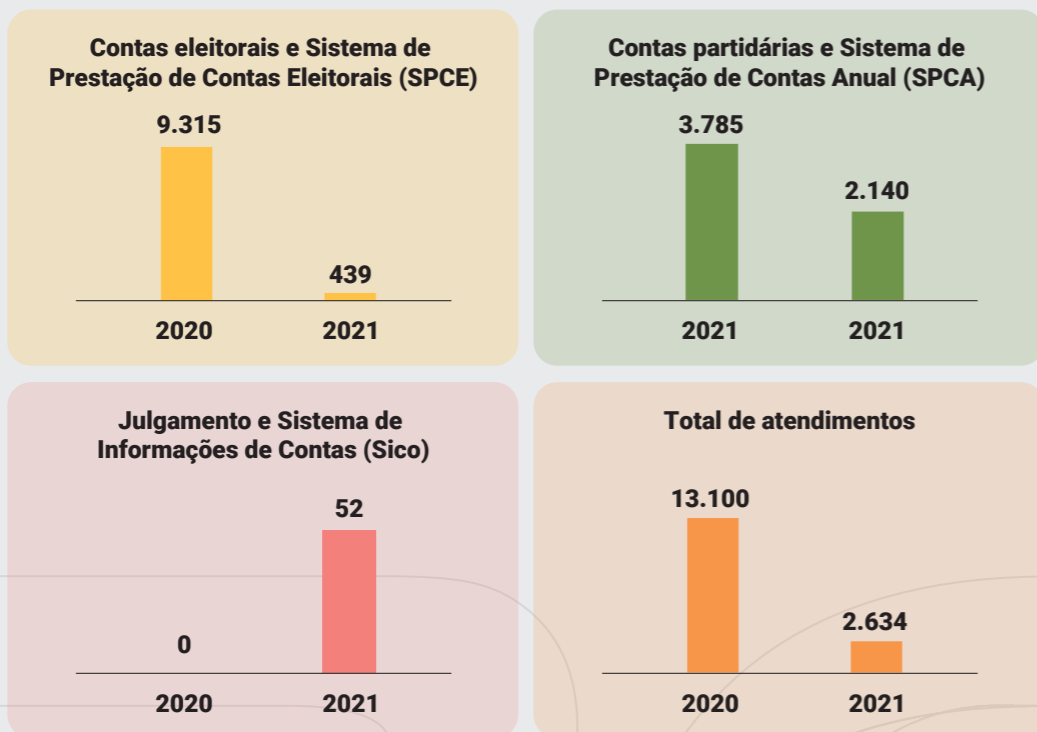
- incidentes registrados no *help desk*;
- *e-mails*;
- telefonemas⁸;
- ouvidoria;
- atendimento presencial;
- *chats* (WhatsApp)⁹.

⁸ Apenas durante períodos eleitorais.

⁹ O WhatsApp é uma ferramenta muito utilizada durante as eleições para atendimento específico a pessoas candidatas, partidos e jornalistas.



Quantitativo de atendimentos realizados em 2020 e 2021¹⁰



Fonte: [Estatísticas Processuais](#), dados relativos a 26/10/2021.

Observa-se que a queda dos atendimentos relativos aos sistemas eleitorais ocorre em razão de o exercício 2021 não ser ano eleitoral, assim como em função do avanço dos atendimentos por meio de grupos de WhatsApp, que facilitaram a disseminação de orientações. São utilizados, ainda, outros sistemas de fiscalização de prestação de contas anual (partidos políticos) e eleitoral (partidos políticos e candidatos).

¹⁰ Dados de 2021 até 30 de setembro de 2021.

5.7. Estatísticas eleitorais

As [Estatísticas Eleitorais](#) contribuem com o objetivo de dar transparência aos dados e às informações eleitorais. Na página, é possível aplicar filtros e acessar os cruzamentos de dados de maior importância. Os temas são diversos em relação aos pleitos, cujos dados estão disponíveis a partir das Eleições 2014: candidaturas, eleitorado, resultado, prestações de contas, mesários, comparecimento e abstenção, processuais, dentre outros.

Os dados das tabelas e dos painéis podem ser exportados em formato *comma-separated values* (CSV) e, em caso de dados brutos, o usuário pode acessar o [Repositório de Dados Eleitorais \(RDE\)](#) – plataforma que complementa as páginas de estatísticas eleitorais e disponibiliza, em formato aberto, os arquivos brutos das eleições.

5.8. Estatísticas processuais

A página de [Estatísticas Processuais](#) possui dados anuais desde 2018 e é atualizada diariamente. As informações apresentadas baseiam-se em consultas à base de dados do Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP) e do Processo Judicial Eletrônico (PJe). As consultas são construídas a partir de parâmetros lógicos, e o resultado é apresentado sem interferência humana, ou seja, os dados são apresentados da mesma forma como estão registrados na base.



Estatísticas processuais 2021



Acervo



5.705

processos em 2020



6.191

processos ingressaram
em 2021



7.569

foram baixados
em 2021



4.327

é o acervo ao final
de 2021

Indicadores

676 processos conclusos (7,81%)

32 processos com pedido de vista (0,37%)

2.128 processos aguardando decisão (24,59%)

Classe dos processos

1.857 originários

2.470 recursais

Tipos de decisões

9.685 decisões expedidas

Acórdão: **1.907**

Decisão: **6.151**

Despacho: **1.610**

Resolução: **9**

Resolução anexa: **7**

Recursos

1.004 recursos

191 recursos externos

813 recursos internos

Digitalização de processos físicos

O projeto de digitalização de processos físicos e conversão em processo judicial eletrônico atingiu, ao longo do ano de 2021, a marca de 832 processos, 5.951 volumes e 1.557.613 folhas digitalizadas.

Desde março de 2020, quando o projeto foi instituído, ainda sob a presidência da Ministra Rosa Weber, foram digitalizados mais de 1.497 processos, o que corresponde a 10.822 volumes, 2.672.329 folhas e, portanto, 157% da meta inicialmente estipulada.

O projeto, coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência e executado pela Secretaria Judiciária e pela Secretaria de Gestão de Informação do Tribunal, atingiu seu escopo com sucesso ao final de 2021. Seguem sendo digitalizados os feitos físicos que passarem a tramitar nesta Corte. Além disso, tem sido realizada a gestão documental dos processos físicos que, por terem tido sua prestação jurisdicional encerrada, aguardam providências administrativas, como o arquivamento definitivo ou a baixa para o Tribunal de origem.

5.9. Eleições do Futuro

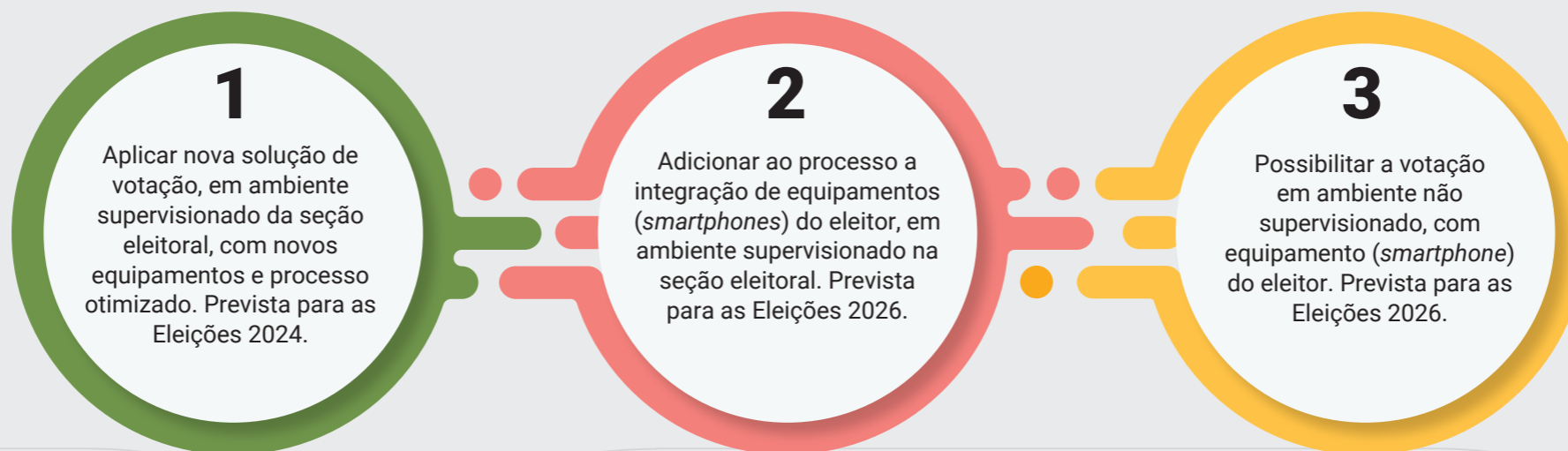
O Programa Eleições do Futuro tem por objetivo estudar e propor um novo modelo de votação que reduza os custos do processo eleitoral, aprimore a experiência do eleitor e aperfeiçoe os mecanismos de segurança e auditoria. Ele foi iniciado assim que o Ministro Luís Roberto Barroso tomou posse, em maio de 2020.

Depois dos estudos realizados em 2020, observou-se que uma solução de votação *online* carece de mecanismos de segurança capazes de garantir a lisura do processo eletrônico de votação. Haveria perda de salvaguardas de segurança existentes na solução em uso atualmente.

Nesse sentido, o GT instituído pela Portaria-TSE nº 527/2020, para pesquisar e implementar inovações tecnológicas no sistema eletrônico de votação, apresentou relatório técnico no qual propôs implementar uma trilha de inovação, dividida em três etapas.



Etapas da trilha de inovação



Na primeira etapa, iniciada em 2021, o foco principal é a redução dos custos do processo e o aperfeiçoamento dos mecanismos de segurança e auditoria, observando ainda o aprimoramento da experiência das(os) votantes. Os principais desafios estipulados foram:

- paralelizar o atendimento das eleitoras e dos eleitores, por meio da separação dos equipamentos de votação e de identificação;
- reduzir o número de mesários necessários para realizar uma eleição (atualmente são quatro), à medida que procedimentos realizados manualmente possam ser automatizados; e
- reduzir a quantidade de seções eleitorais, otimizando a distribuição de eleitores, sem que isso resulte em filas para votar.

Para responder aos desafios estipulados na primeira etapa, está previsto o desenvolvimento de novo(s) equipamento(s) de votação adequado(s) a um novo processo de votar otimizado,

com menos seções eleitorais e pessoas envolvidas em sua operação. Para auxiliar o TSE nesse trabalho, foi firmado convênio com a USP. As atividades serão executadas pelo Larc, do Departamento de Engenharia de Computação e Sistemas Digitais da Escola Politécnica.

O Larc foi selecionado por ser um laboratório de pesquisa aplicada especializado em segurança cibernética, com larga experiência prática no desenvolvimento de soluções tecnológicas para o sistema bancário e ligado à mais respeitada instituição de ensino pública brasileira. Além da busca por uma parceria fundamentada na excelência técnica, o convênio com a USP também representa maior aproximação do TSE com a comunidade acadêmica brasileira para evolução do sistema eletrônico de votação.

O convênio prevê o desenvolvimento de uma prova de conceito desse novo modelo de votar, com novos equipamentos, ainda em 2022. Em 2021, foram realizados os levantamentos e as pesquisas técnicas; e, em 2022, estão planejadas a especificação, a implementação, os testes e a validação da prova de conceito.

5.10. Relacionamento com a sociedade

5.10.1. Comunicação institucional

Com a transformação da então Secom, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência, a Secom passou a contar com coordenadorias que trabalham de forma integrada para promover a divulgação das campanhas institucionais e dos eventos e pautas relevantes do Tribunal nos canais disponíveis – Portal TSE, TV e Rádio Justiça, YouTube, plataformas de áudio e redes sociais (Twitter, Facebook, Instagram e TikTok). Em 2021, promoveu-se a prestação de serviços ao eleitor, como, por exemplo, informações sobre prazos para regularização de situação eleitoral e emissão de certidões, além de atribuições ordinárias como acompanhamento dos julgamentos da Corte, atendimento à imprensa, suporte à realização dos eventos institucionais e comunicação com o público interno, destacando-se os seguintes projetos:

25 anos da urna eletrônica e segurança do processo eleitoral



Quando a urna eletrônica completou 25 anos, em maio de 2021, o TSE lançou ampla campanha institucional sobre a segurança do processo eleitoral. A campanha buscou mostrar, com simplicidade e clareza, cada etapa do processo eleitoral, desde o desenvolvimento dos programas que são inseridos nas urnas até a totalização dos votos, reforçando que qualquer observador externo pode verificar a idoneidade do que está sendo feito. O Presidente do TSE, Ministro Luís Roberto Barroso, gravou vídeo institucional explicando todas as etapas do processo de votação, ressaltando a confiabilidade e a agilidade que o sistema transmite aos brasileiros.

[Presidente do TSE explica sobre a segurança do voto](#)



Em agosto de 2021, o Tribunal lançou outra campanha sobre o tema. Com o *slogan* “Urna Eletrônica: é segura, é fácil de checar, é do Brasil”, a campanha é apresentada pela professora, filósofa e escritora Djamilia Ribeiro.

[Nova campanha do TSE reforça que urnas eletrônicas são seguras e auditáveis](#)



Ainda sobre a segurança da urna, a série especial Voto em Papel e Fraudes relata depoimentos de cidadãs e cidadãos que participaram de perto das eleições antes do sistema eletrônico de votação. A urna eletrônica foi um avanço tecnológico que eliminou a intervenção humana e tornou o processo eleitoral brasileiro um dos mais confiáveis do mundo.

[Voto em papel e fraudes: pressões políticas eram comuns durante o pleito](#)

Mais Mulheres na Política



Entre 2 de agosto e 31 de dezembro de 2021, o TSE divulgou a campanha Mais Mulheres na Política – Sem violência de Gênero. As peças foram estreladas pela atriz Camila Pitanga e por atrizes que representam a diversidade.

[TSE estreia nova campanha de incentivo à participação feminina na política](#)

Jovem Eleitor – Bora Votar!



Campanha criada com foco no eleitorado jovem. Veiculada de 13 de setembro a 31 de dezembro de 2021.

[Bora Votar! Conheça a nova campanha para o eleitorado jovem](#)

Mesário Voluntário



Campanha com o objetivo de incentivar a inscrição de mesárias e mesários voluntários(os) para atuar nas Eleições Gerais 2022, veiculada de 4 de outubro a 31 de dezembro de 2021.

[Experiência para a vida e missão de cidadania: campanha incentiva a inscrição de mesários voluntários](#)

Todas as campanhas institucionais foram veiculadas em rede nacional de rádio e TV, por emissoras abertas que operam com concessão pública e nas redes sociais da Justiça Eleitoral.

Nós somos a Justiça Eleitoral

Nós somos a
Justiça Eleitoral

Para celebrar os 89 anos da criação da Justiça Eleitoral, comemorado em fevereiro de 2021, o TSE homenageou servidoras, servidores, colaboradoras e colaboradores que trabalham para oferecer o melhor para a cidadã, para o cidadão e para o Brasil. O portal do Tribunal publicou a série Nós Somos a Justiça Eleitoral, com matérias especiais que contam, por meio da história de vida dessas pessoas, um pouco mais sobre a Justiça Eleitoral e seu papel no fortalecimento da democracia brasileira.

[Nós Somos a Justiça Eleitoral – série especial mostra histórias de quem faz a democracia acontecer](#)

Dia Internacional da Democracia

Em comemoração ao Dia Internacional da Democracia, celebrado em 15 de setembro, o TSE convidou brasileiras e brasileiros de todo o país para recitar um poema feito pelo poeta brasileiro Nicolas Behr para a Justiça Eleitoral, especialmente para a data. O vídeo *Vozes pela Democracia* foi veiculado no canal do TSE no YouTube e em todas as redes sociais do Tribunal.

[Vozes pela Democracia](#)

Eleições pelo Mundo



Jornalistas da Secom entrevistaram diplomatas, cidadãs e cidadãos de alguns países para traçar um panorama sobre processos eleitorais tão diferentes e, ao mesmo tempo, tão iguais no seu objetivo primordial: dar voz à eleitora e ao eleitor e, com isso, fortalecer a democracia.

[TSE publica série de reportagens sobre Eleições pelo Mundo](#)

5.10.1.1. Comunicação em números

Redes sociais

Twitter

415 mil seguidoras e seguidores

Crescimento de 35 mil fãs

1.900 posts

47,6 milhões de impressões

Instagram

233 mil seguidoras e seguidores

Crescimento de 26 mil fãs

830 posts publicados

41,5 milhões de alcances

Facebook

244 mil seguidoras e seguidores

Crescimento de 12 mil fãs

780 posts publicados

10 milhões de alcances

Redes sociais

Imprensa

887 matérias publicadas
no Portal

216 matérias na intranet

1.007 atendimentos à
imprensa (e-mail)

Imprensa

Audiovisual

374 vídeos do YouTube

152 vídeos do TikTok

36 podcasts Clica e Confirma

18 podcasts Direto do Plenário

288 entradas ao vivo
na Rádio Justiça

581 reportagens para
a Rádio Justiça

194 matérias para a TV Justiça

60 transmissões de sessões
plenárias

Audiovisual

Portal do TSE

146,5 milhões de visualizações
de página

78,6 milhões de visualizações
de páginas únicas

Portal da Justiça Eleitoral

4,8 milhões de visualizações
de página

4 milhões de visualizações
de páginas únicas

Portais

5.10.2. Educação política

Em 2021, foram promovidas diversas ações educacionais virtuais, houve constante atualização e monitoramento do ambiente Moodle e vários cursos foram disponibilizados para as Escolas Judiciárias Eleitorais (EJEs) dos demais TREs, além de eventos para os públicos interno e externo do TSE, com destaque para a I Jornada de Direito Eleitoral.

5.10.2.1. Principais ações e eventos

I Jornada de Direito Eleitoral



Evento acadêmico e científico que buscou delinear proposições interpretativas das normas aplicáveis ao Direito Eleitoral, adequando-as às inovações legislativas, doutrinárias e jurisprudenciais a partir do debate entre professoras e professores, magistradas e magistrados, membras e membros do Ministério Público (MP), advogadas e advogados, servidoras e servidores da Justiça Eleitoral e demais especialistas convidadas(os). Como produção final, foram consolidados os enunciados discutidos, aprovados e posteriormente disponibilizados para toda a comunidade jurídica eleitoral.

[I Jornada de Direito Eleitoral do TSE resulta em 63 novos enunciados e 57 achados relevantes](#)

Proteção de Dados – A LGPD e seus impactos na Justiça Eleitoral e na Administração Pública



O Seminário Proteção de Dados – A LGPD e seus Impactos na Justiça Eleitoral e na Administração Pública reuniu especialistas em Direito Digital e em proteção de dados para debater os impactos da LGPD no âmbito da administração pública.

[Seminário debate LGPD na Administração Pública](#)

Os Sistemas Eleitorais e a Reforma Política



O Seminário Os Sistemas Eleitorais e a Reforma Política reuniu especialistas com o intuito de refletir e dialogar acerca dos diversos tipos de sistemas eleitorais e sua discussão no âmbito da reforma política.

[Aprimoramento dos sistemas eleitorais para o fortalecimento da democracia é tema de debate promovido pelo TSE](#)

XVI Encontro Nacional do Colégio de Dirigentes das Escolas Judiciárias Eleitorais



A EJE participou do XVI Encontro Nacional do Colégio de Dirigentes das Escolas Judiciárias Eleitorais (Codeje). O encontro contou com a participação de representantes das EJE dos TRES, e nele foi aprovada a Carta do XVI Encontro do Codeje.

[XVI Encontro do Codeje é encerrado nesta sexta-feira \(28\)](#)

Mais Mulheres na Política, sem Violência de Gênero – Elas Podem, o Brasil Precisa.



O Seminário Mais Mulheres na Política, sem Violência de Gênero – Elas Podem, o Brasil Precisa! discutiu como superar a sub-representação feminina no cenário político, o preconceito e a violência contra a mulher, com atenção especial à situação das mulheres negras, indígenas, LGBTQIA+ e com deficiência, que sofrem duplamente por fazerem parte de um grupo mais vulnerável socialmente.

[Barroso abre seminário Mais Mulheres na Política, sem Violência de Gênero](#)

II Seminário Internacional – Desinformação e Eleições



O II Seminário Internacional Desinformação e Eleições contou com a participação de especialistas e representantes de instituições públicas, entidades da sociedade civil e de veículos de comunicação do Brasil e do exterior com o objetivo de levantar formas de impedir ou minimizar a divulgação de desinformação nas Eleições 2022.

[TSE realiza seminário internacional sobre desinformação e eleições](#)

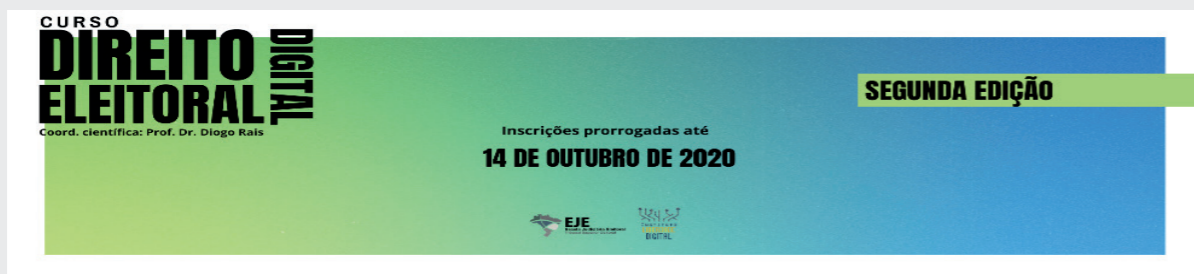
Projeto Debates



O Projeto Debates tem o objetivo de trazer reflexões sobre temas atuais e relevantes acerca do Direito Eleitoral, da política e da democracia. O tema apresentado em 2021 foi Prestação de Contas e Financiamento de Campanhas.

[Webinário da EJE do TSE discute prestação de contas e financiamento de campanhas](#)

Direito Eleitoral Digital (2ª edição)



O curso de Direito Eleitoral Digital foi desenvolvido em uma proposta de cooperação técnico-científica entre o Instituto Liberdade Digital e a EJE, tendo como coordenador científico o professor doutor Diogo Rais.

Momento Eleitoral



O Momento Eleitoral é um programa de minientrevistas com convidados destinado a esclarecer o público interessado – a cidadã e o cidadão – em assuntos da matéria eleitoral e correlatas. Veiculado semanalmente nas redes sociais, visa contribuir com a promoção da

cidadania e a conscientização política da sociedade brasileira. O programa ganhou espaço na TV Justiça, indo ao ar toda terça-feira, antes da sessão plenária do TSE, e reprisado ao longo da programação.

Revista *Estudos Eleitorais*

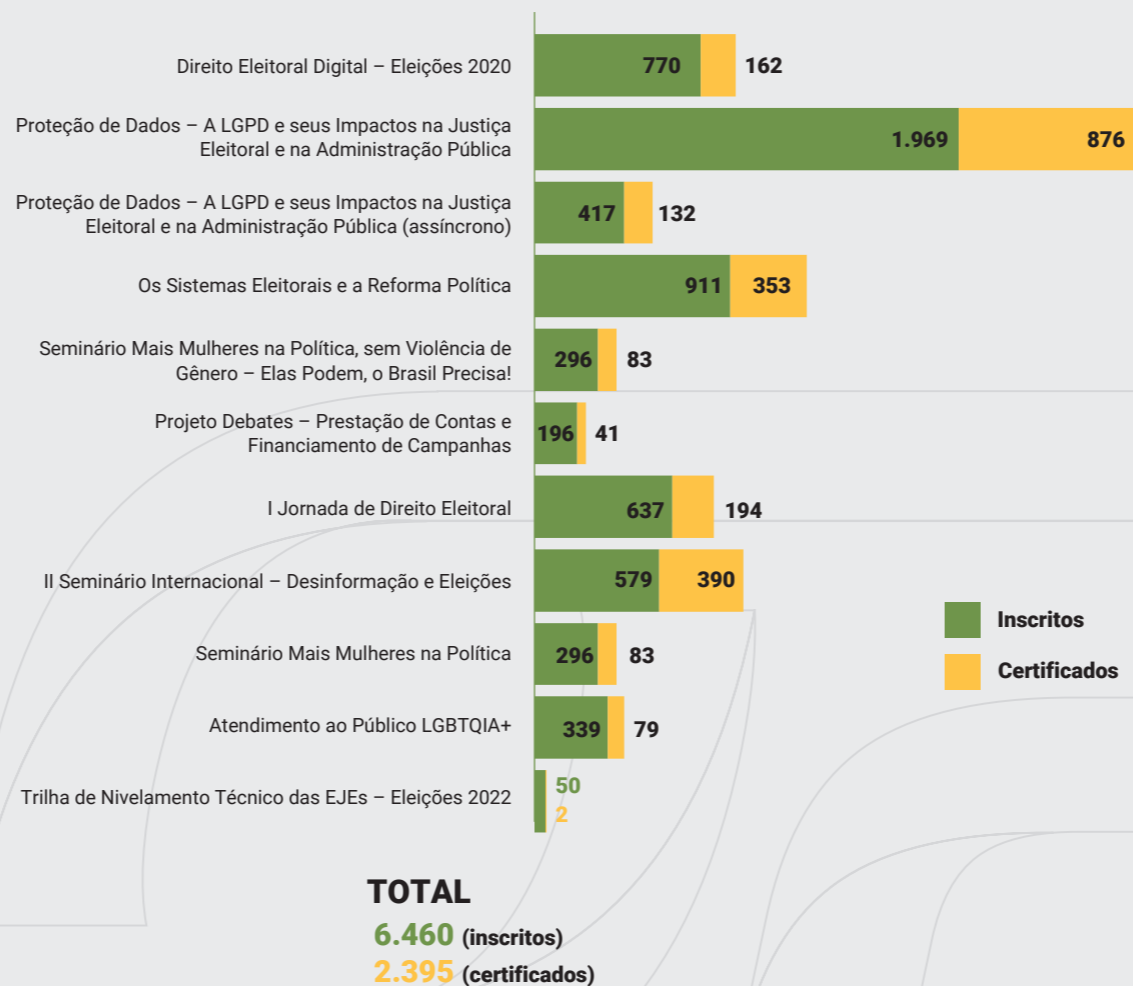


Periódico quadrimestral publicado para a valorização dos estudos eleitorais, concebidos de forma abrangente, e para alcançar reflexões históricas, teóricas e práticas sobre o Direito Eleitoral material e processual e sobre o processo político-eleitoral.

5.10.2.2. Alcance das metas

A meta estabelecida para a EJE era a capacitação de 1.580 servidoras e servidores. Com os esforços despendidos nesse sentido, foram capacitadas(os) 1.922. Os eventos atraíram um público total de 5.585 participantes.

Curso/Evento



Fonte: Plataforma Moodle.



5.10.3. Enfrentamento à desinformação

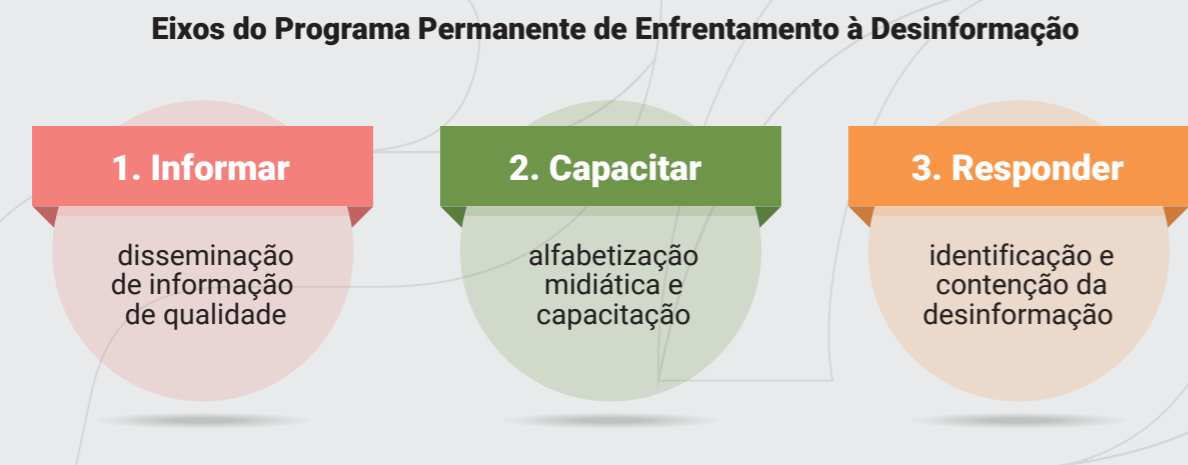
5.10.3.1. Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação no âmbito da Justiça Eleitoral

O [Programa de Enfrentamento à Desinformação com Foco nas Eleições 2020](#) foi lançado pelo TSE em 2019 com o objetivo de combater os efeitos negativos provocados pela desinformação à imagem e à credibilidade da Justiça Eleitoral, à realização das eleições e às pessoas nelas envolvidas.

A abordagem multissetorial e sistêmica da desinformação transformou o programa, implementado nas Eleições 2020, no maior e mais inovador projeto de combate às *fake news* criado por organismo eleitoral, sendo sua prática vencedora da 18ª Edição do Prêmio Innovare (2021), pela categoria Tribunal.

Diante da necessidade de dar continuidade às medidas adotadas nas Eleições 2020, o TSE instituiu o Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação no âmbito da Justiça Eleitoral ([Portaria-TSE nº 510/2021](#)).

Alinhado com os principais marcos normativos, as referências teóricas e as obrigações internacionais em matéria de proteção à liberdade de expressão, o programa permanente permanecerá centrado em estratégias não regulatórias e multissetoriais.



As iniciativas previstas, em cada um dos eixos, serão consolidadas a partir dos aprendizados obtidos nos últimos ciclos eleitorais, além das análises realizadas por especialistas nacionais e internacionais no tema, com destaque para o II Seminário Internacional – Desinformação e Eleições, evento organizado e transmitido pelo TSE.

Tendo em vista a importância da união de esforços para mitigar os efeitos negativos da desinformação sobre o processo eleitoral, o TSE tem estabelecido parcerias com entidades públicas e privadas que se enquadrem nas seguintes categorias:

- (i) veículos de comunicação social, instituições de checagem e outras associações representativas de setores da imprensa;
- (ii) provedores de aplicações de internet, incluindo redes sociais, serviços de mensageria privada e ferramentas de busca;
- (iii) partidos políticos;
- (iv) entidades ou órgãos públicos que possam contribuir para o planejamento de ações, para a prevenção ou para a repressão à desinformação; e
- (v) associações, fundações, institutos, instituições de pesquisa, movimentos ou grupos, com *expertise* relacionada às temáticas de desinformação, liberdade de expressão, tecnologia, democracia, eleições, Direito Eleitoral e Direitos Humanos, bem como notório reconhecimento público na sua área de atuação.

A equipe executora do Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação tem zelado para que os parceiros sejam escolhidos com base em critérios técnicos e científicos, bem como sejam efetivamente capazes de colaborar para as ações previstas e o cumprimento dos objetivos do programa.

Além da assinatura dos termos de adesão ao Programa, o TSE tem envidado esforços para celebrar acordos de cooperação, memorandos de entendimento ou outros instrumentos de parceria que definam as medidas concretas que serão desenvolvidas por parcerias para o enfrentamento à desinformação no âmbito do Programa, em suas respectivas áreas de atuação.

5.10.4. Ouvidoria

A Ouvidoria é o canal efetivo para a comunicação entre a sociedade e o TSE, visando ao controle social dos atos institucionais, por meio do acesso à informação, com vistas à transparência e à realização democrática na gestão de informações.

Eixos de atuação da Ouvidoria



Canais de acesso



Formulário eletrônico

Disponível no endereço: <https://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/ouvidoria>



Telefones

(61) 3030-7576 – 3030-7575 – 3030-7580 (das 7h às 13h)

(61) 3030-7579 – 3030-7578 – 3030-9273 – 3030-7581 (das 13h às 19h)



Correspondência

Setor de Administração Federal Sul (SAFS), Quadra 7, Lotes 1/2
Brasília/DF – CEP: 70070-600 (endereçada à Ouvidoria)



Pessoalmente

Atendimento das 8h às 19h – SAFS, Quadra 7
Lotes 1/2, Brasília/DF – Sala A-956



E-mail

ouv@tse.jus.br

As demandas recebidas são registradas no Sistema de Atendimento ao Cidadão (SAC), exclusivo para dar o tratamento adequado aos pedidos e, no menor espaço de tempo, dar às pessoas uma resposta apropriada.

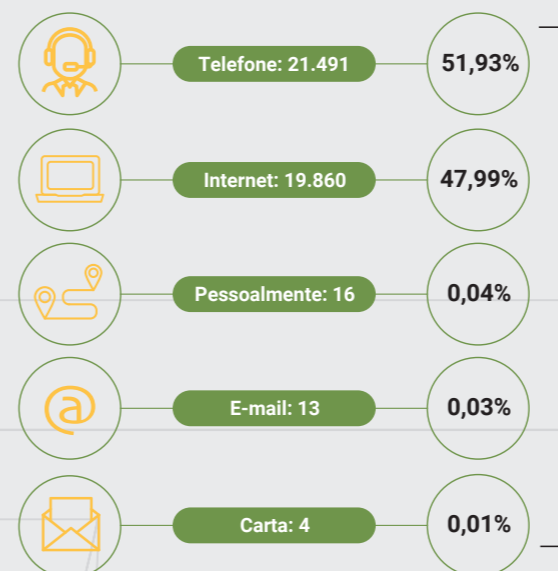
O requerimento é instruído com a qualificação pessoal de quem está interessada(o): nome completo, número da inscrição eleitoral ou número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e endereço físico ou eletrônico para posteriores comunicações, vedada a exigência de justificativa para o processamento do pedido.

Os atendimentos presenciais e por carta foram suspensos por prazo indeterminado em razão das medidas de distanciamento social implementadas em virtude da pandemia da Covid-19. No que toca ao *e-mail*, trata-se de forma de atendimento excepcional, adotado pela necessária celeridade no andamento das demandas relativas à LGPD.

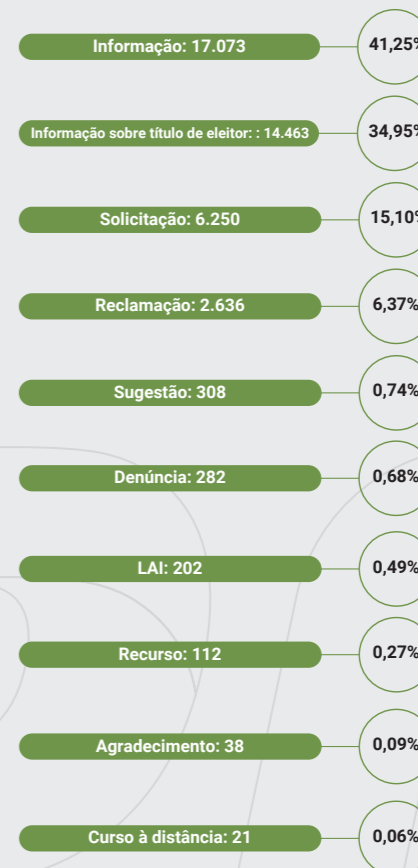
Atendimentos realizados pela Ouvidoria em 2021

40.997 demandas registradas no SAC

Demandas por canal



Tipos de demandas



Total: 41.385

Fonte: SAC, dados de 1º/1 a 30/9/2021¹¹.

¹¹ A diferença no total de relatos refere-se aos arquivados por erro de duplicação pelo sistema ou pela usuária ou pelo usuário.



A Ouvidoria é também responsável pela [Carta de Serviços ao Eleitor](#), documento que informa à cidadã e ao cidadão sobre os serviços prestados pelo TSE, as formas de acesso a esses serviços e os respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.

O atendimento prestado pela Ouvidoria é avaliado em três requisitos: cortesia e educação do atendente; celeridade no atendimento; e adequação das respostas. O índice geral de satisfação corresponde à porcentagem de respostas positivas à pesquisa de satisfação (bom ou excelente). A pesquisa é realizada nas demandas respondidas via formulário eletrônico.

Satisfação da usuária ou do usuário



2.577 respondentes



Cortesia e educação: 87,62%



Prazo de atendimento: 90,03%



Orientação Prestada 75,1%

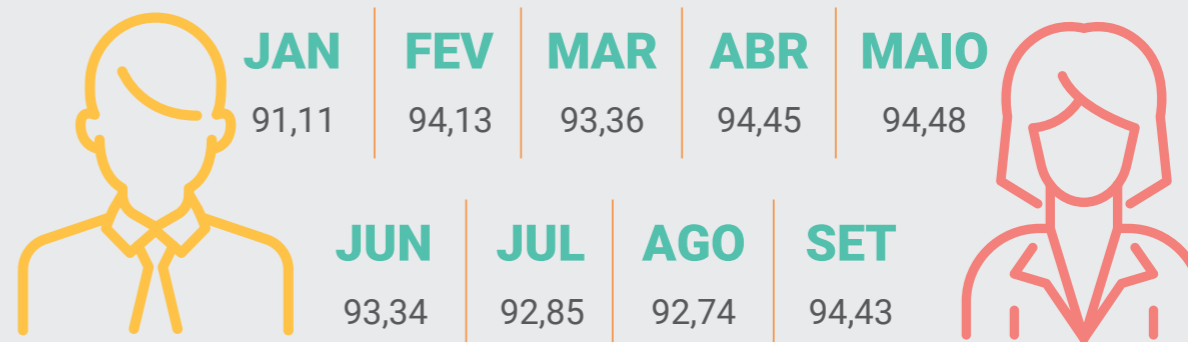


Índice Geral de Satisfação 84,16%

Fonte: SAC, média de satisfação dos usuários, dados de 1º/1 a 30/9/2021.

Já o Índice de Atendimento ao Cidadão relaciona, além da satisfação de quem usa, o desempenho de todas as unidades envolvidas no atendimento.

Satisfação da usuária ou do usuário (%)



Média: 94,43222%

Todos os meses foram superiores à meta mensal definida no Plano Estratégico 2021-2026.

Fonte: SAC, dados de 1º/1 a 30/9/2021.

5.10.5. Premiações

Prêmio Judiciário Exponencial

O TSE foi vencedor do Prêmio de Inovação: Judiciário Exponencial da quinta edição do Congresso de Direito, Tecnologia e Inovação para o Ecosistema de Justiça (Expojud). A Corte Eleitoral foi agraciada na categoria "Liderança Exponencial – Tribunal Federal Eleitoral e Superiores", e a urna eletrônica brasileira ainda recebeu uma menção honrosa. A premiação busca identificar e incentivar iniciativas e projetos inovadores nos setores tecnológicos,

de gestão e de novas metodologias no âmbito do ecossistema de Justiça, assim como as soluções criadas para o enfrentamento da crise causada pela pandemia de Covid-19.

Prêmio Innovare

O TSE foi vencedor do 18º Prêmio Innovare, na categoria Tribunal, com o Programa de Enfrentamento à Desinformação com Foco nas Eleições 2020. O Prêmio Innovare reconhece as boas iniciativas da área jurídica, elaboradas e colocadas em prática por integrantes da advocacia, da defensoria, da promotoria, da magistratura e por profissionais interessados em aprimorar a Justiça brasileira.

Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça

O perfil do TSE no TikTok foi o vencedor, na categoria Mídia Social, da 19ª edição do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, concedido anualmente pelo Fórum Nacional de Comunicação e Justiça (FNCJ). A cerimônia de premiação aconteceu em 22 de outubro, de forma virtual. Lançado com o objetivo de ser mais uma ferramenta de combate à disseminação de notícias falsas sobre o processo eleitoral, o perfil do Tribunal no aplicativo tem revolucionado a forma de se fazer comunicação pública no Brasil e obtido bons resultados na propagação de conteúdos confiáveis para o público jovem. O pioneirismo da Corte Eleitoral vem sendo reconhecido tanto pelo eleitorado, que interage e compartilha as publicações, quanto por premiações de instituições especializadas. A conta do TSE na plataforma hoje tem 41,5 mil inscritos e acumula mais de 448 mil curtidas.

6 Auditorias internas e fiscalizações externas

6.1. Auditorias internas

A Auditoria Interna do TSE, em sua constante busca pelo aprimoramento, no exercício de 2021, obteve significativos avanços em suas atividades que objetivam a adesão aos padrões internacionais de auditoria definidos nas Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna, que compõem a Estrutura Internacional de Práticas Profissionais (IPPF) do Institute of Internal Auditors – IIA Global.

Avanços no processo de adesão aos padrões internacionais de auditoria

- Código de Ética da Unidade de Auditoria Interna do TSE
- Estatuto de Auditoria Interna do TSE
- Programa de Avaliação da Qualidade de Auditoria Interna
- Planejamento de Auditoria Integrada de Longo Prazo (PALP)
- Plano Anual de Auditoria (PAA)
- Planejamento Anual de Capacitações de Auditoria

**Padrões
internacionais
de auditoria**

Em 2021, foram concluídas 11 auditorias e emitidas 225 recomendações aos gestores do TSE.

Auditorias finalizadas em 2021

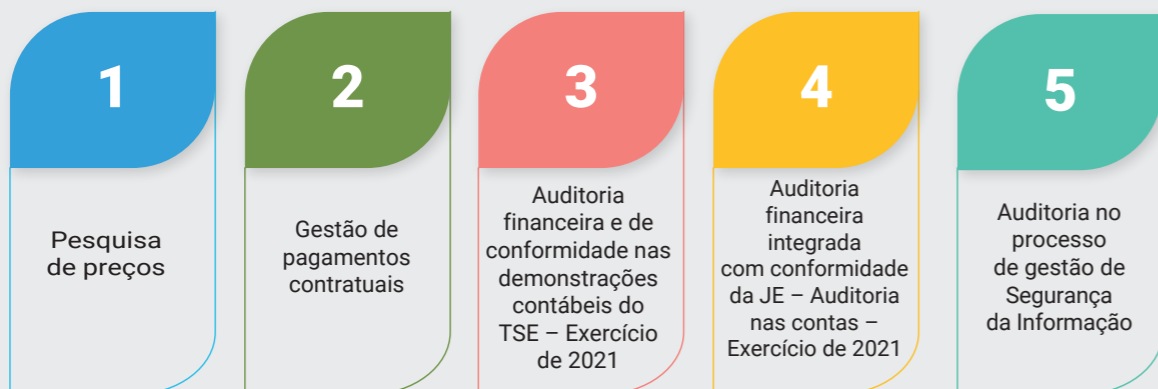
1. Gestão da avaliação de desempenho, com enfoque na promoção e progressão
2. Gestão de serviços gráficos
3. Gestão dos recursos do Fundo Partidário
4. Auditoria de aquisições com enfoque nas fases interna e externa da licitação
5. Auditoria de acompanhamento de contratações
6. Auditoria integrada na JE, no processo de gestão de ativos de TIC
7. Auditoria financeira e de conformidade nas demonstrações contábeis do TSE – Exercício de 2020
8. Auditoria conjunta na gestão do batimento biométrico
9. Auditoria de gestão de ativos de TI – TSE
10. Gestão de política de acessibilidade
11. Gestão de férias

Recomendações emitidas em 2021

225

Em andamento, temos as seguintes auditorias:

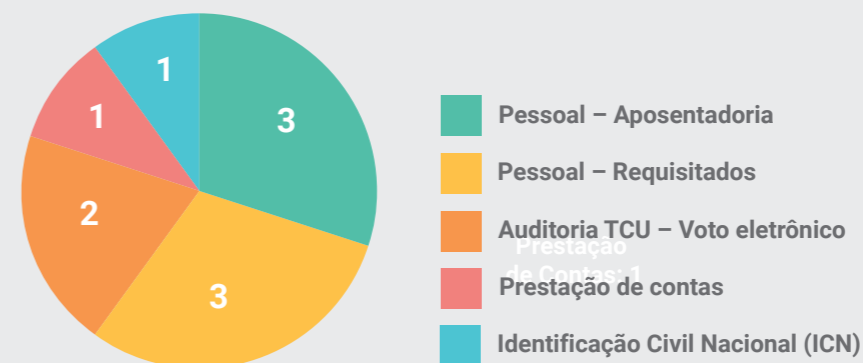
Auditorias em andamento



6.2. Fiscalizações externas

Ao todo, o TSE se manifestou em 10 ações conduzidas pelo TCU, conforme demonstrado a seguir:

Quantidade de manifestações do TSE por assunto



Além disso, foram monitoradas oito ações realizadas em exercícios passados.

Informa-se que essas deliberações e outras que não tiveram necessidade de manifestação, mas que tiveram ações a serem executadas por determinação do TCU, podem ser consultadas em <https://www.tse.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/auditorias>.

Por fim, destaca-se que este Tribunal foi fiscalizado pelo TCU durante o exercício de 2021 e continuará a ser no exercício seguinte, em duas ações:

Ações de fiscalização do TCU em andamento (2021)

Avaliação da sistemática brasileira de votação eletrônica sob responsabilidade do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em todas as etapas de votação, quanto à sua auditabilidade, segurança e confiabilidade.

Fiscalização voltada a acompanhar a implementação da Identificação Civil Nacional (ICN) e iniciativas correlatas.

7

Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

O Tribunal Superior Eleitoral exerce o papel de Setorial Contábil do TSE e do órgão consolidado Justiça Eleitoral, nos termos da Lei nº 10.180/2001. Dessa forma, é responsável pelo acompanhamento e pela orientação da gestão contábil referente à execução orçamentária, financeira e patrimonial no âmbito da Justiça Eleitoral de modo a garantir qualidade, padronização, fidedignidade e transparência das informações contábeis.

A Setorial Contábil do TSE é responsável pelas seguintes unidades gestoras:

Unidades Gestoras do TSE

Unidade Gestora

070001 – Secretaria de Administração

070026 – Secretaria de Orçamento e Finanças

070058 – Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos

Fonte: Siafi.

Para o desempenho de suas atividades, a estrutura da Contabilidade do TSE conta com oito servidores, sendo quatro integrantes da Seção de Contabilidade Analítica (Seconta/Cofic/SOF) e quatro da Seção de Contabilidade Gerencial (Seconge/Cofic/SOF), ambas subordinadas à Coordenadoria de Finanças e Contabilidade (Cofic/SOF) da SOF. A contadora responsável é a servidora Lucinei de Oliveira Pereira, que atua como titular desde 2008, tendo como substituto, desde 2017, o servidor Moabe Allan Teixeira do Nascimento. Ambos são analistas judiciários – especialidade Contabilidade.

No rol de atribuições da Contabilidade do TSE, incluem-se:

- orientar e acompanhar as unidades administrativas vinculadas quanto às operações de contabilidade financeira, orçamentária e patrimonial, inclusive os processos relacionados à abertura e ao encerramento do exercício;
- apoiar a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, no avanço e aperfeiçoamento das rotinas e dos procedimentos contábeis, bem como propor novas iniciativas nesse sentido;
- analisar e avaliar a consistência das demonstrações contábeis do TSE e do Órgão Consolidado Justiça Eleitoral, solicitando providências quanto às regularizações de impropriedades detectadas nos registros contábeis;
- elaborar e publicar as notas explicativas referentes às demonstrações contábeis;
- efetuar ajustes contábeis, quando necessários, preservando a integralidade e a tempestividade da informação contábil;
- conciliar os saldos contábeis com os relatórios mensais de bens móveis e almoxarifado do TSE;
- realizar a conformidade contábil das unidades gestoras do TSE e do Órgão Consolidado Justiça Eleitoral e acompanhar a conformidade de registro de gestão; e
- manter e disponibilizar na internet as informações atualizadas sobre o rol de responsáveis do TSE.

Quanto à atividade de conformidade contábil, cabe relatar que esse procedimento tem como objetivo assegurar integridade, fidedignidade e confiabilidade nas informações constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), que é o sistema em que são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

7.1. Demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do TSE foram elaboradas em consonância aos dispositivos das Leis nºs 4.320/1964 e 10.180/2001, dos Decretos nºs 93.872/1986 e 6.976/2009, às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e às orientações contidas no *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCasp)* – 8ª edição.

As demonstrações contábeis exigidas para o TSE são as relacionadas a seguir e podem ser consultadas no [portal do TSE](#).

- Balanço Financeiro – evidencia receitas e despesas orçamentárias, bem como ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte;
- Balanço Orçamentário – traz o orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista *versus* a arrecadada e a despesa autorizada *versus* a executada;
- Balanço Patrimonial – evidencia os ativos e passivos do órgão;
- Demonstração do Fluxo de Caixa – divulga as entradas e as saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento;
- Demonstração das Variações Patrimoniais – apura o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).

Declaração da contadora

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas de 31 de dezembro de 2021 do TSE. Ela reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas na referida data e está pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no *Manual Siafi*.

As demonstrações contábeis – balanço patrimonial, demonstração das variações patrimoniais, demonstração de fluxo de caixa, balanço orçamentário, balanço financeiro e suas

notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2021 – estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, o *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público*, o *Manual Siafi* e as demais normas aplicáveis.

Brasília/DF, 9 de fevereiro de 2022

Lucinei de Oliveira Pereira – CRC nº 008510/O-0

Contadora responsável

7.2. Notas explicativas

As notas explicativas, segundo disposições do *MCasp*, facilitam a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários (administradores e gestores públicos, auditores, contadores, órgãos de controle e cidadãos), devendo ser claras, sintéticas e objetivas. Sua apresentação contribui para uma divulgação mais ampla de eventos e dados relevantes e para uma maior compreensibilidade e transparência das contas públicas. As notas explicativas às demonstrações contábeis aplicadas ao setor público são parte integrante das demonstrações contábeis e estão disponíveis em <https://www.tse.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/contas-publicas/demonstracoes-contabeis-e-notas-explicativas>.



RELATÓRIO DE GESTÃO
2021
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

